

JANEIRO
JUNHO
2008
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS

e

**INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS**

Línguas e instrumentos linguísticos 21 Campinas: Capes-Procad -
Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2008 :
Unicamp, 1997-2008

Semestral.
ISSN 1519-4906

1. Língua - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos
3. Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade
Estadual de Campinas

CDD - 410.05
- 412.05
- 900

Copyright © 2008 dos Autores para efeito desta edição e posteriores.
Direitos cedidos com exclusividade para publicação em
língua portuguesa para o Projeto História das Ideias Linguísticas e Editora RG.

Todos os direitos reservados.

O uso, reprodução, apropriação ou estoque em sistema de banco de dados,
ou processo similar, mesmo a partir do site www.revistalinguas.com, seja por
meio eletrônico, fotocópia, gravação de qualquer natureza está condicionado
à expressa permissão do Projeto História das Ideias Linguísticas.

Coordenação Editorial: Editora RG

Editoração Eletrônica e Diagramação: Marcelo Dobelin

Capa: Marcelo Dobelin sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini

Revisão: Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Ideias
Linguísticas

Editora RG
Fone: 19 3289.1864
rg-e@uol.com.br

Edição eletrônica: www.revistalinguas.com

2009
IMPRESSO NO BRASIL

LÍNGUAS

e

INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS



2008

LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Edição: Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil
Editora RG

Diretores/Editores: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi

Comitê Editorial: Bethania Sampaio Mariani (UFF), Carolina Zucolillo Rodriguez (Unicamp), Claudia Pfeiffer (Unicamp), Carlos Luis (Argentina), Charlotte Galves (Unicamp), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (Unicamp) Elvira Narvaja de Arnoux (Argentina) Eni P. Orlandi (Unicamp), Francine Mazière (França), Francis Henry Aubert (USP), Freda Indursky (UFRGS), Jean-Claude Zancarini (França), José Horta Nunes (Unesp), José Luiz Fiorin (USP), Lauro Baldini (Univás), Luiz Francisco Dias (UFMG), Maria Filomena Gonçalves (Portugal), Mónica Zoppi-Fontana (Unicamp), Norman Fairclough (Inglaterra), Rainer Henrique Ramel (México), Rosa Attié Figueira (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), Silvana Serrani-Infante (Unicamp), Simone Delesalle (França), Suzy Lagazzi (Unicamp), Sylvain Auroux (França)

Comitê de Redação: Carolina Zucolillo Rodriguez, Claudia Pfeiffer, José Horta Nunes, Lauro Baldini, Mónica Zoppi-Fontana, Sheila Elias de Oliveira, Suzy Lagazzi

Secretaria de Redação: Sheila Elias de Oliveira e Lauro Baldini

Revisão dos artigos: Todos os artigos são revisados por pares observando-se os seguintes parâmetros: nível de contribuição para a comunidade científica, qualidade da escrita do texto, relevância da bibliografia.

Mês e ano dos fascículos: julho e dezembro 2010

Periodicidade de circulação: semestral

ISSN: 1519-4906

Número seqüencial de páginas: a numeração inicia sua contagem na página de olho da revista, figurando – em algarismos arábicos – a partir da página número cinco até o final.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Palavras próprias e alheias <i>Eduardo Guimarães</i>	9
Intervenção da escrita: uma nota para o esquecimento em <i>Raízes do Brasil</i> <i>Wilton James Bernardo-Santos</i>	19
Do estado infinito ao estado finito do verbo: os limites enunciativos da unidade sentencial <i>Bruna Karla Pereira</i> <i>Luiz Francisco Dias</i>	33
Efectos de cientificidad y los modos de decir en el discurso académico en español <i>Beatriz Hall</i>	53
Crônicas e Controvérsias Generalizar o único: gêneros, tipos e esferas em Bahktin <i>Patrick Sériot</i>	75
Resenha GUIMARÃES, Eduardo e BARROS, Diana Luz Pessoa de (eds.) <i>History of Linguistics 2002</i> . Selected papers from the Ninth International Conference in the History of Language Sciences, 27-30 August 2002, São Paulo/Campinas. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007. <i>Ana Cláudia Fernandes Ferreira</i>	103

Apresentação

O número 21 de Línguas e Instrumentos Lingüísticos reúne um conjunto de artigos que trazem novas interpretações a textos muito conhecidos nos domínios de conhecimento nos quais se inserem.

Em *Palavras próprias e alheias*, Eduardo Guimarães examina a primeira gramática da língua portuguesa, de 1536, escrita pelo padre lusitano Fernão de Oliveira. A análise, que focaliza o primeiro dos cinco pontos em que a gramática se divide, sobre a procedência das palavras, mostra como a divisão entre palavras próprias, comuns e alheias é fundamental na compreensão da concepção da língua de Oliveira.

Em *Intervenção da escrita: uma nota para o esquecimento em Raízes do Brasil*, Wilton James Bernardo-Santos também realiza uma análise de detalhe, ao tomar como objeto uma nota sobre a língua acrescentada em edição posterior ao texto de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, na qual examina a enunciação da relação entre o português e o tupi.

Em *Do estado infinito ao estado finito do verbo: os limites enunciativos da unidade sentencial*, Bruna Karla Pereira e Luiz Francisco Dias discutem o infinitivo no português, de uma perspectiva enunciativa a partir da qual opõem-se às teorias que defendem a centralidade do verbo na sintaxe. Eles sustentam que o sujeito é a categoria que retira o verbo do seu estado de dicionário e reexaminam, a partir deste novo ponto de vista, o funcionamento da flexão.

Em *Efectos de cientificidad y los modos de decir en el discurso académico en español*, Beatriz Hall analisa manuais de disciplinas introdutórias aos cursos de graduação da Universidade de Buenos Aires. Comparando obras das ciências naturais e sociais, ela aponta formas recorrentes em procedimentos enunciativos comuns, como o da definição, pelos quais se produz o efeito de neutralidade sobre a enunciação do cientista e do divulgador.

Na seção *Crônicas e Controvérsias*, *Generalizar o único: gêneros, tipos e esferas em Bahktin* analisa um texto da década de 1950 de Mikhail Bakhtin conhecido no Ocidente por meio de traduções. Patrick Sériot

recontextualiza a noção de “rečevye žanry”, que propõe traduzir por “gêneros da fala” e não por “gêneros do discurso”, como é corrente na França (e no Brasil). A partir daí, ele questiona a recepção de Bakhtin na França, a qual teve efeitos em algumas de suas vias de recepção no Brasil.

A *Resenha* deste número rememora um evento importante na história das idéias lingüísticas no Brasil: a realização, na USP e na UNICAMP, da *Ninth International Conference in the History of Language Sciences*, em 2002. A leitura cuidadosa de Ana Cláudia Fernandes Ferreira de *History of Linguistics 2002*, publicação de 2007 da John Benjamins que reúne sessões plenárias e comunicações selecionadas, nos permite percorrer a diversidade dos objetos de pesquisa e das posições teóricas em jogo, e também situar as pesquisas brasileiras em um conjunto maior de trabalhos.

Com o agrupamento desses textos particularmente provocadores, *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* espera mais uma vez fomentar o debate e contribuir para o avanço das idéias lingüísticas no Brasil.

Os Editores

PALAVRAS PRÓPRIAS E ALHEIAS

Eduardo Guimarães

Unicamp

RESUMO: *Este artigo traz uma análise da palavra enquanto elemento organizador da Gramática da Linguagem Portuguesa, de Fernão de Oliveira. Dando visibilidade aos domínios semânticos de determinação de “palavra”, Eduardo Guimarães desautomatiza algumas interpretações correntes da primeira gramática do português, como, por exemplo, a de que o tratamento dado à língua é sincrônico.*

ABSTRACT: *This article brings an analysis of the word as the organizing element of the Gramática da Linguagem Portuguesa (Grammar of Portuguese Language) by Fernão de Oliveira. Through the presentation of the semantic domains of determination of “word”, Eduardo Guimarães goes against some current interpretations of the first Portuguese grammar, as, for instance, the one which says that its approach is synchronic.*

Como parte de um esforço para apresentar uma compreensão mais específica sobre o lugar da Gramática de Fernão de Oliveira na História dos estudos da linguagem, vou tomar a atitude de proceder a uma análise conceitual restringindo-me, praticamente, a uma análise interna do próprio texto do Gramático. Com isto quero dizer que não vou me dedicar a apresentar semelhanças e diferenças de seu pensamento no conjunto da história da gramática. Espero assim que esta análise possa auxiliar às reflexões sobre a consideração dos conceitos na sua história, a partir de uma análise de detalhe em um texto.

Embora isto não se diga em geral, pode-se afirmar, do meu ponto de vista, que *A Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira se organiza em torno do estudo da palavra: sua constituição “sonora-escrita” (do capítulo VI ao capítulo XXIX); enquanto unidade de significação (do capítulo XXX ao capítulo XLII); sua morfologia e classificação, partes do discurso (do capítulo XLIII ao capítulo XLVIII). Além disso o autor dedica os capítulos iniciais a uma teoria geral da gramática e a uma história da língua; o capítulo XLIX à sintaxe (ou “construção”),

algo em torno de uma página, e o capítulo L a uma, por assim dizer, conclusão. Vou me dedicar a um dos aspectos da palavra enquanto unidade de significação. Mais especificamente à distinção *palavras próprias a uma língua e palavras alheias*.

Na *Gramática da Linguagem Portuguesa* a *palavra* é também chamada de *dição* e *vocabulo*. O seu estudo enquanto unidade que significa considera:

1. a procedência: palavras nossas, alheias e comuns;
2. estrutura: apartadas, juntas
3. permanência: velhas, novas e usadas
4. modo de significação: palavras próprias e mudadas
5. formação: primeiras ou tiradas.

A observação destes cinco aspectos indica que o estudo do léxico, na gramática objeto de nossa reflexão, não trata do sentido das palavras, mesmo que a tome como unidade de sentido, como veremos. Quanto à questão do sentido podemos dizer que Fernão de Oliveira reconhece um modo de significação: palavras próprias ou mudadas. Ou seja, palavras cujo sentido é o próprio delas e palavras cujo sentido é mudado (metafórico).

Dos cinco aspectos acima, vamos nos ocupar da procedência das palavras. Tal como posto em 1., as palavras são vistas, quanto à procedência, como *palavras nossas, alheias e comuns*. O que me interessa realçar é a diferença entre palavras nossas, que no título deste trabalho aparece como palavras próprias da língua, e palavras alheias. O uso, na minha terminologia, de *próprias* em oposição a *alheias*, me permite desde o começo trazer uma especificidade, como procurarei mostrar a seguir.

Fernão de Oliveira, ao tratar da procedência das palavras, diz textualmente o que segue:

O que primeiro nestas (dições) havemos d'olhar e o seu fundamento é donde vieram, a que os gregos chamam, como dissemos, *etimologia*. E esta dividimos em nossa, alheia e comum, porque as dições cuja etimologia buscamos, ou são nossas próprias...; ou alheas...; ou comuns... (p. 118 [39]).

Por outro lado, logo que Oliveira nos apresenta esta distinção sobre de onde vêm as palavras ele acresce:

E cada hua destas ou são apartadas, como *fazer*, ou juntas como *contrafazer*; ou velhas, como *ruão, compengar, cicais*, ou novas, como *peita e arcabuz*, ou usadas, como *renda, sisa, casa, corda*. Ou também são próprias, como *livro*, porque lemos, ou mudadas,

como *livro*, estromento de musica; ou são premeiras, como *livro*, ou tiradas, como *livreiro* e *livraria*. (p. 119 [40])

Neste modo de apresentação vou tomar de saída dois aspectos:

1) a indicação de procedência através de palavras como *nossas* ou *nossas próprias*; neste modo de apresentar tem especial interesse a presença da forma possessiva *nossas* (que aqui estou interpretando como palavras próprias);

2) o fato de o autor reescrever os três tipos de palavras quanto a procedência por *estas* (e cada hua *destas...*) e depois classificar *estas* (ou seja palavras *nossas*, *alheias* ou *comuns*) como *apartadas* ou *juntas*; *velhas*, *novas* ou *usadas*; *próprias* ou *mudadas*; *primeiras* ou *tiradas*.

1 O Nosso e o Alheio

Ao reescrever a primeira das categorias por *estas* e depois apresentar uma nova categorização para este conjunto de aspectos, o texto de Fernão de Oliveira nos apresenta a primeira destas classificações do léxico como a fundamental em relação às demais. Esta primeira categorização coloca a questão da procedência das palavras de uma língua. Segundo tal classificação, as categorias de palavras (de dições) quanto à procedência são três: as palavras que são da própria língua, as que vêm de outra língua, e as que são comuns a várias línguas.

Tomando a própria formulação de Fernão de Oliveira, vemos que ele nos diz que a etimologia (procedência) de uma palavra pode ser: “*nossa*, *alhea*, *comum*”. Ou seja, “*nossa*, *alhea*, *comum*” reescrevem “*etimologia*” por enumeração. Segundo o que venho fazendo, pela utilização da noção de Domínio Semântico de Determinação (Guimarães, 2004a, 2007a, 2007b), podemos dizer que temos as seguintes relações de determinação:

Alheias | etimologia | nossas
 └──┬──
 comuns

Ou seja, o sentido de *nossa*, *alhea* e *comum* é determinado pelo sentido de *etimologia*, e ao mesmo tempo preenche o sentido de *etimologia*.

A interpretação que fiz, através do título deste trabalho, inclusive, da distinção das palavras quanto à procedência (próprias, *alheias* e *comuns*) é marcada pelo gesto anacrônico da interpretação histórica (anacronismo que é preciso compreender para não cair numa armadilha). Por esta interpretação podemos afirmar que Oliveira distingue

numa língua: palavras próprias, empréstimos e palavras comuns a várias línguas. Esta divisão tripartida, em virtude de seu terceiro termo, produz um paradoxo: as palavras têm uma procedência ou as palavras não têm uma procedência. Dizer que a procedência é comum é quase o mesmo que dizer que não há procedência. Se deixamos o paradoxo de lado, e ele se resolve, como veremos, podemos dizer que Fernão de Oliveira, no estudo do Português, é o primeiro a reconhecer a diferença entre palavras da língua e empréstimo, seguindo nisso autores como Quintiliano, no livro primeiro capítulo V da *Institutio Oratoria*, por exemplo. No entanto, perdemos com essa interpretação, que usa palavras de hoje em lugar de palavras do século XVI, algumas especificidades.

Para dar conta destas, façamos atenção às palavras que estão no texto do gramático e que nos ajudarão, também, a ver como se resolve o paradoxo acima. Como vimos, quanto à *etimologia*, “donde vieram”, as palavras podem ser: “nossa, alhea e comum”.

Cada um desses modos de referir à procedência das palavras é reescrito depois numa abordagem por definição. E esta definição, no caso de *nossa*, articula uma disjunção:

As nossas dições são aquelas que naceram antre nós ou são já tão antigas que não sabemos se vieram de fora. (p. 119 [40])

Duas coisas a observar. A primeira delas é que, tal como ao classificar a procedência pelo *nossa*, aqui também o *palavras nossas* é definido através de uma formulação em *nós* (uma primeira pessoa do plural) inclusiva, que inclui o locutor da formulação. Isto significa que esta formulação não distingue o lugar do gramático dos falantes da língua. O Gramático se apresenta como falante, como todos. E esta indistinção não está só significada, mas acaba por dizer outra coisa, a língua é reportada a um *nós*, a um coletivo específico, os portugueses¹.

E nessa conjuntura, o tratamento desta relação entre palavras próprias e empréstimos (palavras nossas e alheias) é formulada de tal modo que significa que a língua é configurada na relação com um coletivo que a fala, um povo (e no caso deste texto, no início do século XVI, os portugueses, o povo português).

Deste modo, a procedência das palavras não é caracterizada por uma relação palavra-língua, mas por um sentimento, num certo presente do gramático, dos falantes em relação à língua e às suas palavras. As palavras são “nossas” e são, neste presente específico, sentidas como “nossas”. E é nesta medida que palavras comuns são definidas como:

Dições comuns chamamos aquellas que em muitas línguas ser-

vem igualmente; e o tempo em que se mudaram d’hua língua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual língua se mudaram... (p. 123 [44])

Desfaz-se assim o paradoxo criado pelo terceiro termo, pois as palavras comuns são as que são sentidas como sendo de várias línguas, ou melhor como de nenhuma em particular. Por outro lado, a língua é tomada na sua relação permanente com um povo.

Coseriu (2007) chega a dizer que se trata de uma abordagem sincrônica da questão. Prefiro ressaltar que se trata de uma relação dos falantes com a língua num presente permanente que inclui o texto do gramático. Tomar como tratamento sincrônico o procedimento de Fernão de Oliveira não desfaria o paradoxo introduzido pelo terceiro termo (*palavras comuns*). Considerar que a posição de Fernão de Oliveira é um tratamento sincrônico da língua obriga a explicitar que conceito de língua se formula como uma concepção sincrônica. E ao mesmo tempo nos obriga a observar se o conceito de língua praticada pelo Gramático se articula bem com o conceito de sincronia. Se pensamos que língua, para Saussure, já que a menção ao sincrônico o coloca em cena, “é um sistema que conhece somente sua ordem própria” (Saussure, 1916, p. 31), temos que levar em conta que esta concepção de língua vai considerar que do ponto de vista que toma a língua como um sistema de valores, a própria noção de empréstimo sequer tem lugar. Como disse o próprio Saussure, numa passagem um pouco antes da passagem logo acima citada:

Cumprido sobretudo notar que o termo emprestado não é considerado mais como tal desde que seja estudado no seio do sistema; ele existe somente por sua relação e oposição com as palavras que lhe estão associadas, da mesma forma que qualquer outro signo autóctone. Em geral, não é nunca indispensável conhecer as circunstâncias em meio às quais se desenvolveu uma língua. (Saussure, 1916, p. 31)

Ou seja, se há em Oliveira alguma noção de sincronia, ela envolve um outro conceito de língua. E por outro lado, é outro o sentido de língua para o Gramático, já que para ele se coloca de modo fundamental a questão da procedência das palavras. Uma língua é vista na relação com outras línguas, e está sempre relacionada com um povo que a fala. E aí talvez se pudesse pensar, já que Coseriu caracterizou seu procedimento como sincrônico, que o sentido de língua de Oliveira se aproxime do sentido que Coseriu dá ao termo *norma*. Segundo

este, a norma contém

só o que do falar concreto é *repetição de modelos anteriores*. (...) São os aspectos comuns que se comprovam nos atos lingüísticos considerados e em seus modelos. (Coseriu, 1969, p. 95-96)

Mas também neste sentido não parece adequado pensar que este poderia ser o conceito de língua de Oliveira, tal como o podemos entender pelo seu modo de considerar a procedência das palavras, pois o que está em questão é o “sentimento” dos falantes da língua. É bem verdade que se trata de uma categoria “falantes” coletiva, que podemos caracterizar como um povo. É por isso que consideramos que não se trata de um conceito de sincronia, mas da consideração da língua no presente do tempo da enunciação do gramático, o que não se confunde, veja-se, com um presente cronológico.

2 A Dição é Voz

Tal como anunciamos no início, palavra é unidade de significação para Fernão de Oliveira. Ao definir o que são as *dições* (palavras) ele diz:

palavra é voz que significa cousa ou auto ou modo... (p. 118 [39])

Aqui a definição nos traz um novo termo, *voz*. E o que é *voz*? Esta é uma palavra que se repete insistentemente no decorrer da obra. Há, de modo particular, uma passagem em que *voz* aparece como o nome de uma das partes da gramática:

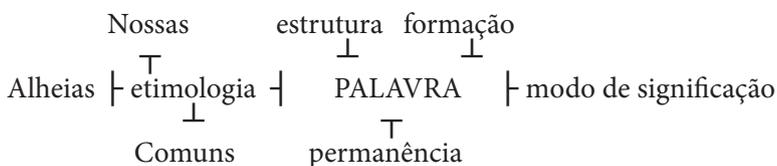
A primeira partição que fazemos em qualquer língua e sua gramática seja esta em estas três partes: letras, sillabas e vozes, que também na nossa de Portugal com suas considerações conforme à própria melodia. (p. 89 [10])

Ou seja, uma gramática estuda as letras, as sílabas e as vozes. E as palavras são vozes que significam algo. As palavras (as dições) são vozes que significam. Dadas estas relações de reescrituação e articulação (*voz* reescreve *dição* por totalização e *significa* predica *voz*), *voz* e *significação* determinam *dição* (*palavra*). Tem-se, então, o seguinte DSD:

voz ┆ dição ┆ significação

3 A Unidade da Língua

Por outro lado, as palavras (dições), como já dissemos, podem ser consideradas sob cinco aspectos, que aparecem como caracterizações (neste segundo caso, não se trata de enumeração) das palavras. Deste modo, a etimologia (que chamei procedência), assim como estrutura, permanência, modo de significação e formação determinam palavra (dição), tal como abaixo (incluo a especificação, apresentada anteriormente, das determinações que caracterizam a relação entre *etimologia* e *nossa*, *alhea* e *comum*).

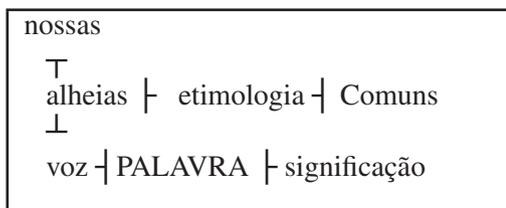


O DSD acima nos coloca dois aspectos, de uma lado ele explica um efeito de hiperonímia de etimologia para *nossas*, *alheias* e *comuns*, e ao mesmo tempo explica um efeito matricial entre *etimologia*, *estrutura*, *permanência*, *modo de significação* e *formação*. Exemplifiquemos este último aspecto observando a relação entre etimologia e estrutura, onde a, b, c, at, cy, wz são palavras:

estrutura		etimologia	
	Nossas	alheias	comuns
apartadas	A	b	c
juntas	At	cy	wz

Tal como já dissemos, a questão da relação entre línguas aparece como o aspecto mais geral e fundamental da natureza do léxico de uma língua. E os outros aspectos categorizam cada palavra inicialmente tomada em sua etimologia (procedência). E isto torna mais relevante a consideração do conceito de língua que se pode tirar do modo de configurar a questão da procedência das palavras, considerada mais acima.

Ligando o DSD de *palavra* anteriormente estabelecido com o DSD específico de *etimologia*, temos:



Tomando assim Fernão de Oliveira como um acontecimento na história dos estudos de língua, podemos considerar que ele tem, como um seu passado, Quintiliano, entre outros, e se articula com um futuro como a posição saussureana e outras que daí se desdobram. Não há como dar sentido a um acontecimento do saber, senão interpretando, e aí estamos tomados pelo futuro que se desdobrou depois daquilo que é para nós um passado.

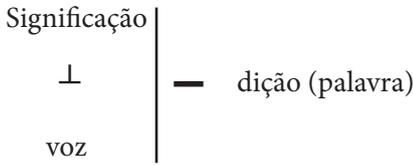
E como vimos que a procedência, a etimologia é a categoria fundamental, entre as cinco que tratam das dições, não há palavra que não seja considerada sem sua procedência. Esta é a determinação principal que incide no DSD sobre palavra, já considerada como determinada como voz e significação. Assim todos os outros aspectos têm a ver com a procedência, sob o efeito matricial acima colocado. Todos os aspectos relativos à palavra, às dições, são necessariamente significados afetados pela procedência. E isto tem a ver diretamente com o sentido que língua tem na obra de Fernão de Oliveira.

A etimologia, como vimos, deixa de ser considerada como uma relação forma-sentido para ser uma relação falante-forma-sentido, não levando em conta o percurso temporal das formas e dos sentidos. Ao lado disso, a categoria *comuns* considera que as línguas estão em relação, ao contrário, por exemplo, da posição saussureana que pensa que cada língua é uma língua. É a “contemporaneidade” da abordagem de Oliveira não se configura como uma sincronia *avant la lettre*, mas como a tomada de posição do gramático que toma a língua numa relação com o presente de sua enunciação.

Dada a análise feita acima que nos levou a dizer que

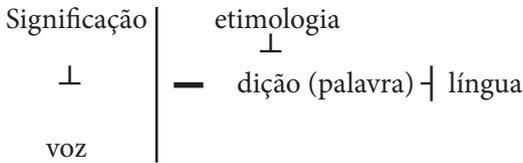
voz ┆ dição ┆ significação

podemos dizer que:



Ou seja, podemos dizer que, na medida em que *voz* é determinado por *significação*, torna-se sinônimo de *palavra*.

Por outro lado, já vimos como *etimologia* ⊥ *palavra*. Assim, *palavra* é voz que significa e é de uma língua, ou a nossa ou uma alheia. Em outros termos, *palavra* é palavra de uma língua. O que significa dizer que *língua* ⊥ *palavra*, o que nos dá:



E nesta medida é que podemos dizer que a sintaxe é sintaxe de palavra, de voz que significa em alguma língua. Deste modo, para ele, a sintaxe tem a ver com a significação. Não há sintaxe da voz, mas da palavra.

Dito isto, não podemos deixar de considerar que o desenvolvimento de uma sintaxe na sua gramática poderia acabar por deslocar a centralidade da etimologia na sua construção.

Notas

1. Este tipo de sobreposição é muito comum nas gramáticas. Na história da gramática brasileira, pode notar isso ainda no decorrer do século XX (ver, por exemplo, Guimarães, 2004b).

Referências Bibliográficas

COSERIU, E. (2007) “Apreciação Global”. In. OLIVEIRA, Fernão de *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*. Edição Crítica, semidiplomática e anastática por A. Torres, e C. Assunção. Vila Real: Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e alto Douro.

- COSERIU, E. (1969) "Sistema, Normal y Habla". *Teoria del Lenguaje y Lingüística General*. Madrid: Gredos, p. 95-96.
- GUIMARÃES, E. (2004a) "Civilização na lingüística brasileira no século XX". In *Matraga*, Rio de Janeiro, 16, p. 89-104.
- (2004b) *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.
- (2007a) "Política de Línguas na Lingüística Brasileira". In ORLANDI, E. *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, E. (2007b) "Domínio Semântico de Determinação". *A Palavra: Forma e Sentido*. Campinas: Pontes.
- SAUSSURE, F. de (1916) *Curso de Ligüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1970, p. 31.

Palavras-chave: *domínio semântico de determinação, palavra, gramática*

Key-words: *semantic domain of determination, word, grammar*

INTERVENÇÃO DA ESCRITA: UMA NOTA PARA O ESQUECIMENTO EM RAÍZES DO BRASIL

Wilton James Bernardo-Santos
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO: *Este artigo analisa como um acontecimento: enunciativo a introdução de uma nota sobre a questão da língua em Raízes do Brasil numa edição posterior à primeira, que é de 1936. São destacadas as diferentes regiões de sentido que apontam para a intervenção da escrita em um processo histórico de silenciamento de línguas.*

ABSTRACT: *This article analyses as an enunciative event: the introduction of a note about the linguistic question in Raízes do Brasil (Roots of Brazil) in an edition ulterior to the first one (which is from 1936). The different regions of sense that signal the intervention of writing in a historical process of language silencing are highlighted.*

Introdução

Sérgio Buarque de Holanda. Vasta obra, vasta fortuna crítica, referência e objeto de análise. Holanda, como Gilberto Freyre, é parte de um certo segmento de intelectuais brasileiros predicado por *Intérpretes do Brasil*. Dedicados a entender a formação histórica da sociedade, como se sabe, os *Intérpretes* são historiadores, sociólogos, teóricos e historiadores da literatura, ficcionistas e cronistas.

Predicado por intérprete, o sujeito é marcado por sentidos que o colocam numa posição de explicar algo. Ao mesmo tempo, esses sentidos abrem caminho para o reconhecimento de outras posições/explicações em relação ao objeto (por exemplo, interpretações de uma mesma canção; inclusive em seu sentido execucional, incluindo as versões de mesmo autor); ou seja, esses sentidos abrem para uma flexibilização, para uma aceitação deliberada de diferentes posições. Por outro lado, a palavra *intérprete* predica o estudioso como aquele que pode se pôr de modo

vacilante. Interpretar é ter incerteza ou mesmo errar a respeito de algo. Há algo de incerto naquele que interpreta. Esses sentidos têm a ver com a fluidez do estilo ensaístico: uma prosa de não-ficção que se exime de certos traços acadêmicos mais rígidos.

Como de minha parte importa trabalhar com os efeitos de sentido da institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil, no sentido mesmo de tomar parte em uma instituição, neste caso, a predicação Intérpretes do Brasil faz funcionar relações de sentido específicas; produz demarcações de territórios enunciativos nos domínios da instituição de ensino superior no Brasil. Esse percurso remete ao Anísio Teixeira (1989) e sua preocupação com a modernização da universidade brasileira, pelo conhecimento científico obtido através de pesquisa. Nessa direção, a autoria em S. B. de Holanda vem justamente ao encontro da proposta de Teixeira: o modelo alemão, a pesquisa documentada para discernir unidades de sentido no passado. Isto é, o que está em questão é a produção do conhecimento lingüístico no Brasil em Holanda, em seu fazer específico (Vainfas, 1998; Veloso & Madeira, 1999).¹

Resumindo, os Intérpretes são afetados pelas restrições dos procedimentos científicos próprios da instituição universitária, a partir dos anos da década de 1930, mas ao mesmo tempo se reservam ao direito de certas rupturas pelas vias do estilo.

Raízes do Brasil tem Copyright © em 1936, 1947 e 1955 de Holanda e espólio em 1995. Nessa história, o volume funde capítulos e agrega outros textos. A edição com a qual trabalhamos é a 26ª de 1995. Tem prefácio, *O significado de Raízes do Brasil* (pp. 9-21), copyright © em 1967, de Antonio Candido e *Post-Scriptum* (pp. 23-24), também de Candido, em 1986. A edição traz ainda um Posfácio, *Raízes do Brasil e depois*, do historiador Evaldo Cabral de Melo (pp. 189-193). Todo esse processo de agregação de textos é de fundamental importância para a compreensão da análise que trago aqui.

Dessa forma, devo pensar as obras como parte da instrumentação documental escriturada, pelo efeito da *papelada* como exterioridade constitutiva do simbólico (Rancière, 1994), a dispersão e ao mesmo tempo inunção de diferentes textos como encaixes constituintes da ordem territorial hierárquica própria das obras é ponto de partida. Estou falando a respeito dos “pesos” atribuídos a esses diferentes textos e, ao mesmo tempo, da agitação de sentidos por eles produzidos sobretudo quando sua entrada é tardia, posto que aí se configura um efeito de sentido específico entre locutores. É justamente a um fato dessa ordem que aqui me dedico: a entrada da questão da língua no *Raízes do Brasil* em nota de edição posterior à primeira edição de 1936.

Por que esse atraso para a entrada da questão? Diante disso, com dois

objetivos práticos imediatos, a presente leitura do *Raízes* quer trazer: a) uma proposta de reflexão sobre essa entrada como acontecimento histórico enunciativo (Guimarães, 2002); e b) uma análise das relações entre as diferentes regiões de sentido ao longo da *nota*.

1 Uma reflexão sobre *A língua-geral em São Paulo*

Ao menos de modo frontal, a questão da língua não aparece na primeira edição, de 1936. Ela vem em um conjunto de notas ao quarto capítulo: O sementeiro e o ladrilhador. Nesse conjunto, é a segunda nota: *A Língua-geral em São Paulo* (pp. 122-133). Seu aparecimento no volume só é possível a partir de 1945, como ficamos sabendo em um desdobramento da autoria já no primeiro parágrafo do texto da *nota*:

O assunto, que tem sido ultimamente objeto de algumas controvérsias, foi *tratado pelo autor* [grifo meu] no Estado de S. Paulo de 11 e 18 de maio e 13 de junho de 1945, em artigos cujo texto se reproduz a seguir, quase na íntegra (p. 122).

Palavras do próprio Holanda. Esse desdobramento da autoria significa uma volta histórica que acrescenta uma abertura para o novo no mesmo, ou seja, na republicação. Se essa compreensão explode a noção de intervalo de tempo por justaposição de fatos, o período em estudo é o do acontecimento histórico enunciativo, estruturante de temporalidades, na relação entre edições. É um processo de particularização construído por essa volta histórica.

É preciso então considerar o fato parte das condições históricas que fazem vir a público a questão da língua em uma posteridade. Como disse, ao longo das edições do *Raízes*, há todo um movimento de sentidos na fusão de capítulos, deslocamento de notas de rodapé, são incluídos índices onomásticos, de assuntos e longos textos são acrescentados ao volume com diferentes estatutos, seja pelo próprio autor, caso da “nossa” nota, seja por outros autores.

E é nessa movimentação das edições, nessa presença *do novo no mesmo*, instaurando temporalidades específicas, que temos a entrada da questão da língua justamente como uma deriva do processo histórico na enunciação. No relato da colonização do litoral para o interior, a questão é aí interposta. Assim, é importante dar atenção ao fato de que há um sentido perpendicular para a questão que vem como forma de significar o pouco contato de Portugal com São Paulo, “onde ainda no século XVIII as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim” (p.102). É esse o ponto de entrada no corpo do

capítulo que leva a nota 2. *A língua-geral em São Paulo*. Quer dizer, do ponto de vista autoral, a questão da língua vem para certificar esse pouco contato, mas, tomando o fato como um acontecimento enunciativo, a entrada da nota é uma deriva que significa o esquecimento da questão. Vejamos o índice do capítulo:

4 O SEMEADOR E O LADRILHADOR93

A fundação de cidades como instrumento de dominação - Zelo urbanístico dos castelhanos: o triunfo completo da linha reta - Marinha e interior - A rotina contra a razão abstrata. O espírito da expansão portuguesa. A nobreza nova do Quinhentos - O realismo lusitano - Papel da Igreja

Notas ao capítulo 4:

1. Vida intelectual na América espanhola e no Brasil..... 119
2. **A língua-geral em São Paulo122**
3. Aversão às virtudes econômicas 133
4. Natureza e arte 137

Sabe-se da amplitude do debate sobre o problema da reescrituração no âmbito da autoria.² Mas, como preciso aqui restringi-lo à relação língua/escrita, é fundamental considerar que o que vemos na reedição do *Raízes* é a entrada de um alentado acréscimo de textos: 20 (vinte) páginas nas mesmas dimensões de formatação do texto principal. Assim como as 65 (sessenta e cinco) notas que vêm como simples referências bibliográficas ao capítulo no final do volume, essas notas ao quarto capítulo remetem a pontos específicos, mas gozam de um estatuto diferenciado: são longas e vêm junto ao capítulo.³ É possível então dizer que esse bloco de notas que adentrou a história do *Raízes* é um lugar em falso, porque essa diferença na materialidade gráfica não é constituída por “mudanças simplesmente exteriores ou formais” como quer o autor no prefácio da 2ª edição (p.25). *A língua-geral em São Paulo* enquanto nota e, mais ainda, nas condições históricas tais, enquanto acontecimento enunciativo, tem estatuto específico.

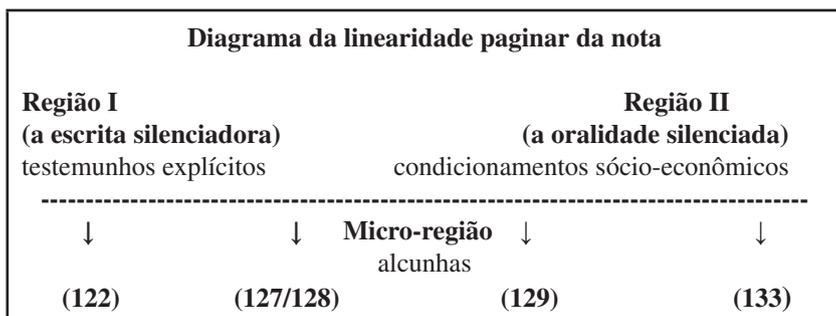
É preciso compreendê-la por esse encaixe “Notas ao capítulo 4”. Ou seja, considerar, na *categorização dos espaços* do volume, o que é *projetado* pelos efeitos de sentido entre locutores: o locutor da primeira edição como uma anterioridade e, no bloco, ou seja, na posteridade, o locutor da questão da língua.⁴ É constituída então uma ordem histórico-enunciativa específica. O que significa esse esquecimento histórico?

Que sentidos são rememorados nesse acontecimento enunciativo? O que significa essa entrada posterior que implica só encontrar lugar para a questão da língua em nota, em um paratexto? É um constitutivo esquecimento da instrumentação de base, a relação língua/escrita no processo histórico: a gramatização do português do Brasil (Auroux, 1992; 1998). Avancemos no textualizar da questão da língua.

2 Regiões de sentido para a *Língua-geral em São Paulo*

Nas onze 11 páginas dedicadas à questão (pp. 122-133), consideremos duas grandes regiões de sentidos. Na primeira, vem rememorado um passado da língua na antiga São Paulo descrito através do que o autor chama de “testemunhos explícitos” (pp. 122-127); na segunda, a rememoração vem descrita pelo que certa tradição chama de “condicionamentos sócio-econômicos” (pp. 129-133). Entre elas, estabelecendo uma fronteira histórica, vem uma micro-região, onde a questão é descrita através das alcunhas (pp. 127-128).

Para compreendermos relações de sentido que atravessam essas páginas, quero destacar, no funcionamento enunciativo, o sujeito afetado pelo instrumental analítico, uma anterioridade reguladora específica: a concepção do tempo histórico como secular que afeta o sujeito enunciativo. Vide o esquema a seguir.



Vejamos então como, pela materialidade da linguagem, atravessam sentidos nessas duas regiões demarcadas pela análise.

2.1 Conhecer/saber a língua (portuguesa), testemunhar a língua-geral (região I)

Na primeira região, testemunhos explícitos, casos e exemplos são estudados no sentido de elucidar qual é a língua mais falada na São Paulo

do século XVII. Como os sentidos circulam significando lugares institucionais - a escola, a família - logo aparecem na enunciação sentidos que constituem uma hierarquia para a relação sujeito/língua seguramente fora dos domínios do autor atravessando toda essa região I (pp. 122-127). Vejamos seqüências recortadas pela análise.

“**A língua que** nas ditas famílias **se fala** he a dos índios, e a portugueza a vão **aprender** os meninos à escola” (pp. 122-123).

“O nouo Vigário que veio provido naquella igreja, o qual **há mister quem o interprete**” (pp.123-124).

“Religiosos procedentes de fora, **desconhecendo** inteiramente a **língua da terra, se entendiam mal** com os moradores” (p. 123).

“Os filhos primeiro **sabem a língua** do gentio do que a materna”. Isto é, a portuguesa (p.124).

“[no Paraguai]: As mulheres **falavam só o guarani** e os homens **não se entendiam** com elas em outra língua (...) em outras partes (...) apenas os mais cultos **sabiam o espanhol**” (pp. 124-125).

“O juiz de órfãos precisou dar juramento a Álvaro Neto, **prático na língua da terra**, a fim de **poder compreender** as declarações de Luzia Esteves, filha do defunto, ‘**por não saber falar bem a língua portuguesa**’” (p. 125-126).

Observemos que os sentidos deslizam pelas dimensões do falar, aprender, interpretar [traduzir], saber a língua, mas notemos também a entrada de qualificação para essas dimensões: “se entendiam **mal**”, “saber falar **bem** a língua”. Com essa entrada, atentemos para uma certa gradação, um arco que vai sendo traçado, tendo como ponto alto [descrição minha] o “mais importante dos casos” [descrição de Holanda], o do caudilho Domingos Jorge Velho, o vencedor dos Palmares (pp. 126-127).

“Tendo de tratar com o bispo de Pernambuco no sítio dos Palmares, em 1697, **precisasse levar interprete, ‘porque nem falar sabe’**, diz o bispo. E ajunta: ‘nem se diferença do mais bárbaro” (p.126).

“Primeiramente, observa, as tropas de paulistas não são de **gente matriculada nos livros** de Sua Majestade” (p. 126).

“Permanece intato, todavia, o problema de saber se o ‘tapuia bárbaro’, **que nem falar sabia – entenda-se: falar português** -, terá sido autor de **tão sutis raciocínios**. Restaria, em verdade, o recurso de admitir que, sendo porventura sua **a letra** com que foram redigidos os escritos, não o seriam **as palavras** e, ainda menos, **as idéias**” (p. 127).

Se a autoria é atravessada pelos sentidos que constroem uma fronteira histórica entre línguas tal como no embate entre o “porque nem falar sabe” e o encaixe “-entenda-se falar português-”, é, por outro lado, fundamental ter em vista que a questão da língua é trazida na relação com certa gradação do raciocínio pelo “tão sutis”, o aspecto gráfico, a letra [o manuscrito], a dimensão do sistema lingüístico, ou seja, as palavras e a dimensão das “idéias” e em um sentido mais geral da escrita: “gente matriculada nos livros”. Como disse, há uma hierarquia nas relações e, nela, a intervenção da escrita é definitiva.

Vejamos então a seguir em um diagrama a tentativa de compreender essa construção que configura um processo histórico por onde a oralidade é silenciada pela escrita que aparece como uma fronteira tardia para a existência de outras línguas no embate com a portuguesa. Essa configuração constitui o que análise demarcou como região I. Vejamos um resumo desse arco no quadro a seguir; nele, note-se que com o avançar das páginas a escrita intervém.

o “mais importante dos casos” → . Jorge Velho (**a escrita**) (p.126-127)
(**manuscrito/letra**, palavras, idéias)

. O **inventário** de Brás E. Leme (**a escrita**, p. 125)

. Antônio Pais de Sande (o relatório **escrito**, p. 124)

. O caso Inês Monteiro (o idioma natural, p. 124)

. Fins do Século XVII . Artur de Sá e Meneses – governador. (p. 123)

. Século XVII. Antônio Vieira (p. 122)

O que a análise nos apresenta é algo realmente da ordem que me preocupa: a intervenção da escrita fora do alcance autoral para limitar o lugar da oralidade no processo histórico. O trabalho de Holanda toma os escritos como lugar de constatação de um estado de coisas, mas não em seu funcionamento histórico. O sujeito enunciativo vem afetado por esse desejo de ouvir dos escritos: “quando principia a desaparecer, entre os moradores do planalto paulista, o uso corrente da língua tupi?” (p. 129). A escrita se interpõe então para interromper essa audição. Ela silencia a oralidade.

O sujeito historiador em Holanda opera para alcançar o que dizem os escritos; o como dizem os escritos pelo fato mesmo de serem escritos se restringe ao interesse pelas formas do sistema lingüístico enquanto dados relativamente ao indivíduo, um questionamento de ordem autoral sobre documentos manuscritos. O que se instala na materialidade, no entanto, é a sobreposição de sentidos em regras administrativo-funcionais constituindo um espaço político-enunciativo pela distribuição desigual do real. Como se vê, é uma contradição que instala conflito no centro do dizer; ação política escriturada para sobreposição dos sentidos estabelecendo limites que constituem uma divisão enunciativa. É nessa conflagração que assumir a palavra é ser “agenciado em configurações” particularizadoras dos espaços constituídos pelos dizeres próprios do lugar social autorizado em uma cena enunciativa. E, nessa ambientação, a intervenção da escrita é fundamental pelo fato de ser parte constitutiva do “agenciamento” legitimador.⁵

Quer dizer, nesse “ponto alto” da textualidade, os sentidos preponderantes são os da “verificação” de compatibilidade entre ordens, entre instâncias de poder e domínios de funcionamento do escrito (Auroux, 1998).⁶ A “ascendência genealógica” do indivíduo, seu “saber falar”, em

uma escala hierárquica de raciocínios, palavras, idéias. A enunciação constrói o sujeito nessa fronteira definida pela escrita. E o “esquecimento” da língua no processo histórico é parte dessa construção. Tanto que enquanto estado de coisas a escrita aparece para argumentar o atraso brasileiro como se vê pela nota 1. *Vida intelectual na América espanhola e no Brasil* por onde circulam sentidos de contraste entre as Américas pela falta da escrita como instrumento de cultura, falta de estabelecimentos gráficos, de “obras dadas à estampa” no Brasil.

Sendo assim, é na diferença entre edições, pela posição gráfica que a nota conflagra que vem a abertura para sentidos que atravessam o aparelho formal no entorno da autoria materializando a memória esquecida da relação língua, escrita e poder. Quer dizer, a materialidade gráfica, a razão gráfica, é historicamente parte constitutiva desse domínio.⁷ Vejamos agora como essa relação é textualizada na segunda grande região da nota.

2 O fim do tupi no planalto paulista: uma ordem residual (região II)

Nessa região, o caráter residualista para a oralidade se acentua na medida em que pesam sentidos por onde a língua aparece silenciada. É uma região governada pelos sentidos de um atraso, pelo pouco contato e, como veremos, há também um momento do fim: “o processo de integração da gente paulista no mundo da língua portuguesa pode-se dizer que ocorreu, com todas as probabilidades, durante a primeira metade do século XVIII” (p. 129). No relato desse processo vêm sentidos de certa renúncia da língua indígena:

“**Onde ainda no século XVIII** as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim” (p.102).

“Nos primeiros tempos da era setecentista **ainda aparecem** (...) referências precisas ao mesmo fato” (p.129).

“Na província de São Paulo, onde chegou no ano de 1825, o próprio Florence **pudera ouvir ainda a língua-geral** da boca de alguns velhos (...) Mesmo em Campinas, porém, **havia** por aquele tempo **quem ainda soubesse falar** corretamente o tupi. ... **Ainda em princípio do século passado**, d. Juana Furquim de Campos, filha de português, não falava sem deixar escapar numerosas palavras do antigo idioma da terra” (p. 130).

O que as relações de sentido firmam é o silenciar da língua indígena ao documentar sua presença residual tardia pelo “ainda” como marcador temporal de um atraso histórico. Também nesse sentido residualista, a abordagem focaliza o espaço geográfico e o comunicacional das instituições sociais, sobretudo a família.

“De modo que o processo de integração da gente paulista no mundo da língua portuguesa (...) ocorreu durante a primeira metade do século XVIII (...) e é possível que (...) não se tivesse completado inteiramente em certos lugares, ou entre certas famílias mais extremes de contato com novas levas de europeus” (p.129-130).

“As senhoras paulistas (...) conversavam naturalmente na **língua-geral brasílica que era a da amizade e a da intimidade doméstica**” (p.130).

“No Paraguai, é comum a todas as classes, mas (como outrora em São Paulo) **só empregada em família**, pois com estranhos se fala espanhol” (p. 130).

“**De portas adentro** não se falava senão o guarani” (p. 130).

“Nos lugares onde escasseavam índios administrados, e era o caso por exemplo, de Campinas, o português dominava sem contraste” (p. 130).

Se formalmente a presença tardia da língua indígena é declarada para argumentar o pouco contato da gente paulista como a língua portuguesa, do ponto de vista que compreende a nota como um acontecimento histórico enunciativo, os sentidos produzidos pelo texto significam justamente um limite histórico para a língua tupi.

3 Alcinhas: uma abordagem residualista (micro-região)

Esse processo de silenciar já é instaurado por sentidos que elegem um objeto mínimo. Quer dizer, a língua indígena já vinha no texto em processo de minimização na micro-região. Em pouco mais de uma página (p.127-128), em três parágrafos, para essa região vêm sentidos que constituem o sujeito na relação com as alcinhas descritas como uma

“circunstância que deve merecer aqui nossa atenção” (p. 127). A análise me levou a compreender esse enunciado de abertura da micro-região já trazendo sentidos de operações residualistas em funcionamento enunciativo no instrumental analítico do autor. Quero dizer que a entrada desse sentido de “merecimento”, de valorização, é algo da ordem do desprestígio da oralidade “popular” limitada a uma “circunstância” tomada na relação sociológica com a língua concebida não mais além do seu sistema lingüístico.

“Que nomes ou apelidos de **genuína procedência** lusa recebem sufixo aumentativo do tupi, como a espelhar-se, num consórcio às vezes pitoresco de línguas bem desse- melhantes, a mistura assídua de duas raças e duas culturas” (p.128).

Nessa micro-região, entram sentidos de “pura origem”, “genuína procedência”, “raridade”, “consórcio de línguas”, “sinal de uso” (p. 128) e o que regula o instrumental analítico diante do objeto, as alcunhas, é a frequência pelo par: “cada vez maior e mais exclusiva” / “diminuição, desaparecimento completo” (p. 128).

Nessa regulação, como disse, é crucial compreender uma anterioridade que torna possível o funcionamento desse instrumental. Uma temporalidade específica que predica o histórico como em “o que de fato se verifica, à medida que nos distanciamos do século XVII” (p.128). O gesto estabelece uma “regra geral” e com ela faz um corte no tempo cronológico até o século XVIII, o XIX já não aparece como passado. Por exemplo, ao considerar o apelido tupi “Sarutaiaá”, dado a um sujeito que só vem a morrer em 1802, Holanda declara: “Trata-se, porém, *já agora* de casos isolados, que escapam à *regra geral* e podem ocorrer a qualquer tempo” (p. 128).

Esse gesto já ao final da micro-região é que abre caminho para um tratamento que dá um lugar histórico residualista ao tupi como vimos. E a questão da língua vai efetivamente de modo frontal até o começo da página 132, onde tem início uma reflexão geral sobre perdas no processo. Nesse rol, Holanda inclui algo importante: “Em outras palavras [os portugueses] teriam de renunciar a muitos dos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem” (pp. 131-132). Os três parágrafos restantes da nota (pp. 132-133) constituem uma avaliação do processo histórico de um modo geral, onde a língua não é mais o centro de interesse, considerando as condições para a colonização que redundava na expansão das bandeiras. Nesse movimento em direção ao

índio, segundo o autor, houve uma contraparte de renúncias a heranças portuguesas. “Os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem. Como o Grão de trigo dos Evangelhos, o qual há de primeiramente morrer para poder crescer e dar muitos frutos” (p. 133).

*

Se do ponto de vista autoral a colocação da questão da língua em edição posterior argumenta a falta de contato da gente paulista com Portugal dada a presença tardia da língua indígena em São Paulo, espero ter demonstrado que o “esquecimento” da questão da língua em *Raízes do Brasil* tem sentido histórico específico na medida em que a nota vem para preencher uma lacuna.

Em primeiro lugar porque do ponto de vista do político, pela projeção de sentidos (efeito entre locutores das diferentes edições), é rememorado um silêncio que vem na relação com o Estado, ou seja, a política de língua para regulação, resistência, divisão na disputa entre línguas. E é o acontecimento enunciativo o lugar por onde a própria materialidade escrita da linguagem é contraparte no silenciar da língua-outra. Posto que através do próprio da nota, enquanto documentação escriturada constitutiva do processo histórico, é marcado então o esquecimento da questão da língua. Quer dizer, uma particularidade da escrita, seu caráter espacial, torna visível esse acontecimento histórico. A escrita inter-vém por conta de uma sua particularidade.

Em segundo lugar, mas, claro, sem estar descolado desse acontecimento, o sujeito enunciativo em operação, no instrumental analítico, na textualidade vem afetado pela sobreposição de sentidos própria da escrita enquanto intervenção histórica. Justamente pelo desejo de dar a saber algo através da escrita em detrimento de seu funcionamento que se dá por instrumentação lingüística, a gramatização (Auroux, 1992). O trabalho do autor recolhe em documentos escritos dados a saber como fonte histórica, mas não leva em conta os efeitos de seus sentidos como intervenção histórica na relação sujeito/língua.

Notas

1. Em artigo Vainfas (1998) procura situar o trabalho de Holanda em linha de filiação com a história das mentalidades, a história das idéias, a história da cultura material, mas o destaca como historiador rebelde que desafia e sugere por meio de metáforas. Esse caminho das metáforas é seguido por Veloso & Madeira em *Leituras brasileiras* (1999) onde as autoras fazem uma reflexão sobre a nomeação “raízes do Brasil” na tentativa de compreender a partir daí o modo de funcionamento do trabalho do autor.

2. Sobre as edições de *Raízes*, em seu *O exílio do homem cordial*, no cap. 4, “O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*” (pp. 105-141), Rocha (2004) reflete sobre reescrita e releitura. Procurando expor o “efeito de contrastes entre as edições”, o autor se detém em uma “mudança radical” em relação aos fundamentos da formação social brasileira. Para ele, na primeira edição, Holanda toma a “transplantação da cultura europeia para os trópicos”, com o “otimismo” que tem a “experiência brasileira como exitosa” donde o parágrafo de abertura da primeira edição “parecia a própria metonímia do título” (p. 111). Já o parágrafo de abertura da edição de 1967, traria uma “modificação [que] não poderia ser maior, já que agora, a experiência histórica brasileira parece condenada ao descompasso entre as idéias e o seu lugar”. E completa: “destaque-se o fator decisivo: não se trata de correção estilística, que vise aprimorar a expressão ou torná-la mais clara, tampouco do acréscimo de dados que aprimorem o argumento, mas da supressão completa da idéia chave, simplesmente substituída pelo seu contrário” (p. 113). O que surpreende é que a entrada da “questão da língua” não é discutida por Rocha.
3. O índice remissivo, pela entrada “língua”, não leva à nota.
4. Nesse ponto tiramos proveito da análise em Guimarães (2002, pp. 11-15) sobre acontecimento e temporalidade. O acontecimento é uma diferença produzida pelo efeito de sentido entre locutores. A existência de uma anterioridade (uma coluna de revista, por exemplo) que categoriza os espaços, um passado que rememora ao abrigar o novo. Com essa diferença, vem a abertura de uma “latência de futuro” que projeta sentido ao recortar um memorável: uma “temporalidade específica” (escriturada) para “instruir, indicar como saber tal”. A noção de instrução vem a partir da teoria polifônica de Ducrot (1984). Desse ponto, recorrendo à teoria da Análise de Discurso, tendo em vista essa divisão, o autor nos diz então da diferença entre locutor e sujeito. O locutor é falado pelo sujeito no funcionamento da língua: o sujeito somente o é enquanto tal afetado pelo interdiscurso. Consideremos então como consolidada a concepção segundo a qual o sentido forte na e da linguagem fica fora do alcance do indivíduo justamente pelo fato dele “saber o que diz”. Esse saber funciona pelo interdiscurso (Orlandi, 1999).
5. O instrumento que ponho em operação vem da reflexão feita por Guimarães op. cit., pp. 15-18.
6. A orientação vem por Auroux (1998): “o escrito só aparece (e se mantém) em sociedades fortemente hierarquizadas, e entretém desde a origem (e sobretudo na origem) relações muito estreitas com as diversas instâncias de poder” (p. 68).
7. O conceito de razão gráfica Auroux (op. cit. p. 73) toma em J. Goody (1977). No desenvolvimento intelectual humano, é preciso considerar o aparecimento de “uma nova forma de tecnologia, e por conseguinte uma nova forma de racionalidade.”

Referências Bibliográficas

- AUROUX, Sylvain. *Filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. *A Revolução tecnológica da Gramatização*. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- GUIMARÃES, Eduardo. *História e Sentido na linguagem*. Campinas, SP, Pontes, 1989.

- _____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP, Pontes, 2002.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- ORLANDI, Eni. P. *As formas do silêncio*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1988.
- _____. *Análise de discurso : princípios e procedimentos*. Campinas, SP, Pontes, 1999.
- ROCHA, João Cezar de castro. *O exílio do Homem cordial : ensaios e revisões*. Rio de Janeiro : Museu da República, 2004.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes na história: um ensaio de poética do saber*. Trad. Guimarães, E. & Orlandi, E. São Paulo, Pontes/Educ, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo. “Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais”. In: CANDIDO, Antônio (org). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, SP, Perseu Abramos, 1998.
- VELOSO, Mariza & MADEIRA, Angélica. “Sérgio Buarque de Holanda: raízes e rizomas do Brasil”. In: *Leituras brasileiras: itinerários do pensamento social e na literatura*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

Palavras-chave: *escrita, nota de rodapé, enunciação*

Key-words: *writing, text note, utterance event*

DO ESTADO INFINITO AO ESTADO FINITO DO VERBO: OS LIMITES ENUNCIATIVOS DA UNIDADE SENTENCIAL

Bruna Karla Pereira

Luiz Francisco Dias

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: Este artigo aborda o conceito de forma verbal infinitiva na língua portuguesa, sob uma ótica enunciativa. As contribuições advindas da discussão da dicotomia entre formas verbais pessoais e impessoais são aplicadas em uma análise do sujeito gramatical, na qual a relação entre o estado infinito e o estado finito do verbo, assim como a noção de flexão, são reexaminadas.

ABSTRACT: This paper approaches the concept of infinitive verbal form in Portuguese, from an enunciative perspective. The contributions that come from the discussion of the dichotomy between personal and impersonal verbal forms are applied in an analysis of the grammatical subject in which the relation between the non-finite and the finite state of the verb as well as the notion of inflexion are reexamined.

Introdução

O estudo das relações entre sintaxe e semântica raramente levam em consideração aspectos da enunciação. Geralmente, consideram a significação a partir de propriedades relativas à própria organicidade das sentenças, tendo em vista a tese segundo a qual há princípios subjacentes que organizam a estruturação semântica. Temos percorrido outra direção: a sintaxe é um campo cruzado pelas regularidades orgânicas e pelas condições de funcionamento da organicidade no acontecimento enunciativo. Nesse sentido, a unidade sentencial se constitui pela relação entre uma anterioridade de formas que funcionaram regularmente como sustentação de outras unidades e uma demanda de formação de

uma unidade advinda do acontecimento enunciativo. Os lugares sintáticos se formam de diferentes modos nessa relação. Acreditamos que a ocupação ou não dos lugares sintáticos obedecem a condições relativas a essa demanda, advinda do acontecimento enunciativo. Neste estudo, vamos analisar aspectos da constituição do lugar do sujeito sintático em sentenças construídas com formas verbais infinitivas.

Para que possamos apontar os fundamentos enunciativos da constituição do lugar de sujeito nesse tipo de sentença, faremos uma análise, dentre outros aspectos, da relação entre o estado infinito e o estado finito do verbo. Para isso, a noção de flexão, que orienta a passagem do primeiro estado para o segundo estará em causa. Antes de explicitar o conceito de flexão adotado, vamos explorar as noções de sujeito, anterioridade e pessoalidade.

O sujeito e os estados finito e infinito do verbo

De acordo com Dias (2002), na constituição da arquitetura sentencial, sujeito é o lugar sintático¹ responsável por retirar o verbo de seu estado de dicionário, deixando-o em condições de receber as variações flexionais. Nessa direção, o que explica a existência do lugar do sujeito não é a eventual condição de argumento do verbo, como defende a gramática de valências. Ao contrário, o verbo é que depende da instalação do lugar do sujeito para ser retirado da sua condição de infinitivo. Não sendo projetado pelo verbo, o lugar de sujeito advém de um “ponto de partida” (DIAS, 2007, p. 1) configurado enunciativamente: a *anterioridade de predicação* (DIAS, 2007, p. 1). A anterioridade de predicação é então uma demanda de saturação da unidade sentencial como um todo, para que se constitua nela uma base de predicação. Na predicação, o verbo passa a ser uma unidade em perspectiva, isto é, ele recebe as coordenadas de enunciação, que passam a ser agregadas morfológicamente, como sufixos. A submissão ao lugar do sujeito é a condição para que ele receba a coordenada proeminente na predicação: a flexão.

Para oferecermos uma exemplificação desta relação entre sujeito, pessoalidade e anterioridade, precisamos definir pessoalidade. Trata-se da possibilidade de se recuperar a participação de personagens na cena descrita pelo enunciado (PEREIRA, 2008). Estas personagens nem sempre terão um caráter humano, animado ou pontual, como se poderia pensar. Em “Choveram canivetes”, o verbo está acionado, o que, na nossa tese, denuncia o lugar de sujeito na sentença, como base da predicação. O SN “canivetes” funciona como uma personagem da cena descrita, mesmo não sendo humano, nem mesmo pontual, pois atua

como indicador de referência em cenas variadas. Por exemplo, “canivetes” tanto pode indicar um tipo de granizo, quanto “agressões verbais”, “reclamações intempestivas”, “chateações”, dentre outros.

Sendo assim, nos casos anteriormente descritos, a recuperação da participação de personagens parece, se não pontual, pelo menos condensada em um SN específico, como “canivetes”. No entanto, a recuperação desses personagens aparece, muitas vezes, de modo difuso, dando margem à análise, a nosso ver equivocada, segundo a qual o verbo é impessoal, como em “Comprar no Carrefour é barato”. Neste caso, a personalidade se instala sim, pois é possível recuperarmos a participação de um “você”, isto é, de uma segunda pessoa a que o anúncio publicitário está sendo direcionado, como em “(Você) comprar barato é no Carrefour”. Este “você”, no entanto, constitui-se referencialmente de modo disperso e generalizante, quando comparado à seguinte sentença “Maria comprar no Carrefour é barato, mas nós comprarmos no Carrefour é muito caro”.

Sendo assim, em “Comprar no Carrefour é barato”, o verbo está flexionado, em estado finito, portanto, mas não há a explicitação de um morfema número-pessoal. A flexão, como se viu, evidencia o lugar de sujeito na sentença, que tem como ponto de partida uma anterioridade de predicação, isto é, um ponto de partida onde se satura uma referência como base de predicação. Nesta oração, este ponto de partida não é recuperável lexicalmente, mas nas condições de produção em que tal enunciado se insere. Nesse caso, a identificação de personagem, apesar de não ser condensada nos domínios do pronome “você” recuperável, ainda assim se aplica.

Diante disso, compreenderemos que a flexão se dá com a *possibilidade* de agregação de um morfema flexional à forma verbal infinitiva², tendo em vista a instalação do lugar do sujeito. Um dos critérios para se detectar a flexão é a avaliação da possibilidade de concordância em número e em pessoa. Para isso, insere-se um pronome plural (“eles” ou “nós”), adjacente ao verbo, ou se altera a categoria de pessoa presente por um pronome no plural. Vejamos:

(1a) bem... você falou num problema de:... **sair** daqui e ir até:... a Gávea... eh... problema de transporte... de chegar até o túnel Rebouças etc... [NURC]³.

(1b) (...) num problema de nós **sairmos** daqui (...).

Como se constata, “sair” em (1b) apresenta uma marca flexional explícita “-mos”, o que nos leva a crer que “sair”, em (1a), é um verbo flexionado. Sua flexão, no entanto, não está explícita, pois se constitui a partir de um morfema flexional zero indicador de terceira pessoa do singular.

Há casos em que a alteração da categoria de número e, como consequência, a alteração na flexão, causa certo estranhamento, tendo em vista que a construção se torna consideravelmente redundante, como se vê em (2b) a seguir:

- (2a) vez por outra eu estou metido com excursão... gosto de **sair**,
gosto de **passar**...⁴ [NURC].
(2b) nós gostamos de **sairmos**

Entretanto, nada impede que a concordância se estabeleça nestes casos. Evidência disso é que, quando utilizamos um pronome de reforço⁵, para dar ênfase à personalidade, a possibilidade de concordância deixa de parecer estranha, conforme nos mostra (2c):

- (2c) Gostamos de **nós mesmas sairmos**, sem os filhos.

Em vista disso, um critério alternativo para se avaliar se o verbo está em estado de flexão seria a inserção de um pronome de reforço plural, que levaria à explicitação da flexão a partir de um morfema aditivo.

Com base no critério acima apresentado, no qual se insere um pronome plural ou se altera a categoria vigente por uma categoria no plural, compreende-se que o verbo, tradicionalmente classificado como “forma não flexionada” (CUNHA, 1971, p. 332), em orações como a seguinte, está efetivamente em estado de flexão, embora o morfema não se realize:

- É bom **ter** uma casa, **dormir**, **sonhar** (CUNHA, 1971, p. 332).

Nestes casos, quando se insere um pronome plural, a flexão se explicita, como em “É bom (nós) termos uma casa, dormirmos, sonharmos”. O mesmo ocorre com o seguinte exemplo de LIMA (2003, p. 412) “Trabalha, meu filho, para agradecer a Deus”, classificado pelo gramático como “infinitivo pessoal não flexionado”.

Vejam agora o funcionamento deste critério em orações cujo verbo encontra-se em estado infinito:

- (3) Enxergar e ouvir são alguns dos sentidos mais importantes do ser humano.
(4) Caminhar é um exercício físico recomendado pelos médicos.

Em nenhum destes casos, a forma verbal infinitiva admite a inserção de um pronome⁶, sob pena de produzir um efeito de transgressão, como se observa nos exemplos seguintes:

(3a) ? Nós enxergarmos é um dos sentidos mais importantes do ser humano.

(3b) ? Nós caminharmos é um exercício físico recomendado pelos médicos.

Sendo assim, este parece ser um dos poucos casos em que a forma verbal com terminação infinitiva está realmente no estado infinito. Trata-se de um enunciado definidor, constituído por uma oração com verbo no estado infinito, mais outra oração, com o verbo copulativo “ser”. Nota-se, entretanto, que outros enunciados definidores, constituídos por verbos como “compreender”, “consistir” e “significar” permitem a inserção do pronome, sem que o enunciado produza efeito de transgressão, como se vê a seguir:

(4a) Estudar em grupo compreende uma série de atividades como ler e fazer exercícios.

(4b) **Nós** estudarmos em grupo compreende uma série de atividades como ler e fazer exercícios, mas **eles** “estudarem” em grupo compreende uma série de outras atividades como jogar bola na rua e andar de *skate*.

Por isso, os enunciados definidores em que ocorrem verbos no estado infinito parecem estar restritos àqueles constituídos por verbo copulativo, como em (3). No entanto, apesar desta restrição, nem todos os enunciados definidores que se encaixam neste modelo impedem a flexão da forma verbal infinitiva, por exemplo:

(5a) Prometer é um desejo de cumprir.

(5b) O João prometer é um desejo de cumprir, mas os políticos “prometerem” é um ato de mentir.

Como em (5b) houve possibilidade de explicitação da flexão, podemos concluir que, apesar de os enunciados definidores no formato oração com verbo na forma infinitiva mais oração com verbo copulativo não ser um ambiente que determina decisivamente a ocorrência de verbo no estado infinito, pelo menos, favorece em alguns casos.

Além de enunciados definidores, há ainda dois casos em que a forma verbal infinitiva pode ser caracterizada como infinita, quais sejam, em dicionário e em menção, como exemplificado, respectivamente, em (6) e em (7):

(6) **Entrar** (v. Int.): 1. Passar de fora para dentro (...): Tarde da noite, entrou, pé ante pé; Pode entrar: a casa é sua. (FERREIRA, 1999).

(7) “**Entrar**” caracteriza-se como um verbo de primeira conjugação.

Em nenhum destes casos, a inserção de um pronome é adequada, levando-nos a acreditar que se trata realmente de verbo no estado infinito.

Em suma, vimos afirmando que a forma verbal infinitiva pode ser analisada de modo mais consistente se opusermos as noções estado finito *versus* estado infinito. O primeiro caso é identificado quando a inserção de um pronome no plural é permitida na oração, desencadeando a explicitação da flexão verbal. Por sua vez, o segundo caso é identificado quando a inserção de um pronome não é permitida, desencadeando efeitos de transgressão, conforme demonstraram os exemplos de enunciados definidores com verbo copulativo, de verbetes em dicionários e de menção.

Para explicitar melhor a nossa abordagem, vamos submetê-la ao contraste com uma proposta de análise de sentenças cujas formas verbais não explicitam a flexão, baseada em uma perspectiva gerativista. Vitral (1987) descreve três situações possíveis de ocorrências da forma verbal infinitiva no português, em se tratando da co-referência entre o sujeito da primeira oração e o sujeito da segunda oração:

a) Em (1.43) [a. João quer comer o doce; b. Nós podemos comer o doce; c. Eles tentaram comer o doce; d. Eu devo comer o doce] (...) a correferência é obrigatória, e a flexão do infinitivo é neutralizada (i.é, há uma não-flexão);

b) Em (1.45) [a. João viu comer o doce; b. Nós mandamos comer o doce, etc.] e (1.46) [a. João viu comermos o doce; b. Nós mandamos comerem o doce, etc.], a correferência é impossível, e a flexão do infinitivo é obrigatória e

c) Em (1.47) [a. João acredita ter comido o doce; b. Nós lamentamos ter comido o doce, etc.] e (1.48) [a. João acredita termos comido o doce; b. Nós lamentamos terem comido o doce, etc.], a co-referência e a flexão são livres.

(VITRAL, 1987, p. 26, *grifos nossos*).

Sem entrar no mérito relativo ao conceito de co-referência⁷, gostaríamos de ressaltar que as três regras tipificadas (não-flexão, obrigatoriedade de flexão e ocorrência livre) são dispensáveis em nossa abordagem,

porque, em todos os casos exemplificados acima, o verbo estaria em estado de flexão, inclusive nos exemplos de (1.43). Como se observa a seguir, as três primeiras ocorrências de (1.43) evidenciam a flexão, com morfemas aditivos, quando se insere um pronome no plural; por sua vez, a última ocorrência evidencia a flexão, com morfema zero, não explícito:

- A1. **As crianças** querem **elas mesmas** comerem o doce;
- B1. **Nós** podemos **nós mesmos** comeremos o doce;
- C1. Eles tentaram **eles mesmos** comerem o doce;
- D1. Eu devo **eu mesmo** comer o doce.

Sendo assim, as ocorrências de (1.43) estão flexionadas. Conforme explicitam os exemplos de A1 a D1, em “a. João quer comer o doce”, o morfema zero indica terceira pessoa do singular; em “b. Nós podemos comer o doce”, este morfema indica primeira pessoa do plural; em “c. Eles tentaram comer o doce”, terceira pessoa do plural; e, em “d. Eu devo comer o doce”, o morfema zero indica primeira pessoa do singular. Com efeito, a concordância não foi estabelecida nos exemplos de a. a c. em (1.43) simplesmente porque ela seria redundante, mas isso não significa que a flexão esteja “neutralizada” ou que não haja flexão.

Quanto à noção de flexão livre, apresentada no item (c), acreditamos que o mais adequado seria afirmar que a lexicalização do morfema flexional aditivo é possível nestes casos, conforme os exemplos do autor: “João acredita termos comido o doce” e “Nós lamentamos terem comido o doce”. Entretanto, “livre”, a explicitação da flexão não seria, dado que a inserção destes morfemas marcadores de plural produz efeitos de sentido diferentes no enunciado. Em “Nós lamentamos terem comido o doce”, cria-se uma projeção de identidade no lugar de sujeito (de “terem”) que não precisa ser recuperável anaforicamente no texto onde esta sentença foi produzida. Este tipo de sujeito é classificado como “projeção”⁸ (DIAS, 2002). Diferentemente, em “Nós lamentamos ter comido o doce”, cria-se uma demanda de saturação do referente, levando-se a uma ancoragem do lugar de sujeito (de “ter”) no texto, para que o referente seja recuperado anaforicamente. Este tipo de sujeito, por sua vez, é classificado como “suporte” (DIAS, 2002). Portanto, diríamos que a explicitação da flexão, a partir de morfemas aditivos, é possível, mas não é livre, pois está diretamente vinculada a questões de ordem enunciativa.

Além disso, ao utilizarmos a expressão “explicitação da flexão”, reiteramos que, mesmo em casos como “João acredita ter comido o doce”, a flexão se constitui, a partir de um morfema zero, potencialmente indicador de terceira pessoa do singular: “João acredita ter (ela) comido o doce”.

Estas duas análises potenciais são possíveis, pois a sentença encontra-se fora de qualquer texto que possibilite o recorte de uma das duas informações. Portanto, propomos a seguinte reformulação: não é a flexão que é livre, pois ela ocorre em qualquer um destes ambientes; a explicitação da flexão é que é possível, de acordo com as condições enunciativas estabelecidas. Por fim, a noção de obrigatoriedade de flexão, conforme formulado em (c), esvazia-se, quando se leva em conta o que expusemos acima.

Outro aspecto, objeto de discussão, no âmbito do trabalho de Vitral (1987), são seus comentários em relação à dicotomia “impessoal” *versus* “pessoal”. Para ele,

quase todas as ocorrências do infinitivo podem ser vistas de fato como pessoais, isto é, referem-se a uma pessoa do discurso da qual se pode tomar conhecimento através das desinências pessoais do verbo (...) Em orações como (1.38) [É preciso ir embora já] o infinitivo pode estar concordando, por exemplo, na 3ª pessoa do singular que também tem desinência. (VITRAL, 1987, p. 22).

E acrescenta:

A suposta impessoalidade de orações como (1.38) é diferente da real impessoalidade presente na oração:

(1.42) Chover no campo é bom

aqui a impessoalidade de chover não está relacionada com o infinitivo, mas aparece em todas as formas desse verbo. Considerarei, então, como única distinção que a estrutura formal da língua nos permite fazer, a existência de infinitivo com flexão e infinitivo sem flexão. (VITRAL, 1987, p. 22).

Quanto a esta citação, devemos dar enfoque às dicotomias “infinitivo com flexão” *versus* “infinitivo sem flexão” e “pessoalidade” *versus* “impessoalidade”. Quanto à primeira, como já foi exposto aqui, não se trata de uma oposição válida para se distinguir se a forma verbal infinitiva está no estado finito ou infinito. É devido a isto que exemplos como (1.43), como “João quer comer o doce”, são considerados sem flexão, embora a tenham. Portanto, assim como se reconhece que, em “É preciso ir embora já”, o verbo “ir” está flexionado na 3ª pessoa do singular, com um morfema zero, dever-se-ia considerar o mesmo em relação a “João quer comer o doce”. Nesse caso, não se trata de “infinitivo sem flexão”; ao contrário, o verbo está em estado finito.

Quanto à segunda oposição, segundo o autor, pessoalidade e impessoalidade não são critérios relevantes para se avaliar a flexão. Também diante de informações como esta, acreditamos que o problema está na concepção de pessoalidade normalmente disseminada, qual seja, “quando [o verbo] não se refere a nenhum sujeito” (CUNHA, 1971, p. 332). De modo diferente, diríamos que a impessoalidade ocorreria quando não se permite recuperar a participação de uma personagem na cena descrita pelo enunciado (PEREIRA, 2008). Entretanto, uma sentença, como “É preciso ir embora já”, embora produza um efeito de impessoalidade, assim definido, não impede a recuperação de algum personagem como “É preciso (você) ir embora já”. Evidência disso, é a possibilidade de flexão, como em “É preciso irmos embora já”. Portanto, esta sentença não é impessoal.

Além disso, perguntamo-nos se a “real impessoalidade” de que o autor fala é mesmo condizente com o exemplo dado “Chover no campo é bom”. Em concordância com Dias (2002, p. 55), Pereira (2008, p. 161-164) desenvolve uma argumentação mostrando que o SN “chuva” integra-se virtualmente ao verbo “chover”. Este SN pode ser desmembrado em orações como “Chover(em) chuvas intensas no campo é bom”. Diante disso, questionamos se esta “real impessoalidade” “aparece em todas as formas deste verbo”, pois, conforme exemplificamos, a explicitação da flexão também é possível. Concordamos, sim, que a pessoalidade pode não ser um critério definitivo para a determinação do *status* flexional do verbo, já que uma sentença pode produzir efeito de impessoalidade, sem ser impessoal. Entretanto, a oposição pessoalidade e impessoalidade não será compreendida nos moldes propostos nesta citação. Da forma como foi tratada, ela deixa de captar os efeitos enunciativos que comporta (serão retomados à frente) para reproduzir não mais que a dicotomia infinitivo com flexão *versus* infinitivo sem flexão.

Segue o autor, em sua proposta, afirmando que “na TRV [Teoria de Regência e Vinculação], a ocorrência lexical ou não de um SN não se determina em termos de (co) referência, mas sim em termos puramente sintáticos, à luz dos princípios de regência (e Caso).” (VITRAL, 1987, p. 84). Em face disso, o autor analisa as ocorrências de formas verbais infinitivas a partir de dois aspectos principais. Um deles é a subordinação e o outro é definido como CAN (Contextos de Atribuição de Caso Nominativo).

Quanto ao primeiro aspecto, o autor define quatro tipos de ambientes de complementação, dentre os quais, mencionaremos três: complementos regidos por V. SUB, V. IND e V. INF. V. SUB são “verbos que admitem complementos oracionais no modo subjuntivo ou na forma infinitiva” (VITRAL, 1987, p. 93), e.g., “adorar”, “lamentar”, “querer” e outros. Por

sua vez, V. IND são “verbos que admitem complementos oracionais no modo indicativo ou na forma infinitiva” (VITRAL, 1987, p. 93), e.g., “afirmar”, “dizer”, “saber” e outros. Por último, V. INF são “verbos que admitem como complemento apenas a forma infinitiva” (VITRAL, 1987, p. 93), e.g., “poder”, “dever”, “continuar a”, entre outros. Ressalta o autor que há “verbos como querer, tentar (...) que nunca permitem a ocorrência de completivas infinitivas com sujeito lexical.” (VITRAL, 1987, p. 88).

O segundo aspecto analisado pelo autor está relacionado ao CAN, definido, dentre outras condições, pelo traço CONCORD e pelo traço tempo [+/-pass]. Isto indica que a atribuição do Caso nominativo está condicionada a um ambiente em que se cheque pelo menos um destes traços. Assim, o autor verificou que, mesmo em ambientes onde há forma verbal infinitiva, o Caso nominativo deveria ser atribuído, pois a posição de sujeito deste infinitivo estava preenchida por um item [+lexical], como em:

(8) Pedro adorou a Ana conseguir aquele emprego na CEMIG (VITRAL, 1987, p. 100).

Além disso, o autor afirma que “CONCORD (...) parece não ser o único responsável por esse sujeito. Ora, nas orações abaixo [(3.66) a. *O gerente disse os bancos emprestem dinheiro com juros altos; b. O gerente adorou os ministros liberarem a taxa de juros], CONCORD aparece em ambas as completivas, mas apenas (3.66b) é bem construída, com sujeito lexical.” (VITRAL, 1987, p. 101).

Segundo Vitral (1987), (3.66a) assim como (3.70c) [*João disse Maria saber tudo sobre política] são agramaticais devido “ao fato de que o SN Maria não terá Caso (...) já que aí [+tempo] não é qualificado quanto ao traço [+/- pass].” (VITRAL, 1987, p. 107). Esse traço⁹ é característico apenas dos complementos de V. SUB, como ocorre em (8). Por isso, “Os complementos de infinitivo da classe V. IND (...) não podem (...) aparecer com sujeito lexical” (VITRAL, 1987, p. 99), como ocorreu em:

(9) *O gerente disse os bancos emprestem dinheiro com altos juros (VITRAL, 1987, p. 101).

(10) *João disse Maria saber tudo sobre política (VITRAL, 1987, p. 104).

(11) *João confessou o deputado favorecer seus parentes naquele negócio (VITRAL, 1987, p. 99).

Outro tipo de verbo que apresenta, como complemento, oração infinitiva sem sujeito lexical é o V. INF. Segundo o autor, “Ao marcar um

V. INF subcategorizando [-tempo], quero propor que os complementos desse verbo não apresentam uma estrutura sujeito-predicado. Assim, há a impossibilidade de um sujeito lexical (3.86a) [*João deve Maria saber a verdade]” (VITRAL, 1987, p. 113).

As condições apresentadas anteriormente sobre os itens lexicais na posição de sujeito de infinitivo atuam também nas categorias vazias. Segundo o autor, “em casos como (3.111b) [Pedro adorou cv conseguir aquele emprego na CEMIG], a cv é pro.” (VITRAL, 1987, p. 127) e “pro ocorre no CAN” (VITRAL, 1987, p.131). Portanto, este pro recebe Caso nominativo do tempo [+/-pass], já que é sujeito de complemento V. SUB. Diferentemente, a categoria vazia, em “João disse cv depositar dinheiro no colchão” (VITRAL, 1987, p.131) é considerada PRO. Segundo Vitral (1987, p. 131), “PRO não pode ocorrer no CAN [Contexto de Atribuição de Caso Nominativo]”. Neste exemplo, o verbo não tem especificação de tempo [+/-pass], pois faz parte de uma completiva de V. IND, e não tem CONCORD, pois uma subordinada infinitiva de V. IND não admite posição de sujeito preenchida. Logo, o verbo “depositar” não está flexionado, e a categoria vazia PRO não recebe Caso nominativo, como esperado, já que no inglês e em outras línguas, esta categoria se comporta desta maneira.

Após apresentarmos este breve resumo da análise proposta por Vitral (1987), gostaríamos de rever alguns de seus exemplos. Propusemos acima que a possibilidade de inserir um pronome de reforço pode sinalizar a presença de flexão com morfema zero na forma verbal infinitiva. Sendo assim, acreditamos que sentenças como:

(12)? João confessou o deputado favorecer seus parentes naquele negócio.

(13)? João deve Maria saber a verdade.

(14) Pedro adorou pro conseguir aquele emprego na CEMIG.

João disse PRO depositar dinheiro no colchão.

podem ser reescritas da seguinte maneira:

(12a) João confessou (ele mesmo) favorecer seus parentes naquele negócio.

(13a) João deve (ele mesmo) saber a verdade.

(14a) Pedro adorou (ele mesmo) conseguir aquele emprego na CEMIG.

(15a) João disse (ele mesmo) depositar dinheiro no colchão.

Como vimos, (12) e (13) foram consideradas mal-formadas, respectivamente, porque V. IND e V. INF não admitem complemento infinitivo com sujeito lexical, pois, nestes ambientes, não há atribuição de Caso.

Entretanto, acreditamos que as sentenças (12a) e (13a), com “sujeito lexicai” são bem formadas. Isto nos leva a crer que, nestes casos, os verbos das completivas estão flexionados, de modo implícito, a partir de um morfema zero. Evidência disso é que, se alterarmos “João” por um SN no plural, a flexão pode se explicitar, como em:

- (14b) Os políticos confessaram eles mesmos favorecerem seus parentes naquele negócio.
(15b) As crianças devem elas mesmas saberem a verdade.

Assim, (12) e (13), como estão exemplificadas, causam estranhamento, não porque o lugar de sujeito está ocupado, mas porque está ocupado por itens inadequados. Em outras palavras, queremos dizer que, nestes casos, a ocupação é viável e a flexão é legível.

O mesmo raciocínio vale para (14) e (15). Evidência de que há um morfema zero se apresenta também quando alteramos o SN singular por um SN plural, conforme os seguintes exemplos:

- (14c) Os aprovados adoraram eles mesmos conseguirem aquele emprego na CEMIG.
(15c) Os desconfiados disseram eles mesmos depositarem dinheiro no colchão.

Em vista disso, noções como condições de atribuição de Caso e tipos verbais de complementação são dispensáveis para o desenvolvimento da proposta que esboçaremos aqui. No entanto, vale ressaltar a importância das reflexões do trabalho do autor, primeiro, porque elas problematizam, de modo criterioso, aspectos que são foco deste trabalho, como as dicotomias “infinitivo sem flexão” *versus* “infinitivo com flexão” e “pessoalidade” *versus* “impessoalidade”. Segundo, porque se trata de uma abordagem formalista do fenômeno, servindo-nos como ponto de contraste na discussão¹⁰.

Retomaremos agora a discussão sobre pessoalidade e flexão introduzida anteriormente, porque, para compreendermos esta relação, seria melhor explorar um pouco mais a idéia de flexão, conforme fizemos. O que tem sido motivo de confusão na caracterização da forma verbal infinitiva flexionada como sendo “impessoal” é a leitura generalizante que muitas vezes esta forma oferece. Vejamos o seguinte exemplo:

- (16) L2 é... desprezo totalmente o dinheiro... pra mim... pra mim
o dinheiro: serve pra isso... pra **comprar** um Tarod... pra **comprar**

um móvel... pra **ter** um automóvel... **viajar**... não me prendo ao problema de... de juntar dinheiro... pra... pra ganhar o juro da ação da Petrobrás que vai subir... ou então pra:... fazer o enxoval da filha... [NURC].

Primeiro, ressaltamos que as formas verbais infinitivas destacadas estão no estado finito, tendo em vista que, se inserirmos um pronome plural, a flexão vai se explicitar, como em:

(16a) pra (nós) **comprarmos** um Tarod... pra (nós) **comprarmos** um móvel... pra (nós) **termos** um automóvel... (nós) **viajarmos**...

Segundo, chamamos atenção para o fato de que a forma verbal infinitiva se abre, neste caso, a duas leituras possíveis, uma leitura pessoal generalizante e outra pessoal especificadora, conforme discussão preliminar apresentada em Pereira (2008, p. 120). A leitura pessoal especificadora caracteriza-se por dar enfoque à participação de personagens como em (16a) ou como em (16b):

(16b) pra (eu) **comprar** um Tarod... pra (eu) **comprar** um móvel... pra (eu) **ter** um automóvel... (eu) **viajar**...

Por sua vez, a leitura generalizante caracteriza-se por uma enumeração das utilidades do dinheiro a partir de dois pontos de vista gerais: uma perspectiva daquele que gasta em oposição à perspectiva daquele que economiza, sem evidenciar a participação de personagens.

É nesta leitura que a confusão entre impessoalidade e ausência de flexão se instala, pois se tem a idéia de que, por não se atribuir enfoque a algum participante na cena descrita, não haja participante e, portanto, não haja flexão, conforme explica BECHARA (1999, p. 286):

O infinitivo sem flexão revela que a nossa atenção se volta com especial atenção para a ação verbal; o flexionamento serve de insistir na pessoa do sujeito: Estudamos para *vencer* na vida; Estudamos para *vencermos* na vida.

Com este raciocínio, em “estudamos para vencer na vida”, “vencer” estaria sem flexão. Na nossa perspectiva, no entanto, ele está flexionado, porém, a partir de um morfema zero. Concordamos que uma leitura possível seria a generalizante, mas esta leitura não deixa de ser pessoal, porque se recupera a participação de personagens na cena descrita. Em outras palavras, recupera-se discursivamente um “alguém”. Este

“alguém”, no entanto, pode ser lido como disperso e sem especificação, causando um efeito de “impessoalidade”, isto é, de que não há um “alguém”. No entanto, mesmo esta leitura generalizante seria pessoal. Outra leitura possível também pessoal, porém especificadora, seria a seguinte “Estudamos para *vencermos* na vida”. Neste caso, especifica-se este “alguém”, as personagens que participam do evento, a partir da flexão de primeira pessoa do plural. No entanto, apesar deste recorte, salientamos que este “nós” pode ter também uma leitura generalizante, como aquela em que não há flexão. Nesta leitura, o “nós” pode estar abarcando um domínio de referência bem mais amplo do que aquele determinado no espaço de interlocução, entre falante e ouvinte.

Assim, vimos que a forma verbal infinitiva no estado finito pode favorecer duas leituras, quais sejam, uma especificadora e outra generalizante. Esta última não pode ser confundida com impessoalidade, porque, mesmo sendo generalizante, recupera-se a participação de personagens.

Diferentemente, casos que caracterizamos como verbo no estado infinito só permitem uma leitura, a impessoal. Não é pertinente, portanto, a interpretação de uma pessoalidade nem generalizante, nem especificadora. Nestes casos, a cena descrita é construída sem possibilidade de se recuperar a participação de personagens, como em “‘Beber’ é um verbo de segunda conjugação”.

Vejamos os seguintes exemplos para fazermos uma recapitulação do que propomos:

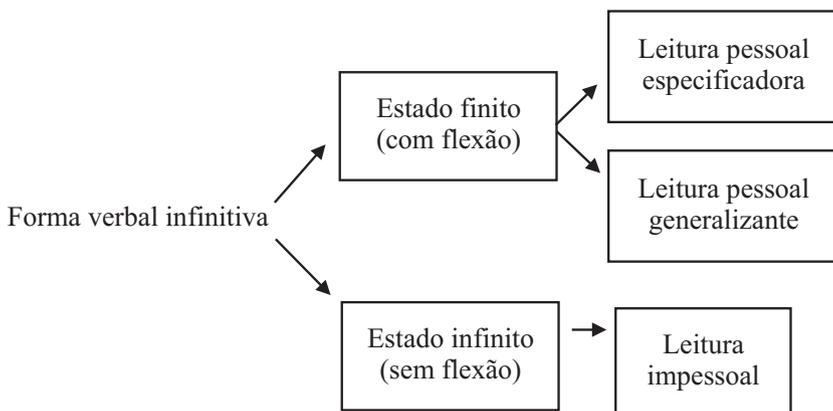
<i>Fatos</i>	<i>Verbo</i>	<i>Estado</i>	<i>Leitura</i>
(17a) Comprar no All Mart é barato.	Flexionado	Finito	Pessoal Generalizante
(17b) Você comprar no All Mart é barato, pois suas compras são grandes, mas eu comprar no All Mart é caro, pois minhas compras são menores, e a diferença recairia no combustível gasto para deslocamento.	Flexionado	Finito	Pessoal Especificadora
(17c) Comprar é uma atividade que todos fazem ou farão um dia.	Sem flexão	Infinito	Impessoal

A partir desse quadro, gostaríamos de ressaltar que não existe leitura impessoal com verbo flexionado, pois a flexão indica que a oração em análise se constitui com o lugar de sujeito. Se há lugar de sujeito, há uma demanda de referência, seja ela generalizante ou especificadora. Logo, em orações com verbo flexionado, é possível recuperar a participação de personagens na cena, mesmo que esta participação seja dispersa. Em (17a), por exemplo, tem-se um sujeito do tipo suporte (DIAS, 2002, p. 56-8) que se ancora em um “você” interpretável neste enunciado. Este “você”, no entanto, não está pontuado no domínio imediato da relação locutor e interlocutor, mas em uma encenação na qual todo aquele que comprar no All Mart comprará a preços baixos. Trata-se do que Guimarães (1989) designa de formas de dispersão¹¹ do sujeito na enunciação. Com efeito, a enunciação do pronome “você”, em (17a), não pode ser pontualmente caracterizada como a enunciação dos pronomes “você” e “nós”, em (17b). Por fim, em (17c), uma leitura pessoal não é pertinente, porque esta cena definidora não autoriza a participação de personagens; ela é, portanto, impessoal.

Considerações finais

Em vista do exposto, a forma verbal infinitiva pode ser de dois tipos, com flexão e sem flexão, caracterizando, respectivamente, o verbo no estado finito e infinito. Esta oposição difere da oposição “infinitivo flexionado” e “infinitivo sem flexão”, pois muitas ocorrências consideradas “infinitivo sem flexão” são, como se viu, flexionadas. A oposição “verbo no estado finito” e “verbo no estado infinito” difere da oposição “infinitivo flexionado” e “infinitivo sem flexão” ainda, pois realmente distingue os dois estados, não dando margem à incoerência da terminologia “infinitivo sem flexão”. Sendo assim, se o verbo está flexionado, ele não está em estado infinito.

Quanto à noção de impessoalidade, vimos que, apesar de verbos no estado finito favorecerem uma leitura generalizante, esta leitura não deixa de ser pessoal, pois é possível recuperar a participação de personagens na cena descrita. Sendo assim, a leitura impessoal só se encaixará em verbos no estado infinito, isto é, casos em que a recuperação de personagens não é pertinente. Vejamos o seguinte esquema ilustrativo:



Acreditamos que esta releitura do conceito de flexão faz com que analisemos a forma verbal infinitiva do português de modo mais coerente, sem tomar de empréstimo regras que, apesar de se encaixarem muito bem em línguas como o inglês, não parecem se aplicar tão bem ao português. Diferentemente, damos enfoque à abertura que a forma verbal infinitiva permite, no sentido da manifestação do equívoco constitutivo (PÊCHEUX, 1982) na própria estrutura linguística. Como vimos, duas leituras, uma generalizante e outra pontual, podem se instalar simultaneamente em um mesmo enunciado. Isto se dá porque a organicidade

lingüística é afetada pelos deslizamentos históricos do acontecimento, não se resumindo a um conjunto de regras ilusoriamente fixas e universais. Sendo assim, a proposta elaborada discorda de análises formais que classificam como “sem flexão” verbos que estão sim flexionados, por um morfema zero. Além disso, critica análises tradicionais que classificam como “impessoais” ocorrências que, apesar de operarem sob este efeito, não o são. Por fim, ressaltamos o caráter ainda preliminar da proposta, mas, com ela, esperamos ter, pelo menos, aberto uma porta para uma análise mais flexível, mais abrangente e igualmente criteriosa da forma verbal infinitiva no português, considerando-se os aspectos orgânicos e enunciativos que lhe são constitutivos.

Notas

1. O conceito de lugar sintático, na perspectiva aqui adotada, corresponde ao conceito de *site*, em Milner (1989).
2. Quando utilizarmos o termo “forma verbal infinitiva”, estaremos nos referindo, de um modo geral, às ocorrências em que o verbo apresenta as terminações “-ar”, “-er” e “-ir”, seguidas ou não de um morfema flexional aditivo indicador de pessoa e número.
3. Este exemplo foi retirado da base de dados NURC, disponível em <http://www.letas.ufrj.br/nurc-rj> e faz parte da dissertação de Pereira (2008). Neste trabalho, Pereira (2008, p. 115) considera a possibilidade de este exemplo ser analisado como “infinitivo sem flexão”. Entretanto, esta análise não é mais coerente com o conceito de flexão aqui proposto. A partir deste conceito, (a) não utilizamos mais o termo “infinitivo sem flexão” e (b) consideramos que o verbo “sair”, em (1a), está em estado finito. Apesar disso, ressaltamos a importância de suas reflexões por revelar o impasse nesta classificação, quando a autora afirma, em relação a (1a) e a vários outros exemplos, que “a interpretação de infinitivo com flexão também é possível” (PEREIRA, 2008, p. 116-7). Além disso, ela sinaliza que “o nome ‘infinitivo com flexão’ não é adequado, porque, se o verbo está flexionado, ele está em seu estado ‘finito’” (PEREIRA, 2008, p. 111). Ressaltamos ainda que o presente artigo teve, como ponto de partida, o que foi discutido preliminarmente sobre forma verbal infinitiva nesta dissertação.
4. Os exemplos retirados da base de dados do NURC estão detalhadamente especificados e organizados no CD-ROM anexo de Pereira (2008).
5. Agradecemos à Prof^a. Maria Elizabeth Fonseca Saraiva, por ter problematizado, em defesa da dissertação anteriormente mencionada, dados como (2), sugerindo que a inserção de um pronome de reforço pudesse evidenciar a flexão.
6. Ocorrências com “você”, como “Você caminhar é um exercício físico recomendado pelos médicos”, parece adquirir crescente aceitação na língua portuguesa do Brasil, em razão de certo esvaziamento da perspectiva de pessoa do qual o pronome “você” vem sofrendo, em usos marcados pela neutralidade na orientação interlocutiva.
7. Independentemente de o autor considerar que “o critério de se examinar as possíveis referências do sujeito do infinitivo é insuficiente” (VITRAL, 1987, p. 28), as avaliações quanto à flexão ou não em sentenças como as exemplificadas permanecem as mesmas.
8. A tipologia proposta por Dias (2002) e sua relação com a forma verbal infinitiva pode ser explorada, com mais detalhes, conforme apresentado na comunicação intitulada “Parâmetros para a análise do infinitivo: no limiar entre a forma e o sentido”, apresenta-

da por Bruna Karla Pereira e elaborada sob orientação do Prof. Dr. Luiz Francisco Dias. Esta apresentação teve lugar na UNINCOR (Universidade Vale do Rio Verde), em Três Corações (MG), em abril de 2008, por ocasião do *IV Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras - Fronteiras do Contemporâneo*. No entanto, limitar-nos-emos, neste artigo, a classificar somente os exemplos aqui discutidos.

9. Tempo [+/-pass] significa, segundo o autor, um tempo “não-especificado”: “os verbos da classe V. SUB selecionam uma completiva com tempo não-especificado – e isso se faz representar pela variável α . Isto é, o tempo do complemento será determinado pelo tempo da oração principal” (VITRAL, 1987, p. 97).

10. Sendo assim, agradecemos ao Prof. Lorenzo Vitral pela disponibilidade para indicar, dentre outras, esta referência, em ocasião da disciplina “Sintaxe”, cursada em 2008/1º e oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG. Apesar disso, responsabilizamos-nos inteiramente pela discussão proposta em torno deste trabalho.

11. Pereira (2008, p. 114) ressaltou que “Temos utilizado a expressão ‘forma de dispersão do sujeito’ em vez de ‘forma de indeterminação do sujeito’, que foi a expressão utilizada por Guimarães (1989). Desse modo, manteremos a ligação com o trabalho do autor, que fala sobre a ‘dispersão’ do sujeito na enunciação, evitando a possível confusão entre ‘formas de indeterminação’ e ‘sujeito indeterminado’”.

Referências bibliográficas

- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*: revista e ampliada. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1971.
- DIAS, L. F. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org). *Ensaio: relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.
- _____. *Sintaxe e enunciação: o lugar do sujeito*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007. Inédito.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio eletrônico - Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. CD-ROM. (Lexikon Informática Ltda).
- GUIMARÃES, E. As formas de indeterminação do sujeito. In: ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 45-77.
- MILNER, J-C. *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989, p. 357-408.
- PÊCHEUX, M. Sur la (dé-)construction des théories linguistiques. In: DRLAV, Paris, n. 27, p. 1-24, 1982.
- PEREIRA, B. K. *A convergência de sujeito e objeto direto: por uma sintaxe de bases enunciativas*. Dissertação de Mestrado defendida na UFMG. Belo Horizonte, 2008. 176 p.
- VITRAL, L. T. *Sobre a complementação infinitiva no português*. 1987.

Dissertação de Mestrado defendida na UFMG. Belo Horizonte, 1987. 149 p.

Palavras-chave: *infinitivo verbal, sujeito gramatical, flexão*
Key-words: *verbal infinitive, grammatical subject, inflection*

EFFECTOS DE CIENTIFICIDAD Y LOS MODOS DE DECIR EN EL DISCURSO ACADÉMICO EN ESPAÑOL¹

Beatriz Hall
UBA –UNLZ

RESUMEN: Este artículo presenta un análisis de manuales que componen la bibliografía básica en algunas materias introductorias a la Universidad de Buenos Aires. Beatriz Hall apunta procedimientos lingüísticos y enunciativos de construcción de efectos de cientificidad en modos de decir institucionalizados. Tales procedimientos juntos apagan la interpretación de los autores y producen una apariencia de neutralidad en la producción y en la divulgación de los saberes.

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise de manuais que compõem a bibliografia básica em algumas disciplinas introdutórias da Universidade de Buenos Aires. Beatriz Hall dá visibilidade a procedimentos lingüísticos e enunciativos de construção dos efeitos de cientificidade em modos de dizer institucionalizados. Tais procedimentos juntos apagam a interpretação dos autores e produzem uma aparência de neutralidade na produção e na divulgação dos saberes.

ABSTRACT: This article presents an analysis of manuals which are part of the basic bibliography in some introductory courses in the University of Buenos Aires. Beatriz Hall shows linguistic and enunciative procedures that build effects of scientificity in institutionalized modes of speech. Together such procedures erase the authors' interpretation and produce an appearance of neutrality in the production and divulging of knowledge.

Introducción

Quando se habla de *discurso académico* no siempre se hace referencia al mismo objeto teórico y esto depende tanto de los elementos que se consideren relevantes para el análisis de los discursos como de la pers-

pectiva teórica desde la cual se establezcan esos aspectos. Es más, como se ha señalado, existen diferentes denominaciones para este objeto de estudio (López Ferrero, 2002)². Sin embargo, podemos decir que el designación *discurso académico* remite, en términos generales, al conjunto de producciones, ya sea en forma oral o escrita, realizadas en contexto de enseñanza/aprendizaje.

Como sostiene Parodi (2007), se considera (desde una perspectiva comunicativo-funcional) que el *discurso académico* “tiene como propósito cristalizar y difundir un conocimiento disciplinar y apoyar a la formación de los miembros en formación de esa comunidad de especialistas”. En palabras de Parodi, “según Tapia, Burdiles y Arancibia (2003), [estos textos] se caracterizarían por ser eminentemente referenciales-representativos y por tener como finalidad ser soporte y transmisores del conocimiento.”

En efecto, y dado que, desde distintos marcos teóricos, se establece que el objetivo básico de esta discursividad sería “transmitir información de carácter científico- técnico” (Montolío, 2000), se suele afirmar con frecuencia que los rasgos de estilo son la “precisión, la claridad y la objetividad” (Montolío, 2000). Incluso, se sostiene que el *discurso académico* “persigue evitar ambigüedades e interpretaciones erróneas” (Parodi, 2007).

Por nuestra parte, afirmamos que la idea de que estos textos “comunican/transmiten saberes”, no solo es altamente cuestionable, sino también que se apoya en presupuestos teóricos que no siempre aparecen explicitados. De esta manera, esos presupuestos se naturalizan y aparecen como incuestionables.

En este sentido, proponemos un desplazamiento en el estudio de los textos que nos lleva a considerar aspectos que han sido recurrentemente silenciados y/o sintomáticamente ignorados. Para esto, recogemos aportes provenientes del Análisis del Discurso (línea francesa-brasileña) y planteamos como objetivos de este trabajo indagar en algunos de los presupuestos que sustentan las definiciones de *discurso académico* vigentes y demostrar cómo los textos materializan a través de distintas estrategias – mecanismos discursivos – *modos de decir* institucionalizados sobre las cosas (Orlandi, 2003). Estos *modos de decir* conforman lo que denominamos *efectos de científicidad*.

Con estos objetivos, hemos formado un corpus compuesto por la bibliografía obligatoria de materias introductorias a la Universidad de Buenos Aires, tales como Sociología, Introducción al pensamiento científico, Sociedad y Estado, Economía, Psicología.

Discurso académico: análisis de presupuestos

Dentro del área que se ocupa de estudiar y clasificar los discursos³, se registran trabajos en los cuales aparece la denominación *discurso académico* para referirse a una entidad con características propias. Al mismo tiempo, se lo suele vincular, de diferentes maneras, con otros tipos de discursos, en especial con el llamado discurso científico (Gallardo, 2004; Álvarez López, 2006; Morales y Gonzalez Peña, 2007, entre muchos otros). A modo de ejemplo, citamos a Harvey y Muñoz (2006):

En el transcurso del *continuum* de la comunicación de la ciencia encontramos, ciertamente, diversas manifestaciones discursivas, cuyos propósitos comunicativos, autores y audiencias, así como niveles de especialización que no son coincidentes. Debido a ello, y para mayor precisión de nuestro ámbito de estudio, estimamos necesario distinguir entre *discurso científico*, aquél utilizado por los expertos, académicos e investigadores al interior de una comunidad discursiva, que se dirige a los pares en esferas particulares de circulación y que se realiza en la producción escrita y oral de *papers*, artículos, reseñas, presentaciones en congreso, etc., (Adelstein et al. 1998; Hult 2002) y *discurso académico*. Consideramos como *discurso académico* aquellas prácticas discursivas mediante las cuales interactúan docentes y estudiantes al interior de la comunidad de práctica universitaria, cuyas manifestaciones son los discursos orales y escritos de sus miembros, al interior de la misma comunidad (Harvey 2004).

Por otra parte, cabe señalar que, en algunos casos, no siempre se construyen discursividades diferentes, sino que se usa indistintamente una u otra designación (académico y/o científico) para referirse al mismo tipo de discurso. Incluso, en otros trabajos, directamente se habla de *discurso académico-científico* (por ejemplo, Wilches, y van Dijk, 2002; Cubo de Severino, 2005, entre otros), o de discurso científico-académico (García Negroni, 2005).

Sea como sea, podríamos decir que existe cierto consenso en considerar que el *discurso académico* es el que permite la “comunicación” de contenidos, en contexto de estudio. De modo que, con esta designación se remite a los textos (orales y escritos) que se producen y circulan en ámbitos de estudios superiores y, en este sentido, se lo relaciona, indetectiblemente, con conocimientos disciplinares, llamados “científicos”. En el caso de estudiar por separado ambas discursividades, el discurso científico sería el que se ocupa de la “transmisión” de conocimiento en-

tre “expertos”, en el contexto del desarrollo de la ciencia, y el *discurso académico*, de la “transmisión” entre “expertos” y “legos”, en contexto de enseñanza/aprendizaje.

En estos casos, y pese a reconocer que puedan existir diferencias, la estrecha relación que existiría entre ambos (esto es entre el *discurso académico* y el *científico*) se basa en el supuesto de que tanto uno como el otro “transmitirían” saberes específicos. Nosotros adoptamos la denominación *discurso académico* por la sencilla razón de que esto nos permite presentar nuestro punto de vista a partir de acuerdos establecidos dentro de nuestras comunidades “científicas”. En términos generales, con esta designación nos referimos a producciones que se originan y circulan en ámbitos académicos.

No obstante, nos interesa señalar que las descripciones y clasificaciones elaboradas en relación con el estudio de los discursos descansan en presupuestos que, desde nuestro punto de vista, ameritan ser examinados. Nos referimos, por un lado, a un concepto comunicacional del lenguaje y, por otro lado, a la creencia naturalizada de que los saberes (que los textos transmitirían) son “objetos verificables” de existencia previa a los textos (Hall, 2007). Dicho de otro modo, gracias a la función comunicativa de la lengua, los textos referirían, hablarían y describirían “objetos científicos”. Desde este punto de vista, el conocimiento sería algo así como un conjunto homogéneo de “contenidos” no solo “verificables”, sino también “verdaderos”, obtenidos como resultado de la actividad científica. Según esta perspectiva, el documento científico, entonces, vendría a ser un mero registro de hechos⁴; es decir, una suerte de “copia fiel” y “objetiva” de la tarea que el científico ha realizado previamente a la elaboración de ese documento.

En este sentido, algunas tipologías textuales establecen que el artículo científico sería la “fuente de información” para la elaboración de textos que circulan en las universidades y, de este modo, lo separan del *discurso académico*; otras (las que no establecen diferencias entre el *discurso académico* y el *científico*) lo ubican como un tipo de texto dentro del llamado *discurso académico-científico*. De todos modos, no es nuestro interés discutir estas diferencias clasificatorias, sino centrarnos en los presupuestos que subyacen a ellas, ya que no advertimos grandes diferencias.

Esto es, como hemos dicho, concebir la lengua – con distintos grados, según las perspectivas – como un objeto más o menos transparente, que permitiría el pasaje directo del pensamiento de un individuo a otro (sin contemplar otros aspectos relevantes que intervienen en ese acto), es decir como un “instrumento” con el cual los sujetos expresarían libremente sus saberes en los textos. El saber es, entonces, conocimiento

claro, homogéneo y evidente y la verdad – que tiene estatuto de un saber – es perfectamente comunicable. Solamente así es posible pensar que los textos podrían “expresar” y “transmitir” de modo “objetivo” los avances de la ciencia. Paralelamente, la persuasión y expresión de las emociones quedarían relegadas a un lenguaje “otro”, que podría ser el literario. De este modo, se habilita, una vez más, una suerte de pensamiento dicotómico basado en un sistema de oposiciones binarias ya conocido por todos⁵.

Contrariamente, el Análisis del Discurso (de ahora en más AD) parte de la definición de discurso como efecto de sentido entre locutores (Pêcheux 1969) y propone considerar el proceso de constitución y funcionamiento del lenguaje, en el marco de relaciones dialécticas entre éste y la ideología. Desde este punto de vista, los discursos son analizados como lugares de manifestación ideológica en contextos de formaciones imaginarias⁶ y de procesos históricos-sociales, y no como discursos neutros que “transmiten” información de manera objetiva.

Los mecanismos de funcionamiento del discurso – que nos proponemos analizar aquí – reposan en lo que el AD denomina formaciones imaginarias. Pêcheux (1969) señala que en los procesos discursivos funcionan una serie de formaciones imaginarias que designan el lugar que A y B (cada uno de los interlocutores) se atribuye a sí mismo y al otro, es decir la imagen que cada uno construye de su propio lugar y del lugar del otro.

Desde este punto de vista, la lengua no es un “instrumento”, sino que constituye la “condición de posibilidad” del discurso: es un lugar material en el que se realizan los “efectos de sentido”, que son históricos e ideológicos. De esta manera, se propone estudiar el “funcionamiento” del lenguaje en determinadas condiciones de producción que “representan o mecanismo de situar a los protagonistas y al objeto del discurso”⁷ (Orlando, 2003).

Desde una concepción no referencialista de la lengua, ésta es analizada como trabajo, como mediación simbólica. Como sostiene Orlandi (1992:35):

Al definir al lenguaje como trabajo, se cambia la importancia dada a su función referencial. Esta función ha ocupado una posición central en la lingüística clásica y de esto se deriva pensar la comunicación solo bajo el enfoque de la información. Desde la perspectiva del análisis del discurso, sin embargo, tomar la palabra es un acto social con todas sus implicaciones: conflictos, reconocimientos, relaciones de poder, constitución de identidades, etc.

La lengua, como base material, y la historia se cruzan para construir sentido. En esta dirección, acordamos que el concepto de funcionamiento discursivo es decisivo para todo análisis que tome como objeto de estudio a los discursos. En efecto, las perspectivas que presuponen que los textos transmiten conocimiento, ciertamente focalizan sus investigaciones en el “contenido” de los textos, esto es “lo que los textos dicen”. De este modo, se produce una separación entre forma y contenido, y se deja de lado el orden del lenguaje. Dicho de otro modo, se suele buscar por “detrás” de las formas lingüísticas un contenido como si éste estuviera colocado, en el texto, por el autor para que el lector lo extrajera (Orlandi, 2004). En esta operación, que algunos analistas hacen, se pasa por alto una idea central: la propia lengua funciona ideológicamente⁸ y como sostiene Zoppi Fontana (2005), “E, finalmente, o conceito de Ideologia⁹, que serve, até hoje, de divisor de águas entre as diversas abordagens discursivas”¹⁰.

A modo de resumen, consideramos que no existen discursos “verdaderos”, “objetivos” y “neutros” que “reproducen” realidades y “transmiten” verdades. Ni la lengua es un instrumento de información, ni los sujetos¹¹ son portadores de simples intenciones comunicativas (Hall, 2008, b). Por lo tanto, no estudiamos los textos como discursos neutros que “transmiten” información de manera objetiva, sino a partir del funcionamiento de la materialidad discursiva que los conforma.

Desde nuestra perspectiva, el carácter informacional de los discursos es estudiado como un efecto de sentido. En este sentido, no hablamos de “transmitir información”, sino de que los textos construyen sentido y focalizamos nuestro trabajo en los *modos de decir*, según los cuales en los textos se construyen sentidos. Por *modos de decir* entendemos ciertos mecanismos lingüísticos que configuran los discursos¹².

Nuestro corpus

Si bien los textos que constituyen el corpus de este trabajo se inscriben dentro del denominado *discurso académico*, vale aclarar que conforman a su vez un subgrupo dentro de esta especie. De acuerdo con las condiciones de producción propias, se insertan en la representación del supuesto proceso de “adquisición” de conocimiento que realizan los estudiantes cuando ingresan a la universidad.

Entre los investigadores que utilizan la denominación discurso científico, encontramos los trabajos de Loffler-Laurian (1983). Esta autora establece criterios que se proponen integrar lo lingüístico y lo pragmático, y llama discurso científico al conjunto de textos escritos y de producciones orales que tiene un contenido científico, es decir, vinculado

con la investigación, el enriquecimiento y la difusión de conocimientos sobre la naturaleza y el funcionamiento del mundo mineral, vegetal, humano, etc. A partir de esta definición (de fuerte impronta contenidista), propone subdivisiones de cada disciplina (por ejemplo, matemática, física, medicina). Pero dentro de cada disciplina se encuentran variedades de discursos y, entonces, propone una tipología fundada en criterios de situación de comunicación, en la función o el nivel de competencia del emisor y del receptor y en la naturaleza del portador del discurso.

De este modo diferencia entre: *discurso científico especializado*, *discurso de semi-divulgación científica*, *discurso de divulgación científica*, *discurso científico pedagógico*, *discurso del tipo tesis*, *monografía*, *informe de investigación* y *discursos científicos oficiales*. Nos detenemos en tres casos de esta tipología: en la *semi-divulgación científica*, el emisor es un investigador y el destinatario posee formación universitaria; en la *divulgación científica* el emisor es un periodista y el destinatario el gran público; y en el *discurso científico pedagógico*, el emisor es el docente y los destinatarios pueden ser estudiantes universitarios o preuniversitarios. De coincidir con esta tipología, nuestro corpus se integraría a éste último grupo.

Desde otra perspectiva, nuestro corpus podría encuadrarse dentro de lo que suele denominarse como *manuales de estudio*. Según Cubo de Severino (2005) “el manual universitario y el artículo de investigación, como el resto de los *discursos académico-científicos*, tienen como función predominante el informar”, y caracteriza al primero de la siguiente manera:

El manual suele ser “un mapa coherentemente ordenado” que ofrece un panorama general de la disciplina, según la metáfora de Hyland (1999). Por lo tanto, todos los manuales comparten el propósito comunicativo y la audiencia a la que van dirigidos, aun cuando suelen ser heterogéneos como género en cuanto a recursos retóricos, según sean manuales introductorios o más avanzados. (...) El manual es un libro unitario, con coherencia global, dividido en capítulos que aumentan gradualmente la complejidad en el tratamiento de los temas, tal como ocurre con el dictado de clases a lo largo del año. Para la comprensión de este tipo de texto, el lector debe construir la representación mental de un modelo de situación comunicativa de tipo áulico, es decir, una situación de enseñanza- aprendizaje más o menos participativa según el tipo de manual, en la que el rol del profesor es dar una clase magistral y el rol del alumno es conocer hechos acreditados y aceptados como verdaderos en la comunidad científica. [...] El autor de ma-

nuales universitarios, por su parte, no da conocimientos científicos por supuestos¹³.

Nosotros interpretamos esta “descripción” como un deseo, como una sugerencia, casi como una especie de pedido¹⁴ que – como sabemos – difícilmente se cumple¹⁵. Según la cita, se trataría de un objeto (el manual universitario) homonégeo, “coherentemente ordenado”, con propósitos “comunicativos” indudables, cuyos autores y lectores cumplen “roles” estipulados sin conflicto, y presentan un “panorama general de la disciplina”.

Ciertamente, los autores de los textos de nuestro corpus son profesores responsables de cátedras que se proponen dar un “panorama general” de la disciplina y para eso escriben estos materiales, que funcionan como bibliografía obligatoria.

Ahora bien, desde nuestro punto de vista, los textos distan mucho de ser homogéneos, ordenados, graduales y transparentes. Desde la perspectiva adoptada para este trabajo, se considera que tanto las identidades de los sujetos como la conformación discursiva de los textos aparecen condicionadas dialécticamente por las representaciones de relaciones imaginarias. De hecho, el lugar que ocupan los autores de estos manuales, en tanto sujetos del discurso, está determinado por la estructura social que, en esta oportunidad, se relaciona con el lugar del conocimiento. Desde ese lugar, se dirigen a sus lectores: alumnos que ingresan a la universidad y que tienen la representación de que sus profesores – y autores de estos textos – tienen un conocimiento “ya adquirido”, que ellos aún no tienen. Entonces, situados en el lugar de estudiante, esto es del que no sabe, abordan estos textos con la representación de que en ellos habitan las “verdades”.

Por otra parte, el “efecto de información/referencia al mundo” se produce en relación con la idea de que los sujetos (autores de los textos) “transmiten contenidos” de manera neutral, tal como si los objetos del discurso fueran evidencias empíricas.

En realidad, el supuesto carácter informacional de los textos de estudio es un efecto de sentido que se produce – fundamentalmente – en relación con la simulada neutralidad¹⁶ con que se presentan los objetos de estudio y con la ilusión de que, en estos textos, habla la voz de la ciencia.

En efecto, en las instituciones educativas, el discurso que se produce y que circula se corresponde directamente con la representación de que el conocimiento *científico* “dice” “verdades” (que se legitiman socialmente). En este sentido, los textos analizados para este trabajo presentan supuestos “saberes” como un conjunto homogéneo de conteni-

dos producidos sin conflicto, sin historia y se espera que los estudiantes “acepten” esos “contenidos” y los “incorporen”; no se espera que sean interpretados, ni cuestionados. Al respecto, retomamos lo expresado por Orlandi (2003) cuando sostiene que el *discurso pedagógico* más que informar, explicar, influenciar o persuadir intenta inculcar. En efecto, en estos textos, se da por supuesto y aceptado que el profesor es quien “sabe” y el alumno quien “no sabe”. Se supone que el objeto del discurso es un “saber científico” y se espera que el estudiante “lo incorpore”. Esto constituye un decir institucionalizado sobre las cosas (Orlandi, 2003). Se trata de un discurso autoritario, discurso del poder: el papel del profesor es el de “enseñar” y para eso se proponen “informar”.

Análisis del corpus

En trabajos anteriores¹⁷, hemos advertido que los textos de nuestro corpus presentan un predominio del *modo discursivo* denominado *explicativo*, tanto en su variable *modal* como *causal*. En esta oportunidad, primero nos detendremos en la *definición*, un procedimiento que aparece en ambos tipos de explicaciones. Luego, nos referiremos a las *clasificaciones*, que aparecen en las explicaciones del tipo *modal* y, por último, nos ocuparemos de estrategias que aparecen dentro de las *explicaciones causales*.

A modo de ejemplo, hemos seleccionado fragmentos de textos de distintas disciplinas. No es nuestro interés establecer comparaciones entre ellas¹⁸, que seguramente las hay, sino demostrar que, pese a que los textos pertenecen a disciplinas diferentes, estas estrategias aparecen en todos los casos.

FRAGMENTO 1

Los métodos de validación en ciencias naturales

El Término ‘método’ proviene del griego y significa etimológicamente ‘camino’. Disponer de un método implica seguir cierto camino para alcanzar determinado fin. En el caso de la ciencia, el fin es la producción de un conocimiento veraz, confiable y fundamentado acerca de la realidad. Son entonces estas condiciones especiales de producción de saber – llamadas genéricamente con el nombre ‘método científico’ – las que se considera que le otorgan carácter de científicidad. Es científico aquel conocimiento que se produce y justifica siguiendo los pasos de ese método.

(LASO, E., “Los métodos de validación en ciencias naturales”, en DÍAZ, E. (Ed.) *La Posciencia*, (en, *Bibliografía Básica Unidades I a V. Introducción al Pensamiento Científico*.(2007)))

FRAGMENTO 2

El problema económico: la escasez

El problema económico por excelencia es la escasez y surge porque las necesidades humanas son virtualmente ilimitadas, mientras que los recursos económicos son limitados, y, por tanto, también los bienes. Esto no es un problema tecnológico, sino de disparidad entre los deseos humanos y los medios disponibles para satisfacerlos. La escasez es un concepto relativo en el sentido de que existe un deseo de adquirir una cantidad de bienes de servicios mayor que la disponible.

[...]

La satisfacción de las necesidades humanas exige la producción de bienes y servicios, y para ello es preciso el empleo de recursos productivos y de bienes elaborados.

Los recursos son los factores o elementos básicos utilizados en la producción de bienes y servicios, por lo que se les puede denominar factores de la producción.

Tradicionalmente, estos factores se clasifican en tres grandes categorías: tierra, trabajo y capital.

(MOCHÓN, F. y BEKER V., (2003) *Economía. Principios y aplicaciones*, Bs. As., Mc Graw Hill, p.5/7)

FRAGMENTO 3

Una clase designa un agregado de individuos que comparten la misma situación de clase y plantea diferencias entre poseedores y no poseedores de propiedad, positiva y negativamente favorecidos. En estos términos, quienes carecen de propiedad, y sólo pueden ofrecer servicios en el mercado, se dividen según los tipos de servicios que pueden ofrecer; por su parte, quienes poseen propiedad pueden diferenciarse según el tipo de propiedad que poseen y el beneficio que de mismo pueden obtener.

(LIFSZYC, S. (comp.) (2001) *Sociología*, Buenos Aires, Eudeba, p.66)

FRAGMENTO 4

Los tres estados de la materia

Todas las sustancias pueden existir, al menos en principio, en los tres estados: sólido, líquido y gaseoso. Los gases difieren de los sólidos y de los líquidos en la distancia de separación entre las moléculas. En un sólido, las moléculas se mantienen unidas en forma organizada, con poca libertad de movimiento. En un líquido, las moléculas están unidas pero no en una posición tan rígida

y se pueden mover libremente. En un gas, las moléculas están separadas por distancias que son grandes en comparación con su tamaño. Los tres estados de la materia pueden ser convertibles entre ellos sin que cambie la composición de la sustancia.

Las sustancias se caracterizan por sus propiedades y por su composición. El color, punto de ebullición y punto de fusión son propiedades físicas. Una propiedad física se puede medir y observar sin que cambie la composición o identidad de la sustancia.

(CHANG, R. (1997), *Química*, Buenos aires, Mc Graw Hill, p.45)

Consideramos que la recurrencia de los procedimientos lingüísticos – de los que nos ocuparemos a continuación – requiere – por parte del analista – una interpretación además de una “descripción”¹⁹. En efecto, reproducir ciertos *modos de decir* constituirse en una posición sujeto dentro de una tradición. En este caso, se trata de una *posición sujeto*²⁰ que se relaciona con la representación acerca de cómo la ciencia construye sus objetos de estudio y cómo el *discurso académico* “debe transmitir” los conocimientos generados en el ámbito científico. En este sentido, afirmamos que hay una toma de posición ideológica por parte de los productores de *discurso académico* cuando reproducen mecanismos lingüísticos explicativos. Al mismo tiempo que construyen los referentes discursivos²¹, se construyen a sí mismos como “portadores de conocimiento” y legitiman su lugar de “expertos”. Este *modo de decir*, en su conjunto, produce efectos de sentido que conforman *efectos de cientificidad*. Este efecto de sentido se relaciona con la representación según la cual el *discurso académico* es un discurso encargado de “referir” los avances de la “ciencia” y por lo tanto de la “verdad” de las cosas. Dicho de otro modo, los *efectos de cientificidad* se vinculan directamente con la idea de que los enunciados “transmiten” conocimientos científicos que representan verdades emanadas de sujetos capaces de explicar objetos teóricos de un modo imparcial.

Así, encontramos *modos de decir* que niegan el proceso interpretativo propio de todo discurso y presentan los objetos como si la relación entre estos y el discurso fuera directa y unívoca²². Los objetos del discurso aparecen, entonces, como evidencias empíricas en un discurso sin sujeto, como si la relación entre la palabra y las cosas fuera directa: el mundo se presenta, así, como “lo dado” y “evidente”²³.

Para el AD no existe “lo dado” en cuanto tal, sino que esto resulta de una construcción siempre producto de un acto interpretativo. Los textos construyen sentidos y una de sus posibilidades consiste en presentar los objetos, las cosas, vale decir el mundo, como si tuvieran existencia independiente del discurso y de quien los produce.

Las definiciones

El término *definir* proviene de la palabra latina *finis*, límite. Así, definir es marcar los límites del objeto definido con respecto a otros objetos con los que pudiera tener semejanzas. Estos límites son decisivos en la construcción de los objetos científicos. Según el diccionario de Ferrater Mora, hay distintos tipos de definiciones, uno de ellos es la llamada “definición real”: según Ferrater Mora (2001), “algunos entienden por ella una expresión por medio de la cual se indica lo que es una cosa (su naturaleza o esencia)”. Esta caracterización coincide absolutamente con las representaciones que la ciencia tiene acerca de lo que es una *definición*.

Desde el punto de vista estrictamente lingüístico, las definiciones pueden adoptar distintos modos de formulación. En nuestro corpus – en textos de distintas disciplinas –, hemos encontrado recurrencia de definiciones del tipo “A es X”. Por ejemplo:

En el fragmento B citado anteriormente que pertenece a un texto de Economía: “Los recursos son los factores o elementos básicos utilizados en la producción de bienes y servicios”; “La escasez es un concepto relativo”.

En el libro de Sociología: “La diferenciación social es un dato de la realidad que connota la diversidad dentro de las sociedades”.

En la bibliografía de la asignatura “Introducción al conocimiento científico”: “Es científico aquel conocimiento que se produce y justifica siguiendo los pasos de ese método”.

Desde la perspectiva adoptada para este trabajo, definir no consiste en indicar la “naturaleza” o “esencia” de una cosa, sino que es una de las actividades – formas – para dotar al mundo de estructura. No se trata de la “descripción” de un objeto, sino de que la vida en sociedad requiere de una organización que implica estabilizar lo que es contingente. Es decir, que constituye un intento por evitar la idea de un mundo heterogéneo e inestable, deseando hacer estable lo que no es (Pêcheux 1975).

Las *definiciones*, entonces, son modos de presentar entidades según la ilusión de que “existen” en el mundo ciertamente como se las define. En efecto, las definiciones – en general y en especial las del tipo “A es X”²⁴– no solo delimitan con bordes muy precisos los objetos, sino que también ocultan los procesos históricos e ideológicos mediante los cuales son construidos. De este modo, los objetos son presentados como

si existiera coincidencia entre ellos y su definición. Se produce, así, un *efecto de sentido* que cristaliza la fisonomía de lo que se define y construye un punto de vista neutro.

Este *efecto de sentido* genera conclusiones exclusivas²⁵, es decir, orienta el proceso de producción de sentido en una sola dirección: se espera que el lector acepte la “existencia” del objeto tal como aparece definido, como si se tratara de una verdad unívoca.

Bourdieu habla del ‘efecto de naturalización’ que “entraña la inscripción duradera de las realidades sociales en el mundo natural: en donde las diferencias producidas por la lógica histórica pueden parecer surgidas de la naturaleza de las cosas”²⁶. Por nuestra parte, sostenemos que el proceso de *naturalización* (que propone interpretar los enunciados de un modo exacto y no de otro) aparece materializado en estrategias lingüísticas que el productor de textos académicos reproduce ideológicamente desde su lugar del saber.

Las clasificaciones

El siguiente ejemplo (fragmento 5) es uno de los casos que hemos encontrado de explicaciones modales con presencia de *clasificación*.

FRAGMENTO 5

Movilidad Social

El término movilidad social se refiere a los movimientos de individuos y grupos entre las distintas posiciones socioeconómicas. La movilidad vertical significa el desplazamiento hacia arriba o hacia abajo en la escala socioeconómica. Quienes ganan propiedad, renta o status se denominan móviles ascendentes, mientras que quienes pierden se designan como móviles descendentes. En las sociedades modernas abunda también la movilidad horizontal, que alude a la traslación geográfica entre vecindades, ciudades y regiones. Con frecuencia la movilidad vertical y la horizontal se combinan. Por ejemplo, un individuo que trabaja en una empresa de una ciudad puede promocionarse a una posición más elevada en una dependencia de la compañía situada en otra localidad, o incluso en otro país.

(A.A.V.V., *Ciencias Políticas. Materiales de Cátedra* (2006), Buenos Aires, p. 114)

Generalmente, se afirma que la clasificación es un “procedimiento que distribuye cualquier entidad referida [...] en diferentes agrupaciones realizadas a partir de sistemas de similaridad y de diferencia”²⁷.

Desde nuestra perspectiva, se trata, en cambio, de otro de los procedimientos que representan una forma de organizar la dispersión. Para distribuir una entidad en diferentes agrupaciones, a partir de sistemas de similitud y de diferencias, se incluyen y excluyen datos. Esos datos no son en sí mismos naturales, sino que son datos interpretables que producen formas simbólicas de representación de su relación con una realidad.

Por lo tanto afirmamos que ambos procesos de designación – las *definiciones* y las *clasificaciones* – construyen *modos de decir*: puntos discursivos de estabilización referencial que legitiman criterios vigentes acerca de la supuesta existencia de “objetividad”.

Otros procedimientos con efectos de cientificidad

Tal como ha sido destacado reiteradamente, el tiempo y el espacio son elementos constitutivos del proceso de enunciación y cumplen un papel relevante en la realización de toda operación discursiva. En este sentido, destacamos que – como ocurre en los casos ejemplificados anteriormente – encontramos ausencia de marcas de temporalidad²⁸ que silencian la contextualización y la historicidad del enunciado.

Como podemos ver en los fragmentos citados a modo de ejemplo (fragmentos número 2 y 5) se silencia toda voz, la del autor – u otra voz que bien podría ser la voz de la fuente de la supuesta “información” – y aparece “la voz del conocimiento” como el lugar del origen del saber, lugar desde el cual se habla “acerca de los objetos científicos”. Pêcheux (1975) habla del mito de la “neutralidad científica”, que produce la conformación de un discurso sin sujeto: la ciencia parece como un proceso sin sujeto. Dicho de otro modo, el sujeto del discurso de la ciencia “es” la ciencia, porque el sujeto que enuncia está presente en su ausencia.

Volvamos al ejemplo del fragmento 2:

El problema económico: la escasez

El problema económico por excelencia es la escasez y surge porque las necesidades humanas son virtualmente ilimitadas, mientras que los recursos económicos son limitados, y, por tanto, también los bienes. Esto no es un problema tecnológico, sino de disparidad entre los deseos humanos y los medios disponibles para satisfacerlos...

[...]

La satisfacción de las necesidades humanas exige la producción de bienes y servicios, y para ello es preciso el empleo de recursos productivos y de bienes elaborados.

Los recursos son los factores o elementos básicos utilizados en la producción de bienes y servicios, por lo que se les puede denominar factores de la producción.

Tradicionalmente, estos factores se clasifican en tres grandes categorías: tierra, trabajo y capital.

(MOCHÓN, F. y BEKER V., (2003) *Economía. Principios y aplicaciones*, Bs. As., Mc Graw Hill, p.5/7)

La llamada desagentivación sumada a la ausencia de marcas temporales y espaciales borra las condiciones de producción del enunciado – que son históricas e ideológicas – y hace que los objetos discursivos aparezcan como “eternos”, “universales”. Se borra el acto interpretativo: ¿quién sostiene que el problema económico por excelencia es la escasez? Además, en el objeto del discurso tampoco aparecen “sujetos”, es decir, se construye un discurso solamente con objetos.

Algo más: el segundo párrafo del fragmento citado comienza con una nominalización:

La satisfacción de las necesidades humanas exige la producción de bienes y servicios.

Es ampliamente conocido el poder resumidor, compactador y desagentivador que estos derivados verbales tienen²⁹. También es sabido que las nominalizaciones por efecto de preconstruído (de lo ya dicho en otro lugar) refuerzan el *efecto de evidencia*. No obstante, queremos señalar, en este caso, la recurrencia de dos nominalizaciones (“satisfacción” y “producción”) y que entre ambas se establece un encadenamiento causal expresado por el verbo “exige”. Esta construcción en su conjunto materializa el intento – del autor – de que el lector interprete el enunciado en determinada dirección, en detrimento de otras (“conclusiones exclusivas”). Queremos decir, por lo tanto, que las *relaciones causales* constituyen otro *mecanismo lingüístico* que puede producir un efecto de sentido similar al de los otros procedimientos analizados hasta aquí.

En suma, los procedimientos a los que nos estamos refiriendo – con alta recurrencia en los textos analizados – niegan la propia posición interpretativa y esta negación es el llamado “efecto de evidencia”. En efecto, a través de mecanismos de presentación del objeto (como si no mediara la lengua), se produce el efecto de evidencia que naturaliza los sentidos presentando de los referentes como “ya dichos” en otro lugar (efecto de *preconstruído*). Así, los objetos discursivos no aparecen como producto de interpretaciones, sino como “evidencias empíricas” y son presentadas para ser interpretadas en un solo sentido.

El discurso se presenta, entonces, como un discurso objetivo y no como un punto de vista – siempre histórico e ideológico – que construye un decir “sobre un objeto científico”. Como sostiene Pêcheux (1975), la ciencia trabaja con la ilusión de que se puede saber de qué se habla y, de este modo, el proceso interpretativo deviene en descripción.

Por otra parte, advertimos que – en este tipo de textos – la “voz del conocimiento” tiene su contrapartida en la construcción del destinatario y, en este sentido, en los textos de nuestro corpus no aparece materializada la posibilidad de movimiento entre las posiciones de los interlocutores. Se trata de un bajo grado de reversibilidad³⁰ en el intercambio de las funciones interlocutivas, que, según Orlandi (2003), constituye una de las características del discurso autoritario. Como demuestran las estrategias lingüísticas³¹ a las que nos hemos referido, en estos textos, la reversibilidad tiende a ser nula (no se concede la palabra al interlocutor/destinatario, en este caso el alumno), hay un único agente del discurso (aquel que tiene el poder de decir, es decir el “profesor/autor de los textos”), la polisemia es restringida (el sentido se presenta como único) y el decir recubre al ser (el referente está oscurecido).

A modo de conclusión

Postular la existencia de un discurso “verdadero”, “objetivo” y “neutro” que “reproduce” realidades y “transmite” verdades implica no solo acordar con un concepto referencialista del lenguaje, sino también admitir la idea de un sujeto racional dueño de su discurso, con voluntad de decir (verdades) y “autorizado” para decir (verdades).

Contrariamente, el AD parte de una definición (general) de discurso como efecto de sentido entre locutores (Pêcheux, 1969), y propone comprender los procesos de producción de sentido que se dan según determinadas condiciones de producción. Estas abarcan a los sujetos³², los textos, el contexto inmediato y el contexto histórico-social. Ni la lengua es una herramienta transparente de transmisión de información, ni los sujetos son portadores de simples intenciones comunicativas que siempre se cumplirían.

En efecto, los sujetos – y esto no escapa a los científicos autores de textos académicos – tienen la necesidad de la homogeneidad, necesidad que los lleva a limitar fronteras en la ilusión de un mundo semánticamente estable. Gracias a esta función, el sujeto se coloca como si estuviera en el origen de su decir y produce efectos de coherencia, de progresión y de unidad. Esto representa el deseo de negar lo contingente, el equívoco (Pêcheux 1975). Pensar en lo contingente y en el equívoco significa cuestionar las garantías que la pretendida “ciencia”

cree otorgar. Afirmamos que la ilusión de coincidencia entre el objeto de conocimiento y el discurso que lo construye es una de las posibilidades que el lenguaje tiene, y el *discurso académico* lo aprovecha en grado superlativo.

Así, hemos demostrado cómo, a través de distintos procedimientos lingüísticos – presentes en nuestro corpus –, se crea la ilusión de referencialidad y se materializan *efectos de evidencia*. Esta ilusión y estos efectos ocultan la posición interpretativa de los autores en relación con la construcción de sus objetos discursivos; y este ocultamiento es lo que nosotros denominamos *efectos de cientificidad*. Motivo de otro trabajo será analizar la incidencia que esto tiene en el proceso de producción de conocimiento (¿o reproducción?) por parte de los estudiantes.

Finalmente, los textos analizados en este trabajo no son por sí mismos ni verdaderos ni falsos, sino que producen y reproducen efectos de cientificidad – sustentándose en *modos de decir* institucionalizados – reproducidos una y otra vez – acerca del supuesto saber científico. Una vez más: la relación entre mundo y lenguaje no es directa. Ciertamente, entre las palabras y las cosas siempre hay materialidad discursiva y, por lo tanto, siempre habrá sujetos e interpretaciones posibles.

Notas

1. Este trabajo ha sido subvencionado, en parte, por los proyectos UBACyT F 127 (Programación Científica 2004-2007) y PICT 32995 de la ANPCyT (Programación 2007-2010), ambos proyectos dirigidos por la Dra. María Marta García Negroni.
2. Aunque excede el objetivo de este trabajo, señalamos que las diferentes denominaciones adoptadas, esto es “*lenguajes con fines específicos*”, *lenguas especiales o especializadas*, *textos específicos*, *discursos de especialidad y académicos*, *discursos profesionales*) remiten a no solo a diferentes marcos teóricos, sino también a diferentes propósitos investigativos. Algunos trabajos se proponen “describir” y “clasificar” textos y otros, con objetivos pedagógicos, indagan en los problemas de proceso de enseñanza y aprendizaje. En este segundo grupo, podrían incluirse, por ejemplo, los trabajos que surgen con la denominación de *LSP*, cuyo objetivo inicial fue el estudio del lenguaje como herramienta para el aprendizaje de lenguas extranjeras. Actualmente, se utiliza el término *discurso especializado* y este cambio de denominación implica, también, un cambio de perspectiva.
3. En general, los discursos son observados como si fueran objetos homogéneos y analizados según categorías supuestamente estables. Se suelen elaborar sistemas categoriales compactos que se basan en regularidades y que al darle unidad al objeto que pretenden describir y clasificar, lo formalizan, simplifican y reducen. Se trata de categorías – principios de análisis– que conforman un sistema clasificatorio, establecido y fijado como si fuera de una vez para siempre. Los distintos niveles de experticias, con los que se suelen caracterizar a los sujetos que participan de la llamada “situación comunicativa”, podrían ser un ejemplo de esto.
4. Como ejemplo de esto, citamos a Daniel Cassany quien afirma que “En el artículo científico los datos se recogen empíricamente de la realidad” Cassany (2006:39)

5. Como es sabido, el principio binario, concebido a partir de pares de elementos considerados como opuestos, genera un juego asimétrico que suele jerarquizar uno de esos elementos en detrimento del otro.
6. Ver más adelante.
7. (Orlandi 2003: 117).
8. Por ideología se entiende una práctica significativa, no consciente, que resulta del efecto de la relación del sujeto con la lengua y con la historia (Orlandi, 2004: 48).
9. “Ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique” (Orlandi, 1998:48).
10. Zoppi-Fontana (2005: 51).
11. La concepción de sujeto es otro presupuesto que tampoco suele aparecer de un modo explícito, cuando se estudian los discursos, y que, a nuestro juicio, constituye también un aspecto decisivo a tener en cuenta. Nos hemos ocupado, en parte, de este tema, en Hall, 2008 b.
12. Estos *modos de decir* comportan *gestos de lectura* que serán analizados en trabajos futuros.
13. Cubo de Severino, 2005:145.
14. En general, advertimos que las tipologías suelen presentar una cierta tendencia a homogeneizar la multiplicidad heterogénea de todo objeto de estudio. En efecto, la elaboración de tipologías textuales y/o discursivas nos hace correr riesgos: suponer la existencia de sujetos especialistas con capacidades “objetivas” para establecer categorías y a partir de éstas dar cuenta de espacios discursivos “lógicamente estabilizados” (Hall, 2008 a).
15. Es más, desde nuestro punto de vista, se trata de un imposible, o dicho de otro modo de una “ilusión”.
16. Orlandi (2003:29) afirma que “o DP se disimula como transmissor de informação, e faz isso caracterizando essa informação sob a rubrica da cientificidade. O estabelecimento da cientificidade é observado, segundo o que podemos verificar, em dois aspectos do DP: a meta-linguagem e a apropriação do cientista feita pelo professor.”
17. García Negroni, MM., B. Hall y M. Marin, 2005 a y b ; Marin, M. y B. Hall, 2007.
18. Esto será objetivo de futuros trabajos. En este trabajo tampoco hemos hecho un estudio “cuantitativo” de las estrategias analizadas acá.
19. En el sentido en el que el AD propone trabajar entre la descripción y la interpretación.
20. Se trata de un objeto imaginario, resultado de la relación que se establece entre el sujeto del discurso y una forma-sujeto de una formación discursiva dada.
21. Entendemos la referencialidad como una operación de base lingüística.
22. Nos referimos a la conocida concepción referencialista de la lengua.
23. Pela ideologia se naturaliza o que é produzido pela história; há transposição de certas formas materiais em outras. (Orlandi, 1994).
24. Las que aparecen con alta frecuencia en nuestro corpus.
25. Esta es una estrategia que conforma un *modo de decir* y una marca meta-lingüística característica del *discurso pedagógico* (Orlandi, 2003).
26. Bourdieu, J.P. (1999:121).
27. Calsamiglia Blancaflort, H. y Tusón Valls, A. (1999:309).

28. El texto significa por lo que dice y por lo que no dice.
29. García Negroni, M. M., B. Hall y M. Marin (2005b).
30. Por ejemplo, un operario puede hablar en una posición patrón.
31. Por cierto que estas estrategias no son las únicas que presentan estos textos, aparecen también otras estrategias que serán analizadas en otros trabajos.
32. No se trata del sujeto empírico ni físico, sino el funcionamiento de la posición sujeto proyectada en el discurso.

Bibliografía Citada

- ÁLVAREZ LÓPEZ, F. (2006), “La despersonalización como estrategia de cortesía del discurso académico escrito”, College of Mount Saint Vincent, New York. Disponible en: <http://www.unizar.es/aelfe2006/ALEFE06/1.discourse/22..pdf>
- BOURDIEU, J.P. (1999), *La miseria del mundo*. Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires.
- CALSAMIGLIA BLANCAFLORT, H. y TUSÓN VALLS, A. (1999), *Las cosas del decir: manual del análisis del discurso*. Barcelona, Ed. Ariel.
- CASSANY, D., (2006), *Taller de Textos. Leer, escribir y comentar en el aula*. Barcelona, Paidós.
- CUBO DE SEVERINO, L. (Coord.) (2005). *Los textos de la ciencia. Principales clases del discurso académico-científico*, Comunicarte, Córdoba.
- FERRATER MORA, (2001), *Diccionario de Filosofía*, Barcelona, Ariel
- GALLARDO, S. (2004), *La presencia explícita del autor en textos académicos*. En: RASAL, 2.
- GARCÍA NEGRONI, M.M. (2005), “Argumentación y polifonía en el discurso científico-académico. A propósito de ciertos conectores especializados en la transgresión argumentativa”, en Rasal, 1, 2005, pp. 11-24.
- GARCÍA NEGRONI, MM., B. HALL y M. MARIN, (2005a), “La argumentación y la polifonía implícitas en la retórica académica”, en Actas I Congreso de Lecturas Múltiples, Paraná, noviembre, 2005, Facultad de Ciencias de la Educación – UNER.
- GARCÍA NEGRONI, M. M., HALL, B. y MARIN, M. (2005b), “Ambigüedad, abstracción y polifonía del discurso académico: interpretación de las nominalizaciones” En Revista Signos Pontificia Universidad Católica de Valparaíso., pp. 49-60, Vol. 38, N° 57.
- HALL, B., (2007), “La ‘comunicación’ científica en ámbitos académicos: otro enfoque”. En Revista Hologramática, Revista Académica de la Facultad de Ciencias Sociales de UNLZ. Año, VI, n°7, V2, 2007. Disponible en: <http://www.hologramatica.com.ar/>, pp. 79-105.

- HALL, B., (2008, a), "Discurso académico y argumentación: descripción e interpretación". III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso. Emoções, o Ethos e a Argumentação Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1 al 4 de abril 2008.
- HALL, B., (2008, b), "Discurso académico y efectos de sentido. El caso de los enunciados metafóricos". XV Congreso Internacional de la Asociación de Linguística y Filología de América Latina, 18 al 21 de agosto de 2008. Montevideo, Uruguay.
- HARVEY, A. M. y MUÑOZ, D. (2006), "El género informe y sus representaciones en el discurso de los académicos.". En: Estudios filológicos. Septiembre, 2006, no.41 Disponible: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0071-17132006000100008-&lng=es&nrm=iso. ISSN 0071-1713.
- LOFFLER- LAUREAN, A.M. (1983), "Typologie des discours scientifiques: deux approches". En: Études de linguistique appliquée 5.
- LOPEZ FERRERO, C. (2002), Aproximación al análisis de los discursos profesionales. En Revista Signos, Vol. 35.
- MARIN, M. y HALL, B. (2007), Prácticas de lectura con textos de estudio, Buenos Aires, Eudeba.
- MONTOLÍO, E. (Coord.) (2000), Manual de escritura académica. Vol II Barcelona, Ed. Ariel.
- MORALES, O. A. y C. Gonzalez Peña (2007), "Consideraciones discursivas sobre el género en el discurso académico e institucional: ¿dónde está ella?". En: Educere, set. 2007, vol.11, no.38. Disponible en: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-49102007000300010&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1316-4910.
- ORLANDI, E. (1998), *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ, Vozes Editora. 2ª edição.
- ORLANDI, E., Orlandi, E., (2003), *A Linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*, Campinas, Ed. Pontes.
- ORLANDI, E. (2004), *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*, Campinas, Pontes.
- PARODI, G. (2007), "El discurso especializado escrito en el ámbito universitario y profesional: Constitución de un corpus de estudio", Revista Signos. vol.40, no.63 Disponible en: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09342007000100008-&lng=es&nrm=iso.
- PÊCHEUX, M. (1969), *Hacia el análisis automático del discurso*. Madrid. Gredos.
- PÊCHEUX, M. (1975), *Les vérités de La Palice*. Linguistique, sémantique, philosophie. Paris: Maspéro.
- WILCHES, N. P. y VAN DIJK, T. (2002), "La incidencia de la unidades

léxicas de valor especializado (ULE) en las estrategias argumentativas. Análisis comparativo en discursos académico-científicos y de divulgación científica periodística”. En: Actas Simposio de RITerm. Disponible en <http://www.riterm.net/actes/8simposio/wilches.htm>

ZOPPI-FONTANA, M. (2005), “Objetos Paradoxais e Ideología (Objetos Paradojals y Ideología)”, en *Estudos da Lingua(gem)*, N° 1, Junho de 2005, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahía.

Palabras-clave: *manuales, discurso académico, neutralidad*

Palabras-chave: *manuais, discurso acadêmico, neutralidade*

Key-words: *manuals, academic discourse, neutrality*

Generalizar o único: gêneros, tipos e esferas em Bakhtin

Patrick Sériot

Universidade de Lausanne

RESUMO: *Se em Bakhtin se trata da questão de gêneros (žanry), não é certo que eles concernem ao que se compreende em francês como “discurso” segundo M. Foucault ou M. Pêcheux. Fazemos então a escolha experimental de traduzir “rečevye žanry” por “gêneros da fala” ao invés de “gêneros do discurso”, e exploremos as consequências desta escolha de tradução. É, parece-me, uma outra dimensão que então se abre: uma teoria do sujeito pleno e não do sujeito dividido, uma teoria do enunciado e não da enunciação, uma perspectiva personalista e ética do ser humano e uma filosofia monista da ligação e da totalidade, bastante distanciada do Bakhtin lido através das categorias da enunciação de Benveniste e do sujeito dividido de Lacan, recepção típica do mundo francófono. Uma re-contextualização fina da noção de “rečevye žanry” de Bakhtin, a partir de seu mundo cultural próprio (russo e alemão), e da conjuntura intelectual da URSS do início dos anos 50 do século XX, é proposta como solução para esclarecer os múltiplos mal-entendidos provocados por uma leitura de Bakhtin fora de seu contexto. Uma atenção muito particular é dada, a partir das noções de ligação, de totalidade e de “ciência integral”, à questão do limite entre os objetos estudados (aqui os “gêneros” e os “enunciados”).*

Palavras-chave: gêneros, tipos, epistemologia, ontologia, enunciado, Bakhtin, Vinogradov, Stalin.

“Só há ciência do geral”

(Aristóteles: *Seconds Analytiques*, I, 31, 87b)

“O contexto individual do enunciado é irreiterável”

(Bakhtin: *Rečevye žanry*, 1997, p.192)

0 Doxografia

0.1 Recepção

Saransk (Mordóvia), 1952. Um lugar e um tempo. Em outras palavras, um *cronotopo*, bastante distanciado da Paris dos anos 70. Uma pequena diferença que vai nos ocupar bastante.

A cultura russa é às vezes vista, no “Ocidente”, à imagem de um *mapa mundi* medieval: o mundo conhecido aí é cercado pelo mundo desconhecido, povoado por criaturas maravilhosas e aterradoras¹. Para deixar esta noite onde todas as vacas são pardas, façamos uma leitura bakhtiniana de Bakhtin: recolocando-o em seu contexto soviético dos últimos anos da época stalinista, é um personagem bem menos misterioso que aparece, engajado, como todo mundo, nos debates e preocupações de sua época.

Mas o contexto de produção só toma seu sentido no contexto de recepção. A guerra fria, a relação (positiva ou negativa) com o marxismo dos intelectuais ocidentais, o espantoso decênio que seguiu os acontecimentos de 1968 (período que correspondeu à descoberta entusiástica de numerosos textos de Bakhtin) torceu o conhecimento que podíamos ter da URSS do imediato pós guerra. Uma implícita mas consensual conjuração de silêncio reuniu adversários ideológicos a ponto de que a “Grande luz que vem do Leste” só produzia mais obscuridade. E quando, depois da queda do Muro, aconteceu o primeiro encontro entre bakhtinianos russos e ocidentais², o sentimento de incompreensão mútua foi uma experiência dolorosa.

A história aleatória e tortuosa das traduções faz com que seja só Bakhtin que tenha sido propulsionado para a frente da cena no “Ocidente”, cortado de suas fontes, arrancado de seu contexto, privado de qualquer ponto de comparação³, e reintegrado em outro contexto, colocado em um falso diálogo, com um mundo que não era em nada o seu, e que ele havia totalmente ignorado (Ducrot, Benveniste, Kristeva, mesmo Foucault e Lacan).

Se Bakhtin é tão facilmente considerado como único, é porque ele é o único a ser traduzido. No entanto, sem falar dos outros membros do “Círculo de Bakhtin” que esperam ainda ser descobertos no mundo francófono⁴, há muitos outros pensadores que emergem deste abundante período que foram os anos 1920-1940 na URSS. Podemos pensar em Olga Frejdenberg (1890-1955), cujo estudo magistral sobre a noção de *gênero* e de *sujeito*⁵ permite relativizar singularmente o caráter suposto excepcional das idéias de Bakhtin.

A recepção de Bakhtin no mundo francófono é menos um clima de opinião, ainda menos um quadro conceptual, do que uma *doxa*, para

a qual a paternidade de Bakhtin sobre um número impressionante de textos, até a dissecação por Kanaev dos tentáculos de hidras nas experiências de regeneração dos tecidos biológicos, foi aceita sem discussão⁶.

Parece haver tantos Bakhtins quantos países de recepção. Se o Bakhtin norte-americano é um pensador liberal anti-totalitário, adotado pelas feministas e os “estudos pós coloniais”, o Bakhtin francófono é dividido em duas hipóteses: uma vítima heróica da opressão stalinista, ou então uma espécie de revolucionário anarquista. Em 1969, ele é, por exemplo, apresentado por Julia Kristeva como “continuador dos formalistas” (Kristeva, 1978, p.84, ao passo que Bakhtin utilizava a palavra “formalista” como o resumo de tudo ao que ele se opunha o mais vigorosamente⁷), se situando na mesma veia que Saussure dos anagramas (ib. enquanto Bakhtin só conhecia o CLG através da crítica que havia feito Vološinov em *Marxismo e Filosofia da linguagem*, em 1929) ou o Benveniste do *discurso* no sentido de “linguagem assumida pelo indivíduo” (p. 88, o que negligencia a diferença que faz Benveniste entre locutor como pessoa real e sujeito de enunciação como “instância”). Bakhtin é visto como se situando na mesma linha de pensamento que o Freud da divisão do sujeito (p. 86, ao passo que toda sua vida ele chamou à responsabilidade de cada instante da vida do homem “integral”), ou o que Marx da ideologia alemã⁸ (a atitude de Bakhtin contra o marxismo certamente evoluiu, mas no fim dos anos 60 ele professava diante de seus editores Kožinov e S. Bočarov um virulento desprezo pelo marxismo). O artigo de J. Kristeva nos apresenta um Bakhtin inserido na “sociedade revolucionária” (p.90), um Bakhtin que teria sabido “descobrir o dialogismo textual na escritura de Maiakovski, Khlebnikov, Bjelyi (para não citar senão escritores da revolução que inscrevem traços marcantes deste corte escritural” (p.91); um Bakhtin contestatário (“a produtividade contestatória”, p.91), sabendo detectar em Dostoievski uma “estrutura carnavalesca” (p. 91), inimigo do monologismo, isto é, de Deus (p. 90,110), do cristianismo (p. 100), e da “frase indo-européia” (p. 89, 90). Enfim, um texto bakhtiniano em que a “estrutura do desejo” (p. 99) está na base do dialogismo como “aniquilação da pessoa” (p.100), em suma, um texto representativo da “modernidade” (p. 107, 112). Este catálogo de mal-entendidos poderia, por si só, servir de introdução a uma história dos sonhos dos intelectuais francófonos desses anos em que Marx, Freud e Saussure davam-se bem na revista *Tel Quel*, e em que a cultura russa chegava às porções, truncada e fantasiada através do filtro do jogo político e ideológico do momento.

Um pouco de rigor filológico (ler os textos no original russo, no seu contexto estrito) permitiria no entanto evitar o anacronismo e sair da ignorância própria ao nosso provincianismo francófono. Se parássemos

de ler os textos de Bakhtin de modo “monológico”, como o livro da revelação, poderíamos utilizar a enorme documentação sobre Bakhtin que agora está disponível na Rússia e no mundo anglofone⁹ e ler assim Bakhtin esquecendo tudo de Ducrot, Benveniste ou Kristeva. Bakhtin pertence a um contexto soviético específico, no qual ele deve se relocalado.



Mikhail Bakhtin
(1895-1975)

0.2 Tradução

O artigo de Bakhtin intitulado “Rečevye žanry” (daqui em diante *RŽ*), conhecido em francês pelo nome de “Les genres du discours”) foi publicado pela primeira vez, *post mortem*, por V. Kožinov, sob a forma de fragmentos, na revista *Literaturnaja učeba*, 1978, n.1, p. 200-219. Uma versão mais completa, mas com numerosos cortes apareceu na coletânea *Estetika slovesnogo tvorčestva*, 1979, p.237-280, uma segunda edição dá um texto idêntico em 1986, mas nas páginas 250-325. O editor S. Bočarov aí apresenta uma antologia de textos de épocas muito diferentes, o primeiro de 1919: “A arte e a responsabilidade” e o último escrito por Bakhtin: “Por uma metodologia das ciências humanas”.

Trabalhamos aqui com um texto um pouco menos expurgado, mas ainda incompleto, publicado na *Sobranie sočinenij [Oeuvres]*, t. 5, 1997, p.159-206.

O manuscrito original, provavelmente inacabado, apresenta-se sob forma de 43 folhas recto-verso, escritas a lápis. Foi redigido no curso do ano de 1953. Esse texto fazia parte do “plano de pesquisas” de Bakhtin para o ano de 1953 no Instituto pedagógico de Mordóvia em Saransk¹⁰. Tratava-se de um trabalho que respondia a uma solicitação: seja um artigo para uma revista, ou um capítulo para uma coletânea coletiva, gênero de publicação muito comum na época. Ele estava certamente destinado a ser publicado, pois ele respeita as normas e contornos retóricos da época.

Aí vemos Bakhtin desvelar-se em esforços para fazer passar sua terminologia em contraste com “palavra” e “proposição”. É sem dúvida graças a esse texto, que parece se ligar a alguma coisa de conhecido, que as noções de *enunciado* e de *gênero* passaram no “Ocidente”. Mas interpretar este texto sem levar em conta a situação das ciências humanas e sociais na URSS no início dos anos 50 dá uma imagem muito incompleta.

O editor S. Bočarov expurgou o texto de citações e alusões diretas à obra de Stalin *Marksizm i voprosy jazykoznanija* (O marxismo e as questões de lingüística), 1950. Em 1979, em pleno período brejneviano, Stalin tornou-se um não-ser, impossível de mencionar em uma obra. Mas as alusões muito diretas ao marxismo foram igualmente cortadas, o que mostra a pouca consideração que o editor tinha pelo discurso oficial da época.

Bakhtin não participou destes cortes, mas deu toda liberdade de ação aos editores. Não existe nenhuma prova material desta autorização, mas por outro lado, foi publicada na revista *Moskva* (n. 11-12, 1992, p.180) uma carta de 7 de julho de 1962 na qual Bakhtin escreve a V. Kožinov, que ele teve de introduzir, em 1950, sob a pressão da comissão de experts da VAK¹¹ uma grande quantidade de “vulgaridades repugnantes no espírito da época” (*otvratitel'naja vulgarščina v duxe togo vremeni*).

O texto de 1997 se apresenta com os mesmo cortes importantes, mas as passagens expurgadas são assinaladas por [...], o que não era o caso nas duas edições da época soviética. Algumas expressões censuradas em 1979 foram re-estabelecidas em 1997, por exemplo o sintagma “troca de pensamentos” (*obmen mysljami*)¹². Trata-se de uma alusão perfeitamente clara para o leitor da época à passagem de Stalin:

A língua é um meio, um instrumento, com a ajuda da qual as pessoas comunicam entre si, trocam seus pensamentos e chegam a se compreender[...] A troca dos pensamentos é uma necessidade constante e vital (Stalin, 1950, p.46).

As razões da restituição somente parcial das passagens cortadas não são fornecidas pelo editor S. Bočarov. Esses cortes são muito prejudiciais à compreensão do texto em seu contexto da época. Elas são tanto mais espantosas porque nas notas preparatórias, igualmente publicadas na edição de 1997, notas que não eram destinadas à publicação, encontramos referências explícitas ao texto de Stalin, assim como a menção aos nomes de Marx e Engels¹³. Estas notas não foram, desta vez, censuradas pelo editor.

As versões francesa (1984), espanhola (1982) e inglesa (1986) do texto de *RŽ* foram traduzidas a partir do texto publicado em 1979, ex-

purgado por Bočarov. Dificilmente podemos criticá-los, mas este fato merece ser mencionado.

Desde que o artigo *RŽ* é conhecido na França, é considerado como uma evidência que a expressão *rečevye žanry* só pode querer dizer “gêneros do discurso”; em seu artigo de 1969, J. Kristeva escreve: “[Bakhtin] trabalha atualmente em um novo livro que trata dos gêneros do discurso” (1978, p.82), enquanto o tradutor americano de *RŽ* explica que “speech genres” é uma “boa escolha” (McGee, 1986, p. VII), sem outra explicação, reservando “discourse” para traduzir “slovo” e “speech” para “rec”. Este simples exemplo mostra a que ponto há tantas interpretações da terminologia de Bakhtin quanto há traduções.

Comparação de três traduções de *Problema rečevyx žanrov* (1979):

russo	inglês (1986)	espanhol (1982)	francês (1984)
reč'	<i>speech</i>	<i>discurso</i>	<i>discours</i>
rečevoc celoc	<i>speech whole</i>	<i>totalidad</i> <i>discursiva</i>	<i>le tout verbal</i>
rečevoc obščenie	<i>speech</i> <i>communion</i>	<i>comunicación</i> <i>discursiva</i>	<i>échange verbal</i> <i>spontané</i>
slovo	<i>discourse</i>	<i>palabra</i>	<i>mot</i>

Do mesmo modo, na página 264 o editor francofone nos adverte que o “título da edição original” é “O problema dos gêneros do discurso”, como se Bakhtin tinha redigido seu texto em francês, sem jamais colocar a questão de saber se “*Problema rečevyx žanrov*” pode e deve ser traduzido por “gêneros do discurso”, como se o problema da escolha da tradução não se colocasse, como se se tratasse de uma simples operação de trans-codificação, árdua com certeza, mas unívoca no final da operação. A confusão do *verbal* e do *discursivo* na tradução francesa é bastante embaraçosa.

Ora, Bakhtin não falou evidentemente de “gêneros do discurso”; posto que ele escreveu sobre os “*rečevye žanry*”, é destas palavras que se deve partir, e interrogá-las inicialmente, antes de qualquer discussão sobre as diferentes exegeses. Se tivessem traduzido *rečevye žanry* por *registros da fala* [*registres de la parole*], é sem dúvida uma direção totalmente diversa que teria sido seguida, uma outra filiação dos termos e dos conceitos que teria sido referida¹⁴. Faremos aqui a escolha experimental em traduzir por “gêneros da fala” [*genres de la parole*] e estudar as conseqüências interpretativas desta escolha de tradução.

Assim, as conotações para o leitor estrangeiro não são as mesmas segundo *Estetika slovesnogo tvorčestva* seja traduzido por *Estética da*

criação verbal/ Estética da criatividade verbal/ da obra¹⁵ em palavras/ da obra literária; mas por que não a criatividade discursiva?

Outro problema que passa despercebido é que a versão francesa de *Esthetika slovesnogo tvorčestva* (Bakhtin, 1984) não traduz o texto mais personalista e moralista: “A arte e a responsabilidade” (1919, o primeiro texto conservado de Bakhtin), que é no entanto fundamental para compreender a noção de responsabilidade pessoal em Bakhtin. Os francofonos dispõem assim não somente de um texto expurgado mas ainda uma escolha arbitrária a partir de uma antologia (Baxtin, 1979). Nenhuma dessas escolhas é explicitada nesse livro. A diferença das versões espanhola e inglesa, as notas do editor russo não são traduzidas, o que não contribui para esclarecer textos obscuros fora de seu contexto¹⁶.

Não podíamos evidentemente traduzir passagens que haviam desaparecido, censuradas por S. Bočarov. Por exemplo, “Na lingüística burguesa” torna-se “Na lingüística” (tr. fr. p. 275), ou “A lingüística idealista do século XIX” torna-se “A lingüística do século XIX” (tr.fr. p. 273). A perda não é certamente enorme, mas perdemos o que, na época, fazia sentido. Mas, às vezes, seguir a censura de Bočarov suprime uma informação fundamental: os “gêneros secundários (ideológicos)” (p.161) tornam-se na tradução francesa os “gêneros secundários” (p.267). É o próprio estatuto da noção de ideologia em Bakhtin que está modificada.

Mais graves são as manipulações da tradução que não têm mais nada a ver com um texto expurgado. Assim, o sintagma *obščënarodnyj jazyk* (a língua de todo o povo), que aparece 14 vezes no texto de RŽ é uma alusão transparente para os leitores da época, pois se trata de uma das palavras-chave da “intervenção de Stalin em lingüística” de junho de 1950, que nega toda divisão da língua em função das classes. Podemos admitir que Bakhtin não tinha nenhuma escolha. Era o “estilo da época”. No entanto, ele não cita uma só vez o nome de Stalin, o que mostra que sua margem de manobra não era nula.

Ora, “O problema da língua de todo o povo e do individual na língua” torna-se na tradução de 1984 “O problema daquilo que, na língua, é respectivamente de uso corrente e do indivíduo” (p.269). Da mesma forma, “A unidade da língua de todo o povo” torna-se “A unidade nacional de uma língua” (tr.fr. p.265). A versão francesa não dá nenhuma nota, mas o comentário da versão inglesa merece ser relatado:

National unity of language” is a shorthand way of referring to the assemblage of linguistic and translinguistic practices common to a given region. It is, then, a good example of what Bakhtin means by an open unity. See also Otto Jespersen, *Mankind, Nation, and*

Individual (Bloomington: Indiana University Press, 1964). (in Bakhtin, 1986, p.100).

Em todos esses casos, os editores ocidentais do texto praticam a mesma censura que seus colegas russos: nem Stalin nem seu adversário N. Marr jamais existiram para Bakhtin, e a questão se compreende. *RŽ* torna-se um texto sem data, sem contexto, sem fundo, sem alusão, sem diálogo...

Se há o politicamente correto na tradução francesa de 1984, há igualmente graves erros de compreensão do texto. Assim, o texto original, em tradução literal, diz:

Na lingüística burguesa, há sempre, em nossos dias, *ficções* tais como “ouvinte” e “receptor” (parceiros de “locutor”), o “fluxo verbal único”, etc. Essas ficções oferecem uma imagem totalmente deformada ...

O que se torna na tradução francesa p.274:

Em lingüística, até em nossos dias, *funções* tais como “ouvinte” e “receptor” (parceiros do “locutor”) têm seu direito. Tais funções oferecem...(sublinhado pelo autor).

Quando sabemos a importância da palavra “ficção” não somente em Bakhtin mas ainda em qualquer escrito polêmico da época, sua substituição pela palavra “função” é, claro, pesada em conseqüências para o leitor francês não advertido. Temos a impressão que se tratava de tornar Bakhtin legível para o público francófono dos anos 80, adaptando-o à terminologia então em voga. Assim, o artigo “Por uma metodologia das ciências humanas”¹⁷ é traduzido por “Observações sobre a epistemologia das ciências humanas”. Criam-se aí efeitos de reconhecimento para o público francófono, omitindo o fato de que as discussões de Bakhtin não incidem jamais sobre o que chamamos no francês atual “epistemologia”, mas ao contrário, sobre temas essencialmente *ontológicos*. (cf. 3.4.)



© Patrick Sériot (février 2006)

no primeiro andar desse imóvel sem água corrente, com toaletes no pátio, e uma escada em ferro (antiga prisão, tornada imóvel alojando empregados do Instituto pedagógico da Mordóvia). Foi aí que ele redigiu “*Problema rečevyx žanrov*”, em 1952-1953.

I/ Diálogo aberto ou polêmica sem apelo?

1.1 1950: a discussão sobre o marrismo

O texto de *RŽ* e os materiais preparatórios, disponíveis agora no volume de 1997, foram escritos logo após o acontecimento fundamental da lingüística soviética: a “intervenção de Stalin” no domínio das ciências da linguagem (junho de 1950).¹⁸ Esta discussão, largamente redifundido na imprensa, tinha por finalidade colocar um fim na dominação do marrismo, isto é, da idéia fundamental de que a língua nacional é uma ficção, de que ela é uma super-estrutura, que não existem línguas de classe, e que o estudo tipológico da língua revela seu grau de evolução, que é dependente do estado sócio-econômico no qual se encontra a sociedade que fala uma língua dada. Outros aspectos do marrismo, como o estudo da gênese das categorias gramaticais, a história do pensamento apreendido através das formas da língua (léxico, depois essencialmente a sintaxe), foram menos consideradas por Stalin e seus inumeráveis comentadores.

A discussão de 1950 sobre o marrismo tem aspectos numerosos e de uma grande complexidade, causas patentes e impulsionadores ocultos¹⁹.

Como o observa pertinentemente L. Gogotivili nos seus comentários ao texto de *RŽ* da edição de 1997 (p.538), sob uma aparente unanimidade no apoio à tese da “língua de todo o povo”, a crítica da “hipertrofia” da semântica em Marr e da sintaxe nos continuadores, a recusa da divisão da língua segundo as classes sociais (sobretudo para a língua russa), o retorno aos grandes temas neo-gramáticos (gramática comparada, fonética, morfologia...), são lingüistas de correntes, de orientação e interesse muito diversos que participaram desta campanha. Eles escolheram para a crítica do marrismo, ele próprio uma corrente heterogênea, a cada vez novos aspectos particulares, dando deles interpretações às vezes diametralmente opostas.

Assim, a “hipertrofia” da semântica no marrismo²⁰, em certos casos, era criticada como sendo a causa de uma divisão “mecânica” da língua em elementos “formais”, de um lado, e “ideológicos”, de outro, tendo como conseqüência uma de-semantização e uma compreensão unicamente “técnica” dos “meios lingüísticos”. (Vinogradov, 1951, p. 118, 149).

Mas em outros casos, esta mesma “hipertrofia” da semântica no marrismo era interpretada como um obstáculo para estudar as regularidades formais do sistema, que estão fora da competência da semântica, por exemplo, as leis fonéticas (Avanesov, 1951, p. 281-282,284).

O que é negado no primeiro caso é tomado como finalidade da pesquisa no segundo. Os contra-argumentos se neutralizam, a campanha anti-marrista se transforma em luta escondida dos diferentes campos da lingüística soviética no início dos anos 50. Em 1954, esta luta vai tomar uma forma mais aberta com a discussão sobre a estilística e o estruturalismo²¹.

Como todo professor da época, e sem dúvida todo Soviético médio, Bakhtin tinha um bom conhecimento desse texto, cuja leitura e o comentário foram obrigatórios sobre todos os lugares de trabalho, mesmo os mais distantes da lingüística. Os sintagmas criptados de que se serve Bakhtin em *RŽ* são imediatamente reconhecidos por todo intelectual soviético em 1952: “a língua de todo o povo”, “as palavras e as proposições”.

1.2 Bakhtin e “os lingüistas”

A opacidade do texto de *RŽ* se dissipa um pouco se procuramos decifrar os alvos precisos de sua polêmica.

1.2.1 O mais monológico dos dois...

É difícil encontrar um texto mais anti-dialógico que *RŽ*. Os constantes ataques contra o que Bakhtin chama “a lingüística” e os “lingüis-

tas” são uma *escrita de ressentimento*. Nenhum lingüista encontra graça a seus olhos. Ele é o único a ter razão, sem nenhuma consideração pelo ponto de vista daqueles que não partilham suas opiniões.

Bakhtin se apresenta como *pioneiro*: “o problema geral dos gêneros da fala nunca foi realmente posto” (p. 160), “o problema lingüístico do enunciado e seus tipos quase nunca foi levado em conta” (ibid.), as imprecisões terminológicas da “lingüística” se explicam pelo fato de que o problema do enunciado e dos gêneros da fala seja “quase inculto” (p.171) e pela “ausência de qualquer teoria elaborada do enunciado” (p.177).

No entanto o terreno já estava bem balizado na Rússia. A problemática do diálogo tinha uma longa história, em torno de Lev Jakubinskij (1892-1945) com quem havia estudado Valentin Vološinov (cf. Ivanova, 2000). Quanto à historicidade dos gêneros literários, ela tinha estado no centro do trabalho de Aleksandr Veselovskij (1838-1906), que se opunha explicitamente à classificação puramente sincrônica dos gêneros em Aristóteles. Nem um nem outro são citados por Bakhtin em *RŽ*. Mas a fonte principal de inspiração é, claro, o livro de Vološinov de 1929 *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, totalmente silenciado no artigo de Bakhtin.

O que escrevem “os lingüistas” são só “ilusões” e “ficções científicas” (p.169). Sua estilística é “fraca” (p.164), “estreita” (p.206), suas classificações são “pobres” e “aleatórias” (p.164), suas idéias “simplificadoras” (p.167). A noção de “fluxo verbal” é “mítico” (p.184). Enfim, “a lingüística” subestima a função comunicativa da língua (p.168), ela “ignora”: a natureza do enunciado/as formas do enunciado/ a unidade real da comunicação verbal: o enunciado/ os gêneros da fala/ o papel ativo do outro.

Um dos termos favoritos de Bakhtin para desconsiderar seus adversários é “ficção”: *RŽ* é um discurso de verdade, acumulação de petições de princípio e de afirmações peremptórias sem o cuidado da demonstração.

O adversário é designado como “nossa lingüística” (p.167), “certos teóricos” (p. 168) ou a “grande maioria dos lingüistas” (p. 184). Raramente são nomeadamente citadas correntes particulares: a lingüística behaviorista pratica uma “vulgarização” (no sentido de trivialização) de gêneros primários (p.162). Humboldt só se interessa pela expressão do pensamento e não pela comunicação (p. 162). À diferença de Vološinov (1929), que admite o interesse da Escola de Vossler, Bakhtin pratica uma estratégia de *denegação*: não há “nada de comum” entre ele e os vosslerianos (p. 165). Mas se isto é tão seguro, haveria necessidade de dizer com tanta força?

RŽ não traz nenhuma informação ou análise nova em relação ao livro de Vološinov de 1929. O conhecimento que tinha Bakhtin do mun-

do da lingüística se limita aos grandes temas da discussão de 1950. O próprio Marr é totalmente ignorado (enquanto ele era sempre citado muito positivamente por Vološinov).

O que Bakhtin chama a “lingüística monológica” repousa essencialmente sobre duas correntes: Saussure e o estruturalismo de um lado, a Escola de Vinogradov do outro. Estas duas correntes têm em comum para Bakhtin o fato de não levar em consideração o enunciado concreto em contexto, e de se contentar com “abstrações” que são as palavras e as proposições. A relação com Stalin é mais complexa, vamos procurar mostrar.

A polêmica é uma forma muito degradada de diálogo, porque não há lugar para a voz do outro na sua plena responsabilidade: a voz do outro é prisioneira, presa na rede da voz de Bakhtin, que mexe os fios. Ela não tem nenhuma chance de se fazer ouvir, pois ela já é designada como tendo uma posição falível antes mesmo de ter podido apresentar suas teses.

Mas há mais: não somente Bakhtin não dá a palavra ao outro para que ele possa se defender, mas além disso ele não *nomeia* seu adversário principal, privado do direito à palavra e à existência pelo nome. Com efeito, quando Bakhtin diz “X não é Y mas Z”, Y é na maior parte das vezes uma cripto-citação de seu adversário todo o tempo, V. Vinogradov (1894-1969).

Vinogradov faz parte, como Bakhtin, Vološinov, Jakobson e Troubetzkoy, da “geração dos anos 1890”. Muito próximo dos Formalistas nos anos 1920, ele é preso em 1934, sem dúvida por causa das ligações com o lingüista N. Durnovo. Ele é mandado para o exílio em Vjatka. Depois da guerra, foi autorizado a entrar em Moscou, foi eleito acadêmico em 1946. No fim dos anos 40, ele está na mira dos ataques marristas: em 1948, Mescaninov o acusa de se fazer eco às teorias decadentes do saussurianismo e do estruturalismo. Mas a intervenção de Stalin na lingüística o propulsiona para a glória, e ele se torna o chefe da lingüística soviética até sua morte, acumulando os títulos e as honras. Ele se especializou no estudo da “língua russa literária”. Um só texto de Vinogradov é disponível em francês (1969).



Viktor Vladimirovič Vinogradov
(1895-1969)

1.2.2 A relação com a língua

Para explorar em que a questão dos gêneros da fala concerne à lingüística, devemos observar em primeiro lugar que nada do que propõe Bakhtin como “superação da lingüística”, visando descobrir “a” verdadeira natureza” e a “essência” da linguagem (*jazyk*) é próprio a uma língua particular. Ele se ocupa da *linguagem* humana, aquela mesma de que Saussure negava a possibilidade de conhecimento.

Ele tenta assim para “a lingüística” um mau processo. Reprovar à lingüística saussuriana de ser uma lingüística saussuriana é sem objeto: podemos reprovar a um padeiro de não vender peixes? A problemática que ele coloca é essencialmente uma psicologia dos comportamentos humanos na linguagem, para a qual a materialidade própria das línguas e suas especificidades estruturais não importam nem um pouco.

Assim, todo gesto destinado a alguém (um sinal com a cabeça) espera uma resposta, assim como um olhar provocador ou mesmo o fato de fazer de conta de não reconhecer alguém. Tudo o que diz Bakhtin pode se aplicar indiferentemente a qualquer língua. O essencial é que ele inverte a hierarquia da tríade saussuriana, tomando por objeto tanto a linguagem como a fala, em detrimento da “língua enquanto sistema”, desconsiderada como abstração, logo como não existente na “realidade real” (*real'naja dejstvitel'nost'*).

A nova lingüística (dialógica) proposta por Bakhtin é em todos os pontos oponível à antiga (monológica). Aos estilos da língua respondem os gêneros da fala, à proposição (abstrata) responde o enunciado (concreto). Diante do pouco sucesso de suas propostas na URSS, ele vai propor mais tarde, nas “notas de 1961”, um novo termo: *metalingvistika*. Ele procura seja fundar uma sub-disciplina nova da lingüística, seja

re-fundar totalmente a lingüística, que terá então por objeto estudar as relações entre as pessoas quando elas falam.

Traduzir este termo em francês por “trans-lingüística” é uma aberração. Bakhtin não propõe “atravessar” a lingüística mas ultrapassá-la, ir além. “Superlingüística” seria melhor. O modelo é a meta-física de Aristóteles: o que vem depois da física, reinterpretado pela escolástica medieval como aquilo que está além da física. Eu proponho traduzir por “meta-lingüística”, com um hífen.²² Mas a meta-lingüística de Bakhtin é para a lingüística o que a metafísica é para a física: um discurso não falsificável, que só se pode glosar ao infinito.

II/ Uma filosofia personalista

2.1 O sujeito não está morto

Se, em Vološinov, o sujeito se dissolve no coletivo (que ele chama de “social”), em Bakhtin ao contrário o sujeito é um indivíduo responsável interagindo em permanência com os outros indivíduos que são igualmente sujeitos. A sociabilidade aqui não se diferencia do inter-individual.

Ao inverso do “universo ocidental” da morte do sujeito ou do sujeito dividido, para Bakhtin o sujeito não morreu. Todas as tentativas para fazer uma leitura psicanalítica, ou simplesmente aí ver um sujeito dividido são votadas ao fracasso.

As cadeias de equivalência que constrói o próprio Bakhtin, por glosas internas (“X, isto é Y”) são aqui muito loquazes: locutor (*govorjaščij*) = sujeito da fala (*rečevoj sub’ekt*) = autor (*avtor*): voltamos sempre ao mundo da literatura, que é colocada a maior parte do tempo no mesmo plano que os enunciados da “vida”. Quanto ao enunciadador (*vyskazyvajuščij*, p. 168, tr.fr. p.273), ele não é nada mais do que um indivíduo que fala.

O projeto de antropologia filosófica de Bakhtin é explicitamente e antes de tudo uma abordagem personalista cristã da responsabilidade e da tomada em conta dos outros enquanto sujeitos. Mas não é tampouco uma antropologia lingüística como em Benveniste. Se este último tem por objeto de pesquisa *o homem na língua*, Bakhtin ao contrário toma como tema de investigação *o homem e a linguagem*.

A meta-lingüística de Bakhtin não é uma pragmática: não há nenhum lugar para os indicadores da dêixis, da sui-reflexividade, da performatividade, o jogo dos pronomes pessoais, as formas lingüísticas do pressuposto, nunca há “operação”. Bakhtin não reconhece senão o perlocucional (*aquilo que se diz para fazer*: damos uma ordem *para* sermos obedecidos), e não ilocucional (*aquilo que se faz dizendo*: prometer, perdoar). Nesse sentido, ela não pode vir a falsificar a lingüística das línguas, porque seu objeto é bem outro.

Mas não é tampouco uma interrogação sobre o lugar do sujeito na língua como em Benveniste, porque o sujeito em Bakhtin não é nada mais que um locutor, isto é, alguém que, além de ser um indivíduo, fala, e não um sujeito da enunciação “constituído na e pela linguagem” (Benveniste, 1966, p. 259)). É uma psicologia do comportamento inter-individual (e não uma sócio-psicologia como em Vološinov).

Uma simples enumeração dos personagens que povoam o texto de *RŽ* mostra rapidamente a enorme diferença que separa Bakhtin e Benveniste, esses contemporâneos que escreveram em absoluta ignorância recíproca. Em Bakhtin, o mundo é feito de indivíduos que entram em interação pela fala, mas que *preexistem* enquanto indivíduos à sua tomada de fala. Longe de ser “instâncias de enunciação” (Benveniste), seus dizeres são “análogos a réplicas de teatro” (p.197). Encontramos assim no texto de *RŽ* “as pessoas que nos cercam” (p.181), “numerosas pessoas” (p.183), “interlocutores” que são os parceiros do diálogo” (p.173), um “outro interlocutor” (p.176), “participantes em tal ou tal domínio da atividade humana” (p.159) ou ao “diálogo da vida cotidiana” (p. 160). Vemos circular “outros participantes da comunicação verbal: ouvintes, locutores, parceiros...” (p.164). “A palavra outra” é a das “outras pessoas” (p.192).

Bakhtin, à diferença de Benveniste, não faz nenhuma diferença entre um indivíduo e um sujeito. Para Bakhtin, o “sujeito da fala” (*rečevoj sub'ekt*) é um indivíduo concreto, feito de carne e osso, e não um sujeito da enunciação. É alguém que fala, logo um locutor, dotado de “intenção de comunicação” (*rečevoj volja*), caracterizado por “individualidade e subjetividade” (ib.). Ele pode ser o “autor de uma obra” (p.177).

O que importa, em todos esses casos, é que esses personagens são *pessoas* e não posições discursivas ou de sujeitos da enunciação. Bakhtin insiste constantemente no fato de que esses personagens são “participantes reais da comunicação verbal” (p. 170), “pessoas que participam da comunicação verbal”, (p.180), “participantes diretos da comunicação” (ib.).

Fica por resolver um problema mais delicado: entre os participantes da comunicação verbal (ouvintes, locutores, parceiros) aparece uma vez “cuzaja rec’”, traduzido em 1984 pelo “discurso do outro” (p. 269). Esta tradução francesa produz o que se chamava antigamente “efeitos de reconhecimento”: ela faz sentido para os leitores francófonos, que aí reconhecem “o universo do discurso”. Ora, aí ainda forçamos o texto bakhtiniano no sentido foucaultiano de um discurso como um conjunto de enunciados cuja fonte foi perdida, que funcionam de modo *impessoal* e não dominado. Traduzir “fala dos outros” permite evitar este perigo. Estamos na utilização da linguagem em situação por indivíduos concre-

tos de consciência plena, e não em uma formação sem autor como em Pêcheux ou Foucault: a “circulação de enunciados”, o que Jean-Jacques Courtine chamava “uma voz sem nome” (Courtine, 1981), lembrando igualmente uma fórmula muito corrente utilizada na França nos anos 1970: “Isso fala, sozinho, em algum lugar...” (Courtine, 1991, p. 193).

A oposição de Bakhtin ao conjunto da “lingüística” lembra estranhamente a teoria das duas ciências de seu contemporâneo Zdanov. Se este último, no fim dos anos 1940, opõe “ciência burguesa” e “ciência proletária” como a abstração ao concreto determinado socialmente²³, Bakhtin opõe uma ciência (monológica, abstrata) do objeto a uma ciência (dialógica, concreta) do sujeito. Esta oposição, que percorre toda sua obra, é claramente afirmada em um texto de 1961:

Uma coisa é ter uma atitude ativa face a uma coisa morta, sem voz, que se pode moldar e dar forma como se quer, outra coisa é ter uma atitude ativa face à outra consciência, viva e soberana (Bakhtin, 1961 [1986, p.328]).

A memória aqui se prende a um texto fundador, que era bem conhecido dos participantes do círculo informal de Bakhtin nos anos 20: *Ich und Du* (1923), do filósofo judeu austríaco Martin Buber. A tese central da obra é que o homem se define por ser um *homo dialogus*, que a relação do eu ao outro é uma relação a um outro sujeito (Du) e não a um objeto (es), e que o eu da primeira relação (dialógica) não é idêntico ao eu da segunda (que é monológica). O homem não pode ser senão sujeito, e não objeto, ele não pode ser então conhecido senão pelo diálogo das consciências, e não como objeto de laboratório.

Bakhtin adere à orientação axiológica de M. Buber: o sujeito é para o objeto o que o vivo é para o morto. Daí decorrem duas conseqüências:

- Toda afirmação sobre um homem proferida por um outro homem é em princípio insuficiente e defeituosa.

- A introspecção é um modo de conhecimento possível e lícito.

O mundo de Bakhtin é assim totalmente anti-freudiano: para Freud a verdade do homem não é acessível a ele mesmo, porque ele não pode ser vítima de uma auto-ilusão. Só um olhar exterior, aplicando regras estritas, pode lhe revelar o que há nele. Ora, em Bakhtin, aqui totalmente em acordo com o Vološinov de *Frejdizm* (1927), não há inconsciente, logo divisão do sujeito; não há nada de ilusório: a consciência é plena, mas ela se nutre do contato dos outros, para os quais ela tem respeito e atenção. Nesta bela visão moral das relações ideais entre os seres humanos, nos encontramos nas antípodas do sujeito morto de Althusser ou Foucault ou do sujeito dividido de Lacan. Mas estamos também longe

da teoria da enunciação, e mesmo da pragmática. À diferença da posição sociologista de Vološinov, Bakhtin é um pensador personalista, com a especificidade de que suas categorias psicológicas (as “atitudes subjetivas”, “o aspecto subjetivo do enunciado” (p. 180)) são um pouco simplistas: o outro locutor tem “opiniões e convicções, preconceitos (de nosso ponto de vista), simpatias e antipatias” (p.201).

Se em Benveniste o sujeito é um ponto de chegada, que se “constitui” pelo fato de proferir um pronome pessoal de primeira pessoa do singular (“É ego quem diz ego” (1956 [1966,p.260]), em Bakhtin ao contrário é um ponto de partida: cada indivíduo é *sempre* um sujeito, quer ele fale ou não, se ele interrogar ou se responder.

Compreendemos então que toda lingüística das formas próprias de uma língua particular seja considerada como “monológica” por Bakhtin: este termo-chave de M. Buber deve se decifrar como “não tomando em conta a subjetividade irredutível do outro”.

É porque a distinção fundamental que faz Benveniste entre enuncia- do e enunciação está totalmente ausente de Bakhtin que se vê colocar-se uma posição teórica radicalmente diferente. Em Bakhtin, o locutor é um indivíduo que, entre outras atividades (semióticas ou não), *fala*. Mas o fato de falar não é a condição do fato de que seja sujeito. Como o nota G. Dessons a propósito da interpretação psicologizante que os pragmatistas têm às vezes dado ao texto de Benveniste:

O indivíduo fala porque ele é dotado da faculdade languageira, mas do mesmo modo que ele corre porque é dotado da faculdade de andar. (Dessons, 2006, p. 133).

Do mesmo modo, a noção de “não-pessoa” é impensável em Bakhtin: ela seria submetida a um julgamento depreciativo, como sendo a marca de uma atitude “monológica”.

2.2 Da comunicação

Em RŽ nunca uma conversa é surpresa ou interceptada, nunca há malentendido, lapso, falha, “diálogo de surdos”. Não há nem mesmo não-dito como em Vološinov.

Bakhtin pretende colar ao real, ao autêntico, ao concreto, enquanto ele não faz nenhuma descrição de um diálogo real (jamais a idéia de trabalhar sobre um registro de conversa parece ter-lhe vindo). Ele se volta imediatamente para a literatura, que parece para ele ter perfeitamente o lugar de “realidade”, mas ainda aí, ele não dá *nenhum exemplo concreto* de análise de diálogo literário, diferentemente de Vološinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

Seu princípio de alternância dos turnos da fala é particularmente idealizado e otimista: nele, ninguém interrompe ninguém, esperamos polidamente que um locutor tenha terminado de falar para tomar a palavra por sua vez. Os interlocutores “passam a palavra” após cada réplica (p.173): este universo de polidez é espantosamente pouco historicizado e pouco “concreto”, à imagem de uma sociedade bem comportada, fora de qualquer contradição ou tensão, sem conflito nem divisão (mesmo se há hierarquia social dos “inferiores” e “superiores”): só há indivíduos que interagem trocando pensamentos.

Feliz mundo este de Bakhtin, mundo irênico em que as “pessoas” (ljudi) comunicam partilhando as mesmas regras de utilização estilística dos gêneros da fala. Na relação com o outro não há nem projeção de imagem, nem fantasma, nem ideologia no sentido de falsa consciência. O sujeito pleno, consciente é um ideal de responsabilidade.

A antropologia realista de Bakhtin é povoada de numerosos personagens que agem e são perfeitamente concretos, feitos de carne e osso, e que passam muito de seu tempo a *agir falando* com seus irmãos humanos: eles dão ordens, eles colocam questões, em suma, eles interagem pela palavra. Esses personagens são “parceiros”, “participantes pessoais” (p. 180). Há assim locutores, ouvintes, leitores, o público, a comunidade de especialistas, contemporâneos, pessoas que partilham a mesma opinião (*edinomyšlenniki*), parceiros, adversários, inimigos, amigos, subordinados e chefes (*načal'niki*), inferiores e superiores, próximos e estranhos (*čužye*). Há também papéis e status sociais: pessoas que têm autoridade (p.193), escritores, cientistas, pais, mestres e mães, professores, “etc”²⁴

Assim, para Bakhtin, *o paraíso são os outros*: a fala dos outros (*čužoe slovo*), em interação constante com a minha, é constitutiva de minha pessoa.

III/Reunir o disperso e contemplar o real

3.1 O objeto privilegiado: o enunciado

Depois dos gêneros e em conexão constante com eles, o objeto específico de Bakhtin é *vyskazyvanie*, traduzido por “enunciação” por alguns²⁵ e por “enunciado” pela maior parte dos tradutores²⁶. Não há nenhuma possibilidade lexical no russo de distinguir enunciado de enunciação, esses dois termos de base da lingüística francofone depois de Benveniste. A palavra *vyskazyvanie*, como *Äußerung* em alemão, pode designar tanto o produto como o processo. O tradutor russo dos *Problemas de Lingüística Geral* de Benveniste propôs “*akt proizvodstva vyskazyvanija*” (“ato de produção do enunciado”) para *enunciação*.

Tudo mostra que o que Bakhtin construiu não é em nenhum caso uma teoria da enunciação, mas uma teoria do enunciado, em oposição frontal à noção de “proposição” dos lingüistas. À diferença de Foucault, o enunciado bakhtiniano é “profundamente individual”, “concreto”, “único”, “irreiterável”. Mas ao mesmo tempo os enunciados de um lado são “ligados” entre eles, de outro lado, eles podem ser reagrupados em *tipos*. Do enunciado decorrem os gêneros: não é porque há enunciados que há gêneros da fala. Um é a condição do outro.

Às vezes o enunciado tem limites rígidos, do domínio da evidência imediata (a alternância dos turnos de fala²⁷, em que cada enunciado é terminado por um “dixi” implícito, sobre o modelo das réplicas do teatro) às vezes ele é totalmente interpenetrado pela “voz” dos outros. Um enunciado tem um conteúdo, um estilo, uma construção composicional (p.159), mas à diferença da fala saussuriana, ele é *determinado* por uma “esfera de comunicação” ou uma “esfera de atividade”. Pode ser oral ou escrito (ib.), mas Bakhtin não diz nada sobre uma eventual distinção entre o funcionamento da escrita e do oral: o enunciado escrito é reutilizável em permanência, e não o enunciado oral (mas que fazer do enunciado oral gravado?).

O enunciado em Bakhtin toma o lugar da língua em Stalin e da proposição em Vinogradov. Mas em todos os casos não saímos da problemática do *reflexo*:

O enunciado reflete diretamente a realidade extra-verbal (*RŽ*, p. 186, tr.fr. p. 289)

Os gêneros da fala refletem diretamente as mudanças da vida social (*RŽ*, p. 165, tr.fr. p. 271)

A língua reflete diretamente as mudanças na produção (Stalin, 1950, p.22)

A proposição reflete diretamente a realidade objetiva (Vinogradov, 1952, quase a cada página).

Vemos que *RŽ* está bem aquém de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: nada de teoria do signo, nada de noção de ideologia, nada de entimema, nada de meio social. Uma só idéia, martelada em permanência: o enunciado é a única realidade, não individual como em Saussure (polêmica explícita), nem social como em Vološinov (polêmica implícita?), mas inter-individual.

3.2 O separado e o reunido

Como tantos intelectuais russos de sua época²⁸Bakhtin é fascinado pela idéia de laço e de totalidade, e repele a de isolamento e de separa-

ção. Sua crítica da noção de proposição nos “lingüistas” toma seu sentido do fato de que a proposição é “isolada” do contexto, à diferença do enunciado. Assim lemos que o enunciado individual é um “todo” (*celoe, celostnoe*), e que ele é “completo” (*zaveršennoe*). Muitos outros objetos bakhtinianos são marcados com o selo da totalidade: os gêneros da fala, a comunicação verbal, a intenção da fala (*rečevoj zamysel*), a compreensão real, o ato real de compreensão responsiva ativa. Quanto à *rečevoj celoe*, traduzida em inglês por *speech whole*, em espanhol por *totalidad discursiva* e em francês às vezes por *tout verbal*, às vezes por *tout discursif*, poderíamos arriscar em propor *o todo da fala proferida*, para sublinhar ao mesmo tempo o caráter efetivamente realizado (“concreto e único”) e integrado em uma globalidade acabada, cujas fronteiras são tão claras (marcadas pela alternância dos turnos de fala) quanto fluidas (pois o todo contextual não tem limites).

Se há *todo*, é porque há *laço*. Como em toda epistême romântica, o laço é “orgânico”, tanto quanto o todo é “orgânico”. Bakhtin reivindica um estatuto particular para as ciências humanas, mas sua grande metáfora do organismo provém das ciências da vida.

No texto de *RŽ*, o laço entre X e Y pode ser “direto”, “indissolúvel”, “inelutável”, “necessário” ou “estrito”. Se tomarmos como predicado-pivô “estar ligado a” obtemos o seguinte quadro:

página	X	está ligado a	Y
159	a atividade humana		utilização da língua
159	o conteúdo temático o estilo a construção composicional	(indissolúvelmente)	o todo do enunciado
162	a língua		a vida
162	o estilo	(indissolúvelmente)	o enunciado
163	o estilo	(indissolúvelmente) (organicamente)	gênero
163	o estilo	(indissolúvelmente)	unidades temáticas determinadas
164	mudanças históricas de estilo de língua	(indissolúvelmente)	mudanças de gêneros de fala
166	alargamento da língua “literária”	(necessariamente)	penetração de novos procedimentos genéricos
177	réplicas		uns aos outros
178	a obra		outras obras
179	escolha do sujeito	(necessariamente)	enunciados precedentes
180	aspecto denotativo		situação concreta única
181	gêneros da fala		uns aos outros
206	fenômenos		todo o enunciado

A situação torna-se complexa pelo fato de que “estar ligado” tem às vezes o sentido de “é causado por”, às vezes “está em co-variação com”.

3.3 Esferas, tipos, estilos, gêneros

Bakhtin está esticado entre o Um e o Múltiplo. Cada enunciado é único, concreto, irreiterável, no entanto podemos reunir os enunciados em *tipos*: são os *gêneros*. Os gêneros dependem das esferas de atividade que são ao mesmo tempo domínios de atividade. A cada gênero “está ligado” um estilo, que não deriva da língua como sistema.



Da reunião dos enunciados individuais em tipos segue-se um problema dos mais clássicos: como conhecemos este objeto ideal que é o “tipo”? como ele é posto em evidência? E de que um tipo é típico? Bakhtin não trabalha nem por indução nem por dedução, mas pela simples evidência de um conjunto construído em extensão, e não em compreensão. Ele dá uma definição do gênero pelo tipo: cada enunciado torna-se o representante típico de seu tipo, a parte do todo, isto é uma metonímia. Coroada pela fórmula paradoxal: todo enunciado é único, mas nenhum isolado.

Quanto à *lista* de gêneros da fala, ela tem mais a ver com “a casa da maria-joana” (*l’auberge espagnole*) do que com um catálogo raciocinado e reconstituível: nenhum procedimento de validação é proposto. Só podemos *tomar conhecimento* da enumeração que dá Bakhtin. As palavras-chave aqui são “há” e “etc”. Sabemos que “há” o gênero da carta pessoal, da arenga, da manifestação, da ordem, da prece, e que esta lista não tem fim.

A enumeração dos diferentes tipos de circunstâncias nas quais é empregada a linguagem era um lugar comum muito corrente na época da URSS:

A linguagem (*reč*) penetra todos os momentos da vida do povo. Ela se manifesta (*projavlaetsja*) nas primeiras palavras, ainda inarticuladas da criança, como nas narrativas plenas de um rico conteúdo de vida das pessoas que viveram bastante, na conversa de todos os dias sobre temas da vida corrente, nas exortações in-

flamadas de uma tribuna popular e nos versos de um canto inspirado (Kacnel'son, 1949).

Bakhtin poderia ter sido nominalista (“só há enunciados individuais”), mas de fato ele é profundamente essencialista: ele constrói *tipos* fundados sobre “a verdadeira natureza” e “a essência”. Mas não vemos bem em que os tipos não seriam por sua vez abstrações.

Nisto, ele se distancia da linha de pensamento de Croce (para quem a noção de gênero é só uma “abstração”: 1904) e de Vossler (para quem a língua só existe em enunciados particulares), mesmo se é claro que esta é uma profunda fonte de sua inspiração.

3.4 *Ontologia vs Epistemologia*

Bakhtin busca a “verdadeira natureza”, a “verdadeira essência” das coisas. Ele se situa em uma problemática ontológica: só “o que existe realmente” tem valor para ele.

A natureza do enunciado deve ser esclarecida e determinada pela análise dos gêneros primários e secundários (*RŽ*, p. 161).

Certamente, para ele é às vezes difícil “definir a natureza geral do enunciado, por causa da extrema heterogeneidade dos gêneros da fala”, mas é claro que é um objetivo lícito.” (*Ib.*).

Este tipo de interrogação existencial é partilhada por todos os adversários, marristas e não-marristas, e aparece freqüentemente quando das “discussões” dos anos 1950, utilizando argumentos de natureza ontológica: X existe / não existe.

assim, segundo N. Marr, não há línguas de todo o povo, línguas da nação inteira, somente as línguas de classes e de camadas sociais teriam uma existência real (Suxotin, 1951, p.14).

Esta escrita é de um grande dogmatismo: X não é Y mas Z, todo Y é Z, cada X é sempre Z. Temos aí uma seqüência de afirmações sem nenhuma tentativa de prova, que não tem o que fazer de qualquer método hipotético-dedutivo: *Bakhtin não faz hipótese*. Ele afirma suas teses e refuta as dos outros em permanência. O que ele diz dos enunciados e dos gêneros é a definição justa (e não uma proposição de definição). Ele não diz “eu chamo x tal fenômeno”, mas “a verdadeira natureza de X é...”.

Estamos aqui bem no interior de uma querela que lembra a dos nominalistas e dos realistas na Idade Média. Para Bakhtin, se há unidade da língua, só pode ser no nível abstrato ou nível minimal da comunica-

ção em língua. Ele reprova à lingüística sua recusa deliberada de fazer uma descrição *total* de um enunciado-acontecimento (*vyskazyvanie kak sobytie*). O ideal cognitivo de Bakhtin parece ser ao contrário a descrição integral, a que redobra o real a conhecer, aporia do mapa com escala 1:1 de que Borges mostra a inutilidade na sua novela “Do rigor da ciência” (1999, p. 57).

Compreendemos então porque o “circuito da fala” do CLG é o alvo de constantes críticas da parte de Bakhtin: ele o interpreta de modo realista, como se Saussure afirmasse que o que se passa *realmente* entre dois interlocutores.



CLG, p. 27 : o circuito da fala

Esse esquema se torna em Bakhtin:

- uma “ficção da lingüística burguesa” (RŽ, p. 168, não traduzida na versão francesa)

- “um esquema de processos ativos da fala no locutor, e dos processos passivos de percepção e compreensão da fala no ouvinte” (RŽ, p.169, trad. fr. p.274)

- “...o ouvinte dotado de uma compreensão passiva, tal como ele é representado na qualidade de parceiro do locutor nas figuras esquemáticas da lingüística geral, não corresponde ao protagonista real da troca verbal” (RŽ, p.170, trad.fr. p. 275)

Mas Saussure disse que era “realmente” o que se passa em um diálogo? Não é para entender que o que fazem “realmente” as pessoas quando elas conversam não entra no campo do objeto língua tal como o *constrói* Saussure, como seleção do que pertence ao interior de uma teoria?

Bakhtin pode ter se afastado muito de Humboldt, mas certas passagens deste último parecem ter sido escritas por Bakhtin. Assim acontece com a célebre definição da língua como atividade em vias de se fazer [*Energieia*] e não como obra feita [*Ergon*]:

Com todo rigor, esta definição só concerne ao ato singular da fala atualmente proferida; mas, no sentido forte do termo, a língua não é, tudo bem considerado, senão a projeção totalizante desta fala em ato. Porque, no caos parcelar de termos e de regras que nós batizamos correntemente com o nome de língua, nós não tratamos senão do elemento proferido pelo ato falante e que não é realizado senão de forma incompleta, pois há necessidade de um novo trabalho para aí reconhecer a especificidade da fala viva e para dar uma imagem verdadeira da vida da língua. Desmembrando assim os elementos, nós nos impedimos precisamente de reconhecer os valores mais significativos, que não podem ser percebidos ou pressentidos (o que provaria, se houvesse necessidade, que a língua propriamente dita reside no ato que a profere, que a efetua) em outro lugar que não o encadeamento do discurso. Tais são os princípios que devem presidir à pesquisa, se queremos apreender a essência viva da língua. O recorte abstrato em palavras e regras é um artifício sem vida, caricatura da análise científica.” (Humboldt, 1974, p. 183-184, trad. Pierre Caussat). Isto tudo é uma citação?

Encontramos nesse texto a maioria dos temas que Bakhtin desenvolve em 1952, e em particular a desconfiança em relação à abstração.

RŽ apresenta um sistema de valores em que o concreto é valorizado em detrimento do abstrato, sistema de valor partilhado pelos herdeiros de Croce e Vossler. Assim, os neo-lingüistas italianos, contemporâneos de Bakhtin, chegam às mesmas conclusões em plena ignorância de seu trabalho ou mesmo de sua existência, mas eles se nutriram das mesmas fontes humboldtianas e românticas:

Só o locutor individual, concreto, existe realmente no ato individual e concreto da sua fala. Ele não pode representar a norma abstrata sonhada pelos neo-gramáticos. A língua inglesa, a língua italiana, são puras abstrações. Não há “italofone típico” da mesma forma que não há homem médio (Bonfante, 1947, p. 347)

Conclusão

Resta uma questão: o que podemos fazer de tudo isso?

O que ganhamos com os gêneros da fala, que já não sabíamos? Que novos objetos descobrimos? De que nova positividade dispomos depois do artigo de Bakhtin? O que sabemos fazer de diferente, que já não sabíamos?

Os conhecimentos transmitidos são controláveis e reproduzíveis? Teria sido necessário que Bakhtin dispusesse tanta energia para chegar ao fato de que a expressividade não é do domínio da proposição mas do enunciado?

Falemos francamente: o balanço é magro. Sabemos que se colocamos uma questão, é para obter uma resposta, que se damos uma ordem, é para sermos obedecidos, que falamos raramente para não dizer nada, e que nunca julgamos do ponto de vista de Sirius. Mas é uma descoberta que tumultua?

Quanto aos gêneros da fala, poderiam ser alargados a todo tipo de atividade semiótica, aos gestos e às mímicas que permitem igualmente, nos “domínios de atividade” particulares, fazer pedidos, repreensões, ameaças.

Descobrimos um universo irênico, sem história, nem lugar determinados, onde “as pessoas” “comunicam”, tomam a palavra a turnos de fala, levando em conta a reação atenta do interlocutor, que não é um receptor passivo. Esse mundo de comunicantes faz sonhar, mas não o vemos se realizar “na vida”. Quanto a utilizar a descrição desse mundo ideal em qualquer estudo que seja que toque o domínio da linguagem enquanto tal (e não como simples componente da interação enquanto comportamento), não vemos muito bem o que é possível fazer com isso. Sem dúvida, a vida autêntica da pessoa não é cognoscível senão pelo intersubjetivo: Bakhtin nos lega preceitos éticos, mas nenhuma metodologia positiva aplicável ao que quer que seja.

Com afirmações sem apelo (“todo enunciado é *necessariamente* endereçado a alguém, sempre leva em conta a resposta potencial do outro”), Bakhtin confunde sistematicamente o ser e o dever-ser. Ele nos carrega com ele em um turbilhão de interrogações de tipo ontológico e deontológico, mas que não são nem falsificáveis, nem reproduzíveis. O sujeito individual está no centro do edifício, mas é uma noção não definida, ponto de partida irredutível de uma moral das relações humanas.

No entanto, a posição de bom senso de Bakhtin: *ler em contexto*, nos permitiu levantar certas questões inesperadas em relação à recepção da ciência soviética na França dos anos 1970-80. Nisto, ao menos, a leitura de Bakhtin foi útil.

Tradução: Eni Puccinelli Orlandi

Notas

1. Cf. Jean-Claude Milner: “O exotismo no entanto não é menor quando Jakobson fala em Paris: ao escutá-lo, nós recebemos, nós franceses, a impressão de acessar um continente de mistério e de maravilha: a Rússia, ainda impregnada de Bizâncio, montão inesgotável de línguas, de gestos e de crenças.” (Milner, 1978, p. 53).

2. No V Congresso internacional de estudos bakhtinianos, Manchester, julho, 1991. A este respeito ver Steinglass, 1998.
3. “Obra rica e original, à qual nada pode ser comparado na produção soviética em matéria de ciências humanas” (Todorov, 1984, p.7).
4. Por “Círculo de Bakhtin” entendemos um grupo de intelectuais que, nos anos 1920-30, tinham o hábito de se encontrar e de trabalhar juntos. Trata-se, além de M. M. Bakhtin, de Matvej Isaevič Kagan (1889-1937); Lev Vasiljevič Pumpjanskij (1891-1940); Ivan Ivanovič Sollertinskij (1902-1944); Valentin Nikolaevič Vološinov (1895-1936); Pavel Nikolaevič Medvedev (1891-1938). Esses dois últimos devem ser conhecidos como autores inteiros e não como clones de Bakhtin.
5. Cf. Frejdenberg, 1936 (reed. 1997). Sobre sua obra, em outras línguas que não o russo, cf. Moss, 1984; Perlina, 2002; Kabanov, 2002.
6. Kanaev, 1926. Jamais a menor prova material foi trazida para a paternidade de Bakhtin sobre textos “controversos”: nem manuscritos, nem reconhecimento oficial e confirmado por escrito pelo próprio Bakhtin. Ele, no momento de sua morte, recusou obstinadamente assinar uma declaração de paternidade, apesar dos pedidos urgentes de seus executores testamentários. Esses últimos receberam entretanto a totalidade dos direitos de autor sobre as reimpressões posteriores e as traduções das obras de P. Medvedev e V. Vološinov. O único documento escrito dado por V. Ivanov, cujo artigo de 1973 tinha apresentado como uma evidência que Vološinov e Medvedev eram apenas nomes postiços, é uma carta de Kanaev que diz que “foi Bakhtin que escreveu o artigo sobre o vitalismo contemporâneo” de 1926. Mesmo se confissão não é prova, o argumento é de peso, mas ele não explica em nada como um texto que descreve um protocolo experimental de dissecação, que necessita não apenas de instrumentos de laboratório mas também uma infra-estrutura técnica sob a direção de especialistas, pôde ser redigida por este filósofo moralista dos anos 20, cuja biografia, mesmo nebulosa, nunca mencionou o menor contato com laboratórios de biologia. Sobre o problema da paternidade dos “textos controversos”, cf. o artigo introdutório à nova tradução completa e comentada de V. Vološinov: *Marxisme et Philosophie du Langage* atualmente preparada por uma equipe do CRELECO na Universidade de Lausanne, no prelo. Se há um mistério, é a leviandade com a qual numerosos intelectuais “ocidentais” tomaram por verdadeiras afirmações muito pouco sustentadas. Cf. Todorov, 1984, p.8: “várias fontes autorizadas (soviéticas) revelam que Bakhtin é o autor...”, sem explicar o que é uma “fonte autorizada”, nem a relação entre *revelar* e *provar*.
7. A edição espanhola de *Estetika slovesnogo tvorčestva* apresenta ao contrário Bakhtin como um “anti-formalista declarado” (1998, 4ª. Capa).
8. J. Kristeva lembra a propósito de Bakhtin a célebre – mas única – alusão de Marx à linguagem: “A linguagem é a consciência real, prática, existente também para o outro, existente pois igualmente para mim – mesmo pela primeira vez” (“A Ideologia alemã”, em K. Marx – F. Engels: *Etudes Philosophiques*, Paris: Editions sociales, 1961, p. 79).
9. Cf. Por exemplo, o imponente trabalho acumulado no *Bakhtin Center* da Universidade de Sheffield: <http://www.shef.ac.uk/uni/academic/A-C/bakh/bakhtin.html>
10. Na época soviética, em economia planejada, todo programa de pesquisa, por exemplo em uma equipe pedagógica, só podia ser considerada coletiva. O programa dos pesquisadores individuais devia se inscrever em um plano anual estabelecido anteriormente e aprovado pela direção do Instituto. Em 18 de novembro de 1953, o relatório de atividades do Instituto anota que Bakhtin redigiu seu artigo, “conforme ao plano” (*Baxtinskij xronograf*, 2006, p. 179).
11. VAK: *Vysšaja attestacionnaja komissija*: Comissão superior de autorização das teses.

12. As duas traduções em francês do texto de Stalin (Calvet, 1977, p. 166 e Gadet et al. 1979, p.210) dão “troca de idéias” para *obmen mysljami*, modernização podendo ser interpretada como “troca de opiniões”, o que mascara o caráter bastante humboldtiano dessa passagem, em que os membros de uma coletividade lingüística trocam seus pensamentos, que têm em comum ser expressos na mesma língua. Stalin partilha com Humboldt e o conjunto do romantismo alemão a assimilação da sociedade com a nação, ela própria definida como uma coletividade em que a língua comum desempenha um papel primordial. Notemos que o sintagma *obmen vyskazyvanijami* (“troca de enunciados”) é freqüentemente empregada por Vološinov, por exemplo em seu artigo “A construção do enunciado” (1930) (traduzido por Todorov, 1981, como “A estrutura do enunciado”).
13. Nessas notas preparatórias, Bakhtin fala da “fórmula dialógica de Marx e Engels” (trata-se da célebre passagem da *Ideologia Alemã* de Marx já assinalada: “A linguagem é tão velha quanto a consciência, – a linguagem é a consciência real, prática, existindo também para os outros homens, existindo pois então somente para mim-mesmo também”. A *Ideologia alemã* (Baxtin, 1997, p.213). Esta citação aparece três vezes no texto de Stalin (1950). Nas suas “Notas de 1961”, Bakhtin escreve: “K. Marx dizia que somente um pensamento expresso *na fala* (*v slove*) torna-se realmente um pensamento *para o outro* e somente por aí *igualmente para mim-mesmo*” (ib., p. 338) (sublinhado pelo autor, Bakhtin).
14. Para complicar ainda a situação, notemos que na página 183 Bakhtin utiliza a palavra *vyskazyvanie* para traduzir a *fala* [*parole*] saussuriana.
15. A palavra russa *tvorčestvo*, como *Schöpfung* em alemão, tem tanto o sentido de ação (o fato de criar) como o de resultado (a obra realizada).
16. Do mesmo modo, certas notas de Bakhtin não são traduzidas em francês, sem que esta decisão seja justificada pela tradutora.
17. Texto escrito no fim dos anos 30, remanejado por Bakhtin em 1974, publicado por S. Bočarov em 1979.
18. Esse conjunto de artigos foi beneficiado fortemente pelas conversas com o lingüista georgiano Arnold Cikobava, mas foi, no essencial, redigido pelo próprio Stalin, cf. Cikobava, 1985.
19. Sobre a discussão lingüística de 1950 e a intervenção de J. Stalin no campo da lingüística, cf., em línguas “ocidentais”, Murra et al; Calvet, 1977; Gadet et al.; l’Hermitte, 1987.
20. Sobre o lugar original que ocupa a semântica na lingüística, cf. Velmezova, 2007.
21. Cf. Dolinin, 2003.
22. As notas bibliográficas de Bakhtin desta época mencionam B. Whorf: *Collected papers on Metalinguistics*, Washington, 1952. Nada prova que ele tenha lido este livro, nem mesmo que ele tenha podido tê-lo entre as mãos, mas o título pode tê-lo inspirado.
23. Para um exemplo de recepção não crítica da teoria das duas ciências na França, cf. o texto de J.-T. Desanti et al., 1948.
24. Esta lista é retomada quase tal qual na sociolingüística soviética dos anos 70, 1982, a propósito de Krysin.
25. Marina Yaguello na versão francesa de *Marxisme et Philosophie du langage* e Augusto Ponzio (“enunciazione”) para a versão italiana. A versão brasileira (“enunciação”) foi feita a partir da tradução francesa.
26. Ladislav Matejka na versão inglesa de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (“utterance”), Tatjana Bubnova na versão espanhola (“enunciado”).

27. A noção de “alternância dos sujeitos de fala” é massivamente representada: 35 vezes, ultrapassando “réplica” (30 vezes).

28. Este tema é onipresente em Jakobson e Troubetzkoy. A este respeito, cf. Sériot, 1999.

HISTORY OF LINGUISTICS 2002.

Selected papers from the ninth International Conference in the History of Language Sciences, 27-30 August 2002, São Paulo, Campinas. GUIMARÃES, Eduardo e BARROS, Diana Luz Pessoa de (eds.) Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

Esta edição de *History of Linguistics* traz uma seleção de textos apresentados na IX Conferência Internacional de História das Ciências da Linguagem – ICHoLS, realizada na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e na Universidade de São Paulo – USP de 27 a 30 de agosto de 2002.

O prefácio dos editores Eduardo Guimarães e Diana L. Pessoa de Barros apresenta informações sobre a organização dos textos, tendo em conta a variedade de temas tratados no evento e o grande interesse na história da lingüística no Brasil. A obra se divide em três partes: Parte I. Dos gramáticos latinos aos ideólogos; Parte II. Lingüística nos séculos XIX e XX; e Parte III. Apresentações Plenárias.

A primeira parte inicia com um texto de Bernard Colombat, que estuda alguns problemas na transferência do modelo latino para as primeiras gramáticas francesas do século XVI, relativamente às categorias verbais de voz e modo ligadas aos verbos impessoais e às formas condicionais em *-rais*.

Um problema observado pelo autor foi a dificuldade de renunciar ao gênero verbal latino, que levou muitos gramáticos a considerar apenas os gêneros ativo e neutro no francês, impedindo uma análise da frase perifrástica *être + participio passado*. Ao lado disso, a consideração de que haveria ‘voz verbal’ em francês se deve, segundo Colombat, a um mal-entendido. A partir desse mal-entendido, pode-se compreender como foi possível analisar *on aime* como passiva pela correspondência com o *amatur* do latim. Outro problema é que a análise da forma condicional *-rais* não abrangia as inúmeras possibilidades de uso no francês, se restringido a muito poucas observações.

As reflexões sobre esses problemas mostram como aquilo que seria próprio do francês ou é moldado segundo o modelo latino ou não é devidamente observado. Segundo o autor, no século XVI ainda havia muito a fazer para fornecer uma boa descrição da língua francesa.

A transferência do modelo latino (de Prisciano) nas primeiras gramáticas do francês (dos séculos XVI e XVII) também é o tema do texto de Jean-Marie Fournier, que focaliza a questão da identificação das categorias verbais e a emergência do problema dos valores do passado simples e do passado composto.

O autor começa suas análises pela gramática de Pillot (1550), para a qual a língua francesa contaria com dois pretéritos perfeitos, diferentemente do latim. Essa gramática traz a primeira menção de fatos relativos ao que se chamará de regra das 24 horas, a partir da qual se pode dizer *j'ai lu aujourd'hui l'Évangile, je lus hier l'Évangile*, mas não se pode dizer *j'ai lu hier l'Évangile, je lus aujourd'hui l'Évangile*. Já Meigret (1550) observa que o sistema de tempos do francês comporta uma forma de criação francesa, o passado composto. E, em Maupas (1607), há uma reinterpretação do critério referencial que distingue as categorias do passado formulado pela regra das 24 horas. O critério de referência não é tomado como um ponto relativo à recuperação das 24 horas, mas sim como um intervalo de referência, e as duas categorias do pretérito se distinguem pela posição desse intervalo em relação ao instante da fala. Segundo Fournier, a gramática de Maupas trouxe o essencial das análises sobre o passado, que serão desenvolvidas e sistematizadas posteriormente pelos gramáticos gerais.

O texto que segue é o de Bethânia Mariani, que estuda o discurso sobre as línguas no início da história brasileira em crônicas escritas sobre o Brasil colônia, do século XVI ao XVIII.

De início, seu estudo mostra a produção de uma imagem de precariedade das línguas indígenas nesses textos, através, por exemplo, das recorrentes formulações sobre a falta de fé, lei e rei dos índios, deduzidas pela falta das letras F, L e R em sua língua. Ao mesmo tempo, quando se tratava de comparar a língua geral com as demais línguas indígenas, a língua geral era “fácil, elegante, suave e copiosa”, contrapondo-se às demais línguas das nações tapuias, de “fala rouca” e que “não se entende”, não sendo nem fáceis, nem elegantes, nem suaves.

Mariani vai mostrando, desse modo, como os índios, suas línguas, e as coisas do novo mundo vão sendo significados pelo europeu. Nesse contexto, o processo de designação pela incorporação de palavras indígenas na língua portuguesa produz uma tensão entre determinação e indeterminação em dois mecanismos discursivos alternantes: a explicitação dessa origem (*na língua dos índios Pacôuas*) e o uso de um nome

sem nenhuma especificação (*chamão lhes anânazes*). Segundo a autora, essas alternâncias apontam para a complexa rede de posições de sujeito que perdura durante todo o período colonial.

Igualmente importante é a referência indireta feita às línguas europeias através da nomeação das nacionalidades, que funcionam como categorias genéricas de conhecimento prévio. A designação *brasilien*s ou *brasilian*s vai sendo significada no processo de construção de um paralelismo que coloca como já dada a relação “uma língua/uma nação” produzida pelo mundo europeu. Essa designação significa, ao mesmo tempo, o reconhecimento da cultura dos índios e um apagamento da diversidade lingüística, homogeneizando e neutralizando as diferenças entre as línguas indígenas. Ao lado disso, essa designação não referia aos filhos de portugueses, apagando o resultado inter-étnico de dois séculos de colonização.

No texto de Simone Delesalle e Francine Mazière há uma análise das diferenças entre as edições de 1656 e 1660 da Gramática de Irson, *Nouvelle Méthode pour apprendre facilement les principes et la pureté de la langue française*.

As autoras mostram como a publicação de 1660, embora não reconhecida como uma segunda edição – tanto pela menção “segunda edição” da publicação de 1662, quanto pela omissão de fichários e catálogos – é muito diferente da edição de 1656. A análise mostra como essa diferença se deve ao aparecimento da Gramática de Port-Royal (1660). Segundo as autoras, a edição de 1660 se constitui a partir de uma perspectiva port-royalista, mas para estudar uma língua específica, a língua francesa. Ao mesmo tempo, essa gramática também se situa no espaço dos estudos do léxico. Vale notar as diferenças entre suas listas de palavras e as de Vaugelas, em *Remarques sur la Langue Française* (1647), em relação à metalinguagem utilizada na descrição dos usos diastráticos e diatópicos. Enquanto em Vaugelas, *navegante* é definido como ‘*Tous les gens de mer disent navigateur*’, em Irson encontra-se ‘*Naviger se dit à la Cour*’. As formulações do tipo *se diz em, se diz de*, ressaltam Delesalle e Mazière, serão a ossatura das exposições em dicionários monolíngües do fim do século. A obra de Irson pode ser considerada, conforme escrevem, “como uma ligação não reconhecida no processo de análise que religa os trabalhos de Port-Royal à elaboração do Dicionário da Academia”.

Fechando a primeira parte, destinada aos estudos que recobrem as produções dos gramáticos latinos aos ideólogos, está o artigo de Gerda Haßler. Seu trabalho questiona as posições sobre as idéias lingüísticas sustentadas sob um ponto de vista continuísta e discute o lugar dado aos ideólogos como representativo de uma transição do pensamento.

A autora analisa séries de textos – como cópias de cadernos que os professores das Ecoles Centrais ditavam para seus alunos, conferências dos ideólogos e debates que elas suscitaram na Ecole Normale – aproximando-as dos textos de referência que os ideólogos produziram.

Ela observa, em suas análises, como é freqüente o não reconhecimento à teoria de Condillac no discurso de ideólogos como Garat e Sicard, que procuram marcar sua independência deste e de qualquer outro autor precedente. Segundo Haßler, a busca de distanciamento desses autores está relacionada à necessidade de romper com o ensino mecânico que enfocava a memória e imitação, para poder tratar do método analítico. Ao mesmo tempo, a partir da idéia da vulgarização do conhecimento repousando sobre um método justo e simples, tentava-se evitar o reducionismo das últimas obras de Condillac, o que acabou levando a um reducionismo discursivo, restrito à consideração de alguns conceitos fundamentais.

Com a produção dos materiais didáticos ao lado das conferências, aulas e debates entre os ideólogos e seus alunos, constrói-se a necessidade de referência a esses autores “esquecidos”, ao mesmo tempo em que uma terminologia se constitui. Esse processo mostra como determinados textos passam a significar como representativos de uma série, tornando-se, desse modo, textos de referência.

O primeiro texto da segunda parte, que abrange os estudos lingüísticos produzidos durante os séculos XIX e XX, é o de Marli Quadros Leite. O objetivo da autora é encontrar elementos da hiperlíngua brasileira a partir de marcas empíricas da língua falada no Brasil, extraídas de gramáticas do século XIX. Para Leite, embora essas gramáticas não tenham como objetivo descrever a língua efetivamente realizada, suas descrições registram traços dessa realidade.

Tais traços são observados nas descrições que os gramáticos fazem sobre as especificidades da fala brasileira, como em João Ribeiro, no exemplo: “*É usual no Brasil: vi ele, encontrei ele – modos de dizer arcaicos como se vê de exemplos da era ante-clássica, nos documentos dos séculos XIII a XV, fato hoje reconhecido pelos próprios filólogos portugueses*”. A autora nota que esses traços são encontrados, sobretudo, nas queixas sobre o “mau uso” lingüístico praticado por pessoas não educadas, como em Maximino Maciel, no exemplo: “*A posição errônea das formas pronominais – me, te, se, nos, vos, o, a, os, as, lhe, lhes, em desacordo com as normas da sintaxe observada*”. Para Leite, seu estudo sobre a presença da hiperlíngua em gramáticas “permite, por um lado, que as pessoas tenham uma idéia da realidade lingüística em um momento e, por outro, aos pesquisadores estudar fatos que inicialmente parecem desvios e então se tornaram normais, de acordo com a perspectiva tradicional”.

O texto seguinte, de Margarida Petter, toma como material de análise charges produzidas pela *Revista Ilustrada* para analisar as mudanças no modo de representação da língua dos negros no contexto da abolição da escravatura.

A autora chama a atenção para uma reprodução estereotipada da língua falada por diferentes camadas sociais e por diferentes grupos étnicos nas charges anteriores à abolição: enquanto a língua dos escravos se caracteriza pela quebra das regras de concordância, o branco fala um português mais “europeizado”. Já nas charges publicadas após a abolição, vê-se uma re-configuração do falar dos negros, produzida pela divisão entre urbano e rural, assim como pela situação econômica. De um lado, o trabalhador negro que vive no campo mantém as quebras de concordância e é significado como estrangeiro, como africano. De outro, o negro com muito dinheiro e que vive nas cidades “fala como um branco”.

Petter observa que junto a essa aquisição/apropriação rápida da língua padrão pelo negro, restam formas indissociáveis de sua imagem na língua, como ‘*Pai Zuzé*’, entre outras. Ao lado disso, a autora acrescenta que as falas das charges colocam sempre em foco o problema de adaptação à vida em sociedade, na qual o negro continua a ser significado pela falta.

O texto de Ekaterina Velmezova apresenta um estudo sobre as especificidades da teoria do lingüista russo Nicolai Marr a partir do conceito de *evolução suspensa*, levando em conta as condições de produção do conhecimento na União Soviética. Nesse estudo, a autora questiona a posição de historiadores da lingüística que consideravam a produção de Marr como um fraco e frágil eco da lingüística alemã do século XIX.

Na teoria marrista, a evolução da língua pressupõe estágios determinados por características sócio-econômicas das sociedades correspondentes, refletindo o nível de desenvolvimento de seus modos de produção e resultando numa visão de mundo particular. Na passagem de um estágio a outro, o estágio anterior tem suspensa sua evolução, mas continua co-existindo na língua em seu novo estágio. Velmezova destaca outro aspecto que diferencia a perspectiva marrista dos trabalhos produzidos por Schlegel e Humboldt. Ela observa que para os lingüistas alemães os *limites* entre os estágios do desenvolvimento das línguas são sempre exteriores a elas, sendo relacionados à evolução do espírito humano. Os lingüistas soviéticos, por sua vez, os viram em seu exterior, no desenvolvimento dos modos de produção, mas também em seu interior, nos níveis fonético, morfológico, sintático e semântico, podendo ser localizados pela observação dos elementos dos estágios precedentes que tiveram sua evolução suspensa na língua.

O trabalho de Plínio Barbosa recorda a natureza das contribuições do barão von Kempelen para os estudos de fonética experimental e sín-

tese de fala. Partindo de um exame sobre o processo de construção da máquina falante e das fontes usadas por Kempelen para construí-la, Barbosa contesta a afirmação de Fagyal (2001) de que teria sido o século XVII que conduziu à invenção da máquina falante automática. Barbosa defende o nome de Kempelen como o predecessor desses estudos, no século XVIII.

As fontes apontadas no texto, consideradas como o ponto de partida para Kempelen construir sua máquina, são as publicações sobre fisiologia humana de Dodart e Haller, ambas do século XVIII. Já a performance da máquina é atribuída à habilidade de Kempelen como construtor de autômatos e por uma longa fase de tentativas, que durou vinte anos, até a versão final da máquina em 1791. A descrição da máquina e das etapas de sua construção foram apresentadas minuciosamente por Kempelen em seu livro, da mesma data.

A análise que Barbosa faz dessa obra mostra como o processo de construção da teoria e do modelamento estão inter-relacionados, sendo indissociáveis, o que justifica, desse modo, o fato de essa máquina ser considerada única em seu tempo, sem predecessores.

O artigo de Paul Laurendeau critica a perspectiva positivista presente na lingüística e na filosofia da linguagem, considerando os estudos de Bloomfield e Chomsky como herdeiros do “escolasticismo cientista do século XX”. O autor sugere que “a passagem de Bloomfield à Chomsky não é nada mais do que a passagem do positivismo ao neo-positivismo no desenvolvimento específico da lingüística”.

Em suas análises sobre esses lingüistas ele observa que a posição anti-mentalista de Bloomfield exclui a semântica de sua lingüística descritiva por tomá-la como uma mera manifestação do subjetivismo mentalista, mas a real motivação dessa exclusão é a ânsia positiva de que a descrição lingüística seja científica. Ao lado disso, observa que a exclusão da semântica no mentalismo de Chomsky também é motivada pelo modelo de uma ciência positiva.

Laurendeau propõe, considerando a língua como social e ao mesmo tempo dependente da mente, que as ciências da linguagem olhem para a especificidade de seu objeto a partir de uma revisão completa do método de aproximação desse objeto, “mesmo que essa revisão conduza a uma drástica tábula rasa”.

O trabalho de Jacqueline Léon examina as várias versões dos métodos de construção da máquina de traduzir, produzidas entre as décadas de 1950 e 1970 pelos membros da Unidade de pesquisa da língua de Cambridge – CLR.V. A autora mostra como o processo de automatização da tradução e de implementação de uma concepção específica do sentido levou à modificação da noção de língua universal, baseada nos

esquemas das línguas universais do século XVII, para a idéia de uma língua intermediária.

Léon começa lembrando que o primeiro projeto do CLRV, chamado *Nude*, buscava resolver ambigüidades através de uma interlíngua, uma “rede de idéias nuas”, que suprimisse as características distintivas da estrutura da língua fonte e que mantivesse as redes semânticas invariantes. Já outra versão proposta posteriormente para o *Nude* colocou em questão o fato de que essa interlíngua pudesse ser uma língua universal, mas que deveria ser uma língua genuína, capaz de lidar com problemas de sentido como metáforas. A hipótese para o novo *Nude* é a de que haveria um “estoque” de contextos extralingüísticos, que poderiam ser representados por uma enciclopédia e compartilhados por pessoas de culturas bastante diferentes. A autora lembra, por último, que o trabalho do CLRV teve continuidade nos EUA no fim da década de 1960, com a proposta de uma *semântica preferencial*, a partir da qual seria possível observar, em um texto dado, um sentido específico escolhido preferencialmente a outro. Desse modo, a escolha de um sentido ou outro dependeria sempre do texto.

O trabalho de T. Craig Christy toma como objeto de estudo a questão da ausência na teoria de Saussure. Ele observa que a ausência tem uma larga presença na teoria saussuriana, de modo geral, não se restringindo apenas à exposição dos princípios gerais presentes no *Cours*.

A esse respeito, ele recorda o trabalho de Saussure sobre os sons do indo-europeu, de 1878, que focaliza a ausência material dos sons, registrada sob a forma de irregularidades fonéticas existentes, afetando a qualidade e a quantidade das vogais em todas as línguas descendentes do indo-europeu. Christy acrescenta que esse estudo marca uma diferença fundamental com as reconstruções comparatistas do indo-europeu, para as quais a ausência em questão era a de determinados sons que podiam ser encontrados em outras línguas da mesma família. Ao lado desse trabalho, são lembradas as análises de Saussure sobre a glossolalia de Hélène Smith, definida pelos lingüistas em geral como um sanscritóide. O autor nota que essas análises focalizaram a questão da ausência do som *f* que, de fato, não existia em sânscrito. Os anagramas de Saussure também são, para Christy, estudos em que se vê a questão da ausência ser trabalhada: os sons repetidos regularmente nos anagramas eram um dispositivo para a reconstituição de uma palavra ou de um nome próprio que não estavam no texto, mas que eram implicados por ele.

O texto de José Luiz Fiorin reflete sobre a constituição das primeiras orientações da pesquisa em lingüística na USP, a partir do momento de criação da Faculdade de Letras em 1934, percorrendo a evolução das cadeiras até o ano da reforma dos cursos de Letras de 1962. Suas refle-

xões passam pelo exame das cadeiras de Línguas Estrangeiras, Letras Clássicas, Tupi Guarani, Filologia e Língua Portuguesa, e Lingüística Românica e Glottologia Clássica. Nessas duas últimas, conforme nota Fiorin, a pesquisa lingüística propriamente dita foi mais amplamente desenvolvida.

Ele observa que no primeiro programa de Filologia e Língua Portuguesa a orientação era notadamente histórica e objetivava estudar a evolução do português a partir de textos, mantendo-se nessa linha com a nomeação de Silveira Bueno como catedrático em 1940. E que, ao mesmo tempo, também havia um interesse pela Geografia lingüística, a partir de uma tradição portuguesa, com os estudos de Leite de Vasconcelos e Carolina M de Vasconcelos. Já na cadeira de Lingüística Românica e de Glottologia Clássica, Fiorin observa que a orientação era histórico-comparativa, ocupando-se de estudos do indo-europeu. E acrescenta, ao lado disso, que seu professor titular, T. Maurer, foi o responsável pelo início dos estudos da lingüística moderna nessa cadeira, ressaltando que “essa será a base para a formação de toda uma geração de lingüistas que estão hoje em atividade em diferentes universidades brasileiras”.

O trabalho de Suzy Lagazzi busca compreender o processo de legitimação científico-institucional da disciplina Lingüística em meio ao movimento de gramatização brasileira do português, definindo os livros *Princípios de Lingüística Geral* e *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, de Mattoso Câmara, como ponto de partida para sua análise. O objeto de discussão é a nomeação “língua portuguesa” frente à institucionalização da lingüística e a pergunta que a autora faz é sobre o recorte que configura na memória discursiva o percurso da legitimação científico-institucional nos estudos sobre a língua no Brasil.

Sua análise dessas obras mostra que a designação ‘*língua portuguesa*’ aparece significando de maneiras diferentes nos dois livros desse famoso lingüista. No primeiro livro, a língua portuguesa aparece como um sistema (marcando a tendência estruturalista) ao lado de outros, sistema que funciona como exemplificação. Já no segundo livro, a língua portuguesa continua sendo considerada como um sistema, porém não mais ao lado de outros. Lagazzi observa que o importante para o surgimento de um espaço de legitimação científica da Lingüística e sua institucionalização é que a língua portuguesa também aparece como lugar de descrição lingüística, produzindo, desse modo, o lugar do analista. E, ainda, ela “fica significada como a própria instituição científica que possibilita a Lingüística e os estudos lingüísticos no Brasil”.

Finalizando a parte que trata da lingüística nos séculos XIX e XX, temos o texto de Rosa Attié Figueira, que faz um percurso histórico sobre a representatividade dos dados anedóticos para o domínio da Aquisição

da Linguagem. Nesse percurso, a autora destaca os registros em diários e gravações feitos antes mesmo da constituição da Aquisição da Linguagem como uma disciplina, passando pelos próprios trabalhos e os de outros colegas no interior da disciplina.

Ao buscar uma definição para o sentido de *anedótico*, Figueira não evita a duplicidade de seus dois sentidos básicos listados no dicionário: “engraçado, pitoresco, curioso” e “único, típico da história pessoal de alguém”, servindo-se dessa duplicidade para poder abranger as várias dinâmicas dos dados anedóticos.

A questão colocada em seu estudo é: qual é a participação de dados desse tipo na pesquisa em aquisição do português como língua materna? As reflexões da autora sobre essa questão trouxeram valiosas contribuições para a área de Aquisição da Linguagem. Um exemplo disso é sua pesquisa sobre as marcas não usuais de gênero/sexo nas falas das crianças, que destaca o poder heurístico desse material anedótico e mostra como essas marcas podem ser vistas como um reflexo da identidade sexual do sujeito e como parte do processo de constituição da subjetividade.

O primeiro texto das sessões plenárias é o de Maria Helena de Moura Neves, que reflete sobre a experiência grega da linguagem, percorrendo a poesia de Homero, Hesíodo e Píndaro, a tragédia, e a filosofia de Platão, Aristóteles, e dos estoicos. Ao lado disso, a autora toma a dicotomia analogia/anomalia como ponto central para uma investigação histórica que chega até a lingüística de Saussure.

Neves destaca a distância entre as experiências de linguagem dos gregos e as nossas: enquanto para Homero a poesia representava a linguagem se fazendo, para nós o dizer é uma atividade que contrasta e mesmo entra em conflito com o fazer. Seu percurso analítico nos mostra os deslocamentos de sentido que foram se fazendo na experiência grega, relacionados às palavras e às coisas, ao dizer e ao fazer, permitindo-lhe afirmar que é a própria experiência poética da linguagem que torna possível a filosofia, a qual vem justamente fazer o discurso crítico da poesia.

Caminhando pelo campo filosófico, Neves vislumbra a busca dos estoicos pela conformidade da linguagem com a natureza, que os levou da analogia para a anomalia. A autora nota como a tensão entre analogia e anomalia, discutida a partir de pressuposições e direções muito diferentes, é sempre determinante nos estudos gramaticais e ressurge como ponto focal de investigação dos estudos lingüísticos, através da oposição entre analogia e uso.

O artigo de Kurt Jankosky se detém sobre a vida de Joahnn Jacob Reiske e seu papel no estabelecimento da erudição oriental e clássica na Alemanha. O autor começa por observar que as investigações sobre as

línguas clássicas como o latim, o grego e o hebraico tinham uma longa tradição no campo dos estudos bíblicos, e isso possibilitou, posteriormente, conduzir a fundação de um estudo independente e auto-suficiente dessas línguas. Ele lembra que embora as universidades alemãs não tivessem infra-estrutura adequada para o estabelecimento das cadeiras de latim e de grego, havia uma tendência para aceitar o desafio. E que, além disso, houve contribuições de pesquisadores não vinculados a universidades, como era o caso notável de Reiske, que produziu inúmeras publicações tanto no campo dos estudos clássicos, como no campo dos estudos árabes. Jankosky ressalta que ele foi considerado como “um dos primeiros, senão o primeiro erudito grego do século XVIII” e como o “verdadeiro fundador da filologia árabe”.

Entre os diversos aspectos do percurso intelectual de Reiske descritos por Jankosky está a necessidade desvincular os estudos árabes de seu relacionamento com a filologia sacra e, ao mesmo tempo, cessar de subordiná-los às exigências de investigação do grego, latim e hebraico.

O trabalho de Hans Aarsleff estuda o contexto e o sentido da formulação de Humboldt, apresentada na introdução da obra *Ueber die Kawi-Sprache auf der Insel*, que considera a língua como uma atividade (*energeia*) e não como um produto (*ergon*): ‘*Sie ist kein Werk (Ergon), sondern eine Tätigkeit (Energeia)*’. Seu estudo se desenvolve a partir de uma minuciosa história das fontes, levando em conta a relação de convivência intelectual estabelecida entre Humboldt e Garat e examinando formulações presentes nos textos do próprio Garat e de outros autores como Condillac, Diderot e Beauzée.

Dentre várias questões trazidas pelo autor nessa história, vale destacar a questão das inversões nas línguas declináveis, discutida por Garat, a partir de uma filiação à Condillac. Aarsleff observa que o efeito criado pelas inversões é tratado por Condillac num capítulo de seu *Essay*, que o chama de “*vivacidade*”. Esse efeito é concebido como *energia* no *Lettre sur les sourds-et-muets* de Diderot e em outros escritos, para tratar da concepção estética da língua. Tal conceito ganhou uma entrada na *Encyclopédie méthodique. Grammaire & Littérature* de 1782, redigida por Beauzée. A entrada cita exemplos analisados por Condillac para a inversão e apresenta a distinção entre *energeia* e *ergon*.

O trabalho de Aarsleff, ao mesmo tempo em que aponta para o papel decisivo que teve o conceito de *energeia* em diversos aspectos da teoria humboldtiana sobre a língua e sua relação estreita com a cultura, mostra como isso se deve a reflexões produzidas por esses outros estudiosos da linguagem.

O texto de Eni Orlandi analisa a noção de estrutura e estruturalismo no Brasil em textos que caracterizaram uma tradição própria na história

dos estudos da linguagem nas condições específicas da história brasileira.

No percurso de compreensão dessa história, a autora distingue momentos cruciais. Um deles dá-se no Rio de Janeiro, com a formação da lingüística pelo estruturalismo, conectada a autores como Mattoso Câmara, que preservam a relação sincronia/diacronia, forma interna/forma externa, língua/cultura, som/sentido. Um outro momento apontado por Orlandi tem sua configuração em São Paulo, com um forte investimento na sincronia, forma e língua, a partir dos estudos de T. Maurer e de sua abertura para a institucionalização do estruturalismo na lingüística.

Dentre as inúmeras compreensões produzidas pelas análises da autora sobre esses dois momentos, é interessante notar sua observação de que a herança da produção de Mattoso ecoou mesmo para estudiosos brasileiros (e a própria autora se inclui entre esses estudiosos) que não o leram em sua formação lingüística, mas leram Saussure, Hjelmslev e Martinet.

Ao lado disso, dentro de uma perspectiva discursiva que se opõe a uma concepção de “(história da) ciência com seus conteúdos pressupostos como fatos consumidos”, ela discorda, por exemplo, da afirmação de Sartre de que o estruturalismo seria a última barreira que a burguesia levantou contra o comunismo. Ser estruturalista no espaço científico brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 significava, dentre outras coisas, resistir à irracionalidade da ditadura: “Ideologicamente, na USP na década de 1960, éramos estruturalistas porque éramos de esquerda”, “no entanto, o que era visível aos lingüistas era que o estruturalismo começava outra história intelectual explícita para o estudo da língua (no sentido mais largo e mais geral) e para as ciências humanas, como os cursos de Letras que começavam a ser implementados naquele tempo, no Rio de Janeiro e em São Paulo”.

Finalizando a parte das sessões plenárias está o texto de Sylvain Aurox, que traça um balanço dos avanços dos trabalhos sobre a história dos estudos da linguagem, desde a primeira ICHoLS, em Ottawa, 1978.

Uma primeira constatação de Aurox é o aumento expressivo de produções na área, ao lado da produção de revistas especializadas, da criação de laboratórios e grupos de pesquisa em várias partes do mundo. Sobre esse aspecto, o autor comenta: “dizer que há um crescimento exponencial, é, como sempre, testemunhar uma institucionalização”, para em seguida perguntar: “o que mudou nesses 25 anos ao nível de conteúdo dos conhecimentos?”, “O que é um resultado em matéria de pesquisa em história das teorias lingüísticas, como podemos avaliar nosso trabalho?”.

Em seu balanço, Auroux nota como a paisagem desses estudos mudou de uma visão exclusivamente ocidental para a abertura sobre outras tradições, tornando acessíveis novas fontes, produzindo outras e resultando num novo quadro de referência para a história global. Um aspecto interessante a destacar dessas reflexões é que, segundo o autor, a visibilidade de fenômenos antes desconhecidos permitiu considerar que “há ciência da linguagem em longo termo”, enquanto que nas décadas de 60 e 70 não se colocava nem mesmo a questão de saber o que significava a palavra “lingüística”.

O percurso da história traçado pelo conjunto desses vinte textos apresenta uma diversidade expressiva de temas, questões, metodologias e posições teóricas, sustentados por nomes de disciplinas que não são os mesmos. Em nossa história, “a” história se vê predominantemente dividida entre os nomes *lingüística* e *ciência(s) da linguagem*, que convivem emparelhados desde longa data, sem que por isso signifiquem do mesmo modo. Através destes e de outros nomes, enunciados nesses trabalhos, vemos com prazer que o conhecimento sobre a língua e a linguagem conheceu caminhos bastante produtivos.

A diversidade desses caminhos de produção do conhecimento está relacionada, incontornavelmente, aos diferentes lugares onde ele se faz. A esse respeito, cabe ressaltar a relevância histórica da realização da IX ICHoLS no Brasil, em 2002. A realização desse congresso na USP e na Unicamp, ao mesmo tempo em que proporcionou a divulgação e a circulação do conhecimento sobre a história dos estudos da linguagem de diferentes países, permitiu reforçar o lugar da produção científica brasileira nesse cenário internacional. Aqui não poderia deixar de mencionar o papel do Programa História das Idéias Lingüísticas no Brasil (acordo Capes/Cofecub), que vem permitindo ampliar, cada vez mais, a interlocução entre pesquisadores de diversas instituições do Brasil e do exterior. A publicação dessa edição de *History of Linguistics* é, nesse sentido, um precioso retorno desses esforços conjuntos.

*Ana Claudia Fernandes Ferreira**

*Ana Claudia Fernandes Ferreira é doutoranda em Lingüística no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.